

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**MARGARETE LENIZA LOPEZ GONÇALVES**

**O PROCESSO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA NO TERRITÓRIO  
DO PAMPA: UMA ABORDAGEM INSTITUCIONAL SOBRE A DINÂMICA DE  
SANTANA DO LIVRAMENTO (RS)**

**Porto Alegre**

**2024**

**MARGARETE LENIZA LOPEZ GONÇALVES**

**O PROCESSO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA NO TERRITÓRIO  
DO PAMPA: UMA ABORDAGEM INSTITUCIONAL SOBRE A DINÂMICA DE  
SANTANA DO LIVRAMENTO (RS)**

Tese ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Prof. Orientador: Dr. Leonardo Xavier da Silva

**Porto Alegre**

**2024**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Lopez Gonçalves, Margarete Leniza

O processo de assentamento de reforma agrária no território do Pampa: uma abordagem institucional sobre a dinâmica de Santana do Livramento (RS) / Margarete Leniza Lopez Gonçalves. -- 2024.

145 f.

Orientador: Leonardo Xavier da Silva.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Santana do Livramento. 2. Assentamento rural. 3. Instituições. 4. Sistema agroalimentar localizado. 5. Cerro dos Munhoz. I. Silva, Leonardo Xavier da, orient. II. Título.

**MARGARETE LENIZA LOPEZ GONÇALVES**

**O PROCESSO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA NO TERRITÓRIO  
DO PAMPA: UMA ABORDAGEM INSTITUCIONAL SOBRE A DINÂMICA DE  
SANTANA DO LIVRAMENTO (RS)**

Tese submetida ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 19 de abril de 2024.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva – Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

---

Profa. Dra. Ana Monteiro Costa  
Universidade Federal de Pernambuco- UFPE

---

Profa. Dra. Daniela Oliveira  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS

---

Profa. Dra. Karine Daiane Zingler  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Dedico este trabalho ao meu Pai, Deversino Gonçalves da Luz (*in memorian*), que estudou até a 4ª série de campanha, como ele costumava falar, mas que adorava ler livros de história. Precisou sair do campo quando jovem para tentar a vida na cidade. Homem simples, criado no meio rural, como muitos, encontrou oportunidade no *Swift Armour*. Por muitos momentos na elaboração desta tese lembrei de ti e da história da nossa família.

Enfim, estou me tornando a doutora que tu sempre sonhaste!

Gratidão, gratidão, gratidão!

## AGRADECIMENTOS

Por muito tempo direcionei meu esforço por caminhos que não me trariam respostas aos questionamentos sobre as mudanças econômicas ocorridas em Santana do Livramento. Nesse sentido, serei eternamente grata às minhas amigas, Amanda Guareschi e Ana Costa, pelas várias conversas e incentivos na busca por novos caminhos. Vocês semearam em mim o desejo de mudar de rumo. Através de vocês conheci o PGDR. Serei eternamente grata!!

Do mesmo modo, tenho imensa gratidão ao PGDR que me acolheu durante essa trajetória. Sou grata ao grupo de profissionais que faz parte deste programa, além de serem profissionais admiráveis, são seres humanos cobertos de empatia. Agradeço aos professores pelo conhecimento transmitidos durante esses anos. Obrigada por todo o acolhimento que recebi ao longo desta jornada.

Expresso minha gratidão ao meu orientador, Leonardo Xavier, por ter aceitado o desafio de me guiar nesta jornada. Seu conhecimento é verdadeiramente admirável e sua humanidade notável. Me ajudou e compreendeu, com muito respeito, todos os momentos difíceis que enfrentei durante a elaboração desta tese. Suas palavras foram um conforto nos momentos mais desafiadores, aprendi muito contigo. Agradeço a tua paciência, generosidade e por nunca ter desistido de mim, mesmo quando minha falta de tempo e limitações dificultaram a entrega do mínimo esperado.

Como seria difícil para os alunos do PGDR sem a presença indispensável da Macarena Donoso na secretaria acadêmica! Tenho um carinho imenso por ti; cada e-mail que recebia, com os prazos e incentivos, era um impulso fundamental para concluir este trabalho. A cada mensagem, sentia-me acolhida e abraçada. Muito obrigado!

Aos colegas e amigos do PGDR, minha admiração e respeito. Em especial agradeço a minha grande colega e a amiga Zenicléia (Zeninha). Sou fã da tua força e determinação! Também quero expressar minha gratidão à minha amiga e excelente professora Daniela Kuhn. Tua sabedoria e disposição para ajudar são admiráveis. Gratidão sempre, Dani!

À Universidade Federal do Pampa, por conceder-me o afastamento para concluir o doutorado. Sempre encontrei apoio em relação aos rumos do meu afastamento. Espero poder contribuir com nossos alunos e a comunidade fronteiriça com os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos de estudo. Como santanense, tenho orgulho de nossa universidade.

Dona Carmen e dona Olivia, que incrível demonstração de força! Recebi tanto carinho e acolhimento de vocês. A determinação, a resiliência e o amor pelo que fazem e desejam foram

verdadeiras fontes de inspiração para mim. Espero sinceramente poder retribuir todo o carinho que recebi. Meu imenso carinho e gratidão também vão para as mulheres da agroindústria Sabores do Campo. Com vocês, aprendi muito mais do que o que está registrado nesta tese. Aprendi sobre a luta e a vontade de fazer a diferença na vida das pessoas. Aprendi sobre o amor e a união. Minha admiração e gratidão a vocês! Agradeço especialmente à Lisiane da Emater, que, sem saber, me direcionou ao encontro do meu tão esperado SIAL. Afinal, nada acontece por acaso nesta vida. Gracias, Lisiane.

Agradeço aos funcionários do Incra por prontamente atenderem ao meu pedido de ajuda com os relatórios. Em especial, agradeço ao meu ex-vizinho, Marcelo Trevizan, que intermediou alguns desses contatos. Também agradeço ao colega Vicente Marques, funcionário do Incra, pela valiosa assistência com os relatórios.

Agradeço imensamente à minha família, que sempre esteve ao meu lado, incentivando-me a seguir em frente. Ao meu querido e amado pai, que sem saber, me mostrou o caminho que eu deveria trilhar. A você, meu eterno amor e gratidão! À minha mãe, Raquel, que esteve ao meu lado ao longo destes anos, oferecendo o suporte sempre que necessário. Você não faz ideia de quanto me ajudou, especialmente com a chegada do meu maior presente, minha filha Alice. Embora os desafios tenham aumentado após sua chegada, ser sua mãe é o melhor e maior presente de Deus na minha vida! Você é a luz do meu caminho! Sua alegria ao saber da novidade de que mamãe não mais ficaria na frente do computador (escrevendo a tese) enche meu coração de felicidade. Conseguimos, meu amor! Mamãe é doutora! Aos meus irmãos, Dalva e Rodrigo, por sempre torcerem e acreditarem em mim. Muito, muito obrigada!

Em Porto Alegre, o abraço acolhedor da Clacir ( Mariquinha) na porta todas as semanas me proporcionava a força necessária para prosseguir na "ponte terrestre" entre Livramento e Porto Alegre. Agradeço por me receber na tua casa e transformá-la em nosso lar. Sou profundamente grata por todo o carinho!

Agradeço a todas as minhas amigas de ontem, de hoje e de sempre, a minha vida é muito mais feliz com vocês.

Por fim, gratidão a todas as pessoas que passaram pelo meu caminho durante essa caminhada. Fica registrado todo o meu respeito e admiração aos agricultores familiares familiares.

Gratidão, gratidão, gratidão!

## RESUMO

Esta pesquisa descreve a organização econômica presente no processo de assentamento rural em Santana do Livramento, identificando as instituições que impactaram positiva ou negativamente na fixação dessas famílias no município fronteiriço. Além disso, explora como as experiências coletivas influenciam a formação do Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL). Para investigar esses aspectos de mudanças institucionais, a abordagem teórica adotada segue as contribuições da Nova Economia Institucional (NEI), notadamente as de autores como Douglass North. Em combinação a essa abordagem, foram empregadas ferramentas metodológicas do SIAL que oferecem orientações para analisar as características específicas de um território, incluindo aspectos históricos, culturais, econômicos e institucionais que moldam a produção e sua integração na comunidade local. Quanto à metodologia, este estudo adota uma abordagem qualitativa com caráter descritivo. Entre os instrumentos utilizados estão a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e roteiros semiestruturados de entrevistas. A análise de resultados foi conduzida por meio da análise de conteúdo. Os principais resultados alcançados por este trabalho apontam a importância do papel das instituições nas mudanças econômicas que ocorreram em Santana do Livramento, após a década de 1990. Foi constatada a importância da eficiência adaptativa às regras formais e à importância do associativismo entre os pequenos produtores rurais. Especificamente, na identificação do SIAL no assentamento Cerro dos Munhoz, mostrou-se a importância da mulher na organização econômica. Essas mulheres desempenharam um papel crucial na reconstrução efetiva das instituições que orientam as atividades na produção de queijo. Por fim, identificou-se que a cooperação vem a partir de instituições informais.

**Palavras-chave:** Santana do Livramento. Assentamento rural. Instituições. Sistema agroalimentar localizado. Cerro dos Munhoz.

## ABSTRACT

This research identifies the economic organization in the rural settlement process in Santana do Livramento, pinpointing the institutions that positively or negatively impacted the settlement of these families in the border municipality. Additionally, it explores how collective experiences influence the formation of the Localized Agri-Food System (SIAL). To investigate these aspects of institutional changes, the adopted theoretical approach follows the contributions of the New Institutional Economics (NEI), notably those of authors like Douglass North. In conjunction with this approach, the methodological tools of SIAL were employed, providing guidance to analyze the specific characteristics of a territory, including historical, cultural, economic, and institutional aspects that shape production and its integration into the local community. Regarding methodology, this study adopts a qualitative descriptive approach. Among the instruments used are literature review, documentary research, and semi-structured interview scripts. The results analysis was conducted through content analysis. The main findings of this work highlight the importance of the role of institutions in the economic changes that occurred in Santana do Livramento after the 1990s. The adaptive efficiency to formal rules and the importance of associativism among small rural producers were identified as crucial. Specifically, in the identification of SIAL in the Cerro dos Munhoz settlement, the study emphasized the significance of women in economic organization. These women played a crucial role in the effective reconstruction of institutions guiding activities in cheese production. Finally, it was identified that cooperation arises from informal institutions.

**Keywords:** Santana do Livramento. Rural settlement. Institutions. Localized agri-food system. Cerro dos Munhoz.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Esquema de três níveis Williamson (1992) .....	26
Quadro 1 - NEI - Duas perspectivas .....	28
Figura 3 - Especificidade de Ativos e Estruturas de Governança .....	35
Figura 4 - Desenvolvimento rural multidimensional.....	38
Figura 5 - Dinamizadores do SIAL .....	50
Figura 6 - Esquema de análise do SIAL .....	52
Figura 7 - As relações do SIAL com a dimensão histórica .....	55
Figura 8 - As relações do SIAL com a dimensão teórica-técnica .....	57
Figura 9 - Ligação das dimensões do SIAL com a NEI .....	61
Quadro 2 - Síntese das dimensões e objetos de estudo.....	65
Figura 11 - Linha do tempo das mudanças ocorridas no território santanense .....	93
Figura 12 - Localização dos assentamentos em Santana do Livramento .....	96
Quadro 3- Relação entre os objetivos específicos, coleta de dados e análise de dados .....	100
Figura 13 - Caminhos que levam ao mercado .....	107
Figura 14 - Tradicional ponto de venda dos produtos produzidos no Assentamento Cerro dos Munhoz.....	117
Figura 15 - Processo de Maturação do queijo .....	119
Figura 16 - Momento de virar os queijos .....	120
Figura 17 - Agroindústria Sabores do Campo participando do Festival de Enogastronomia	121
Figura 18 - Tripé do assentamento Cerro dos Munhoz .....	128

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIR	Agroindústrias Rurais
APL	Arranjo Produtivo Localizado
CONSULATI	Cooperativa Sul-rio-grandense de Laticínios
COOPLESA	Cooperativa de Pequenos Produtores de Leite de Santana do Livramento
COPERFORTE	Cooperativa dos Assentados de Santana do Livramento
CPT	Comissão da pastoral da Terra
ECT	Economia dos Custos de Transação
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IFSUL	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
IICA	Instituto Interamericano para a Cooperação Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos trabalhadores Sem Terra
NEI	Nova Economia institucional
SDR	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural
SIAL	Sistema Agroalimentar Localizado
SKYLAB	Indústria de Laticínios
SMAPA	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SPL	Sistema Produtivo Localizado
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>O MEIO RURAL E AS POSSIBILIDADES ANALÍTICAS DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL</b> .....	<b>24</b>
2.1	A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL.....	24
2.2	MACROINSTITUIÇÕES - DOUGLASS NORTH.....	28
2.3	MICROINSTITUIÇÕES E ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA – OLIVER WILLIAMSOM .....	33
2.4	INSTITUIÇÕES PRÓ-DESENVOLVIMENTO RURAL E TERRITÓRIO.....	36
<b>3</b>	<b>TERRITÓRIO E AS DINÂMICAS ESPACIAIS PRODUTIVAS</b> .....	<b>41</b>
3.1	TERRITÓRIO .....	42
3.2	DISTRITOS INDUSTRIAIS .....	47
3.3	SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS – SIAL .....	48
<b>3.3.1</b>	<b>Dimensão Histórica - A ligação do SIAL e o desenvolvimento territorial</b> .....	<b>53</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Dimensão teórica-técnica -As Agroindústrias Rurais como elemento dinamizador do SIAL</b> .....	<b>56</b>
<b>3.3.3</b>	<b>Dimensão Institucional – A importância das estratégias individuais e coletivas no SIAL</b> .....	<b>59</b>
3.4	APLICAÇÕES EMPÍRICAS DO SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO...	61
<b>4</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO SUL - REGIÃO DA FRONTEIRA</b> .....	<b>66</b>
4.1	OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO GAÚCHO .....	67
<b>4.1.1</b>	<b>Estâncias x estancieiros x peões</b> .....	<b>69</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Colônia x pequeno produtor</b> .....	<b>73</b>
4.2	ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS DE SANTANA DO LIVRAMENTO .	75
4.3	O FIM DO APOGEU DA CARNE.....	79
4.4	OS ANOS 1970 E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA.....	80

<b>5</b>	<b>SANTANA DO LIVRAMENTO – DO APOGEU À DECADÊNCIA.....</b>	<b>82</b>
5.1	NOVOS ARES EM SANTANA DO LIVRAMENTO: O MST E A REFORMA AGRÁRIA CHEGAM NA FRONTEIRA.....	83
5.2	MOVIMENTO SEM TERRA (MST) E A REFORMA AGRÁRIA.....	85
5.3	SANTANA DO LIVRAMENTO: DA PECUÁRIA DE CORTE À PECUÁRIA LEITEIRA: HISTÓRIA E CULTURA DO FAZER QUEIJO COLONIAL .....	88
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DO SIAL – ASSENTAMENTO CERRO DOS MUNHOZ.....</b>	<b>94</b>
6.1	ABORDAGEM, CARÁTER E MÉTODO DE PESQUISA.....	94
6.2	TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS .....	97
<b>7</b>	<b>NOVOS CAMINHOS EM SANTANA DO LIVRAMENTO - DO SABER-FAZER A NOVAS FORMAS DE ENFRENTAR O MERCADO .....</b>	<b>101</b>
7.1	SABER-FAZER – ALTERNATIVA PARA MELHORIA DA RENDA E PERMANÊNCIA NO CAMPO.....	101
7.2	A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES: O NOVO EM SANTANA DO LIVRAMENTO .....	105
7.3	O SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO: O QUEIJO DO ASSENTAMENTO LIBERIDADE NO FUTURO (CERRO DOS MUNHOZ).....	108
7.4	DIMENSÃO HISTÓRICA - O COMEÇO DA LUTA NA TERRA À AGROINDÚSTRIA COLETIVA SABORES DO CAMPO.....	108
7.5	O RESGATE DO COLETIVO: AGROINDÚSTRIA SABORES DO CAMPO .....	112
7.6	DIMENSÃO TEÓRICO-TÉCNICA - AGROINDÚSTIA SABORES DO CAMPO ..	115
7.7	DIMENSÃO INSTITUCIONAL .....	122
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>129</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>133</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS .....</b>	<b>144</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de colonização do Brasil resultou em uma distribuição desigual de terras e, conseqüentemente, o debate sobre a questão agrária brasileira está intrinsecamente ligado à concentração fundiária, à pobreza e à desigualdade nas áreas rurais. Conforme observado por Prado Júnior (1979), a ocupação das terras no Brasil se deu de maneira distinta da abordagem europeia, que, predominantemente, consistia em produção familiar individual com distribuição parcelada da terra. No contexto brasileiro, a estrutura agrária foi moldada pela grande exploração rural, que perdurou desde os primórdios da colonização até os dias atuais. Dessa forma, ao contrário da formação de uma classe camponesa, o que se estabeleceu no Brasil foi uma estrutura caracterizada por grandes propriedades rurais dedicadas à produção de mercadorias, muitas vezes operando com mão de obra escrava.

Furtado (2001) destaca que a história econômica brasileira está alicerçada na grande propriedade de terra e no trabalho escravo, e, apesar da abundância do recurso terra, esta se encontrava concentrada nas mãos de poucos. O autor sugere que o surgimento dos latifúndios, com sua importância econômica e política, pode ter sido um entrave para o desenvolvimento brasileiro. Então, para diminuir a desigualdade gerada a partir da concentração de renda, o autor defendia uma reforma agrária que serviria para reduzir as disparidades regionais existentes no Brasil e, assim, assegurar o processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento do capitalismo industrial não rompeu com essa estrutura agrária. Ao contrário, o debate da questão agrária brasileira foi interrompido com o golpe militar de 1964, sendo retomado com a reabertura política. É nesse contexto que há a emergência de movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que manifesta nas suas lutas o meio rural como possibilidade de redução da pobreza e inclusão social. A luta dos sem-terra iniciou na Metade Norte do Rio Grande do Sul, caracterizada pela pequena propriedade de terra, onde a modernização da agricultura trouxe como consequência um número considerável de agricultores excluídos desse processo. Para Chelotti (2009, p. 142), “na medida em que os anos avançaram, proporcionalmente, ocorreu um deslocamento nas ocupações de terra, concentrando-se definitivamente na porção centro-sul do estado”. Logo, os 345 projetos de assentamentos existentes no Rio Grande do Sul representam essa luta e conquista pela terra. O Rio Grande do Sul possui um total de 12.272 famílias assentadas em 98 municípios, totalizando 295.270,59 ha distribuídos (INCRA, 2020).

Ainda de acordo com o Chelotti (2009), na década de 1990, a região da campanha, devido ao baixo valor de mercado de suas terras, tornou-se área prioritária para a instalação de

dezenas de assentamentos rurais pelo governo estadual e, a partir de 1992, houve a inserção de novos atores no espaço rural de Santana do Livramento (RS). Segundo Albornoz (2000), Santana do Livramento tem sua história alicerçada nas grandes propriedades de terra e na pecuária como principal atividade econômica, a qual, por décadas, abasteceu os frigoríficos da região. Foi a partir da reforma agrária que os novos atores trouxeram outra dinâmica para a região e para o município santanense. Então, “[...] na medida em que ocorreu a territorialização da luta pela terra na Campanha Gaúcha, evidencia-se que novos elementos socioculturais foram incorporados na questão regional” (Albornoz, 2000, p. 166).

Nesse momento, duas sociedades começam a coexistir, uma historicamente constituída por forte identidade ligada ao espaço latifundiário; e outra por uma sociedade que carrega os elementos socioeconômicos do seu antigo território de vida. É evidente que o encontro desses atores, com identidades territoriais distintas, promoveu a construção de uma nova identidade, neste caso, com aspectos culturais da colônia e da campanha.

Assim, “[...] as dezenas de assentamentos rurais existentes na região foram conquistas do movimento no ‘coração’ do latifúndio gaúcho, possibilitando a territorialização da luta pela terra” (Chelotti, 2009, p. 137). Esse processo ocorreu em decorrência das sucessivas crises enfrentadas nos anos 1980 e 1990, quando muitos proprietários de terras procuraram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para vistorias, interessados na desapropriação, inclusive em Santana do Livramento (Monteblanco, 2013). Foi esse contexto que “favoreceu o fato de Santana do Livramento ser o município com maior número de assentamentos do Rio Grande do Sul” (Monteblanco, 2013, p. 170). Atualmente, Santana do Livramento conta com 30 assentamentos que ocupam uma área de 26.528 hectares (INCRA, 2020).

Além dos assentamentos, a crise sofrida pelos produtores rurais trouxe uma nova forma de produção e de inserção no mercado. Para uma parte dos estancieiros, esse foi o momento de transformar a forma de produzir, tornando a pecuária tradicional em pecuária empresarial. A partir daí, Santana do Livramento começou a apresentar uma realidade que diverge daquele velho “rótulo” da região da pecuária extensiva; o que se observa é uma diversidade encontrada na própria pecuária, mas, principalmente, nas novas experiências que surgem no município, como as lavouras modernas, incluindo a soja, e os assentamentos (Monteblanco, 2013).

É nesse contexto do espaço fronteiro que os agricultores assentados buscam uma nova identificação, formando raízes para uma mesma identidade (Medeiros, 2007). Ainda de acordo com a autora, os assentamentos buscam a volta do processo produtivo do qual foram excluídos, de uma nova forma de produzir e de se organizar no campo. Aguiar (2011) observou nos

assentamentos de Santana do Livramento que, diante da precária assistência do Estado e diante da necessidade de reproduzir a existência no novo lugar, várias relações espontâneas se estabeleceram nos assentamentos, boa parte chamada de forma genérica de parcerias. Para a autora, o assentamento é um lugar onde processos auto-organizativos se manifestam e onde esses processos criam uma importante estratificação social dentro do próprio assentamento. Diante de todos os problemas enfrentados pelos assentamentos, as quase mil famílias de agricultores familiares, que estavam há mais de duas décadas em Santana do Livramento, têm seu potencial de trabalho muito desperdiçado (Aguiar, 2011).

A partir da contextualização exposta, a identidade e as instituições que estão inseridas em meio ao processo de assentamento da reforma agrária em Santana do Livramento é o objeto de estudo deste trabalho. Esse município, situado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, preserva características culturais provenientes da colonização e abriga a maior quantidade de famílias assentadas do Rio Grande do Sul, com muitas destas oriundas de outras regiões, como mencionado, e outras santanenses, formadas por ex-trabalhadores rurais das estâncias, sem experiência em agropecuária familiar. Nesse processo, encontram-se as famílias que integram o primeiro assentamento estabelecido em Santana do Livramento. As famílias do assentamento Liberdade no Futuro, mais conhecido como Cerro dos Munhoz, representam precisamente essa busca por uma nova identidade. Nesse contexto, os desafios concentram-se principalmente na permanência na terra e na superação dos obstáculos impostos pelo mercado. Trinta anos após sua chegada, surge a primeira agroindústria coletiva de queijos, liderada por um grupo de mulheres com o objetivo resgatar a essência do trabalho coletivo.

Dessa forma, o presente estudo busca a compreensão das mudanças institucionais no desenvolvimento rural dos assentados em Santana do Livramento. Além disso, explora como as experiências coletivas motivaram a formação do Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) do queijo. Esses sistemas são influenciados por diversos fatores, incluindo características culturais, sociais, econômicas e ambientais. A partir da reterritorialização e da inserção de novas identidades que não existiam em Santana do Livramento, há uma mudança da institucionalidade que permitiu moldar a formação do SIAL. Portanto, este estudo visa documentar as transformações institucionais e investigar a dinâmica de interação entre as famílias residentes no assentamento Liberdade do Futuro, situado no Cerro dos Munhoz. Procura-se, por meio da análise das mudanças institucionais, entender o processo de interação entre as famílias que resultou na criação da agroindústria coletiva Sabores do Campo.

Em verdade, a formação e o desempenho dos agricultores assentados não dependem unicamente dos fatores apontados, mas de um conjunto mais amplo de elementos que abrange

a coordenação entre os agricultores e que faz parte do arranjo institucional. A pesquisa proposta neste trabalho analisou o arranjo institucional através do SIAL. Nesse contexto, a combinação das abordagens teóricas do SIAL e da Nova Economia Institucional (NEI) ocorreu porque o primeiro é fundamentado em bases institucionalistas, incluindo contribuições relacionadas ao território proveniente da geografia. No que diz respeito à NEI, o estudo incorporou os conceitos apresentados por Douglass North, explorando como as instituições influenciam o comportamento humano, as interações humanas e as dinâmicas sociais. Foi possível compreender e interpretar o comportamento dos assentados, que possuem uma identidade territorial distinta daquela existente no município antes da criação dos assentamentos. Além das características econômicas específicas, Santana do Livramento, por estar localizada em uma região de fronteira, manifesta uma cultura própria e um modo de vida singular, especialmente no que se refere às relações de trabalho e produção, aspectos que necessitam ser analisados para compreender as dinâmicas estabelecidas dentro do assentamento.

Perante esse contexto, torna-se justificável a aplicação da NEI para compreender como os agentes interagem, ou seja, como as atividades desempenhadas dentro da Agroindústria Sabores do Campo, pertencente ao assentamento Liberdade no Futuro, localizado no Cerro dos Munhoz, estão divididas, visto todo o processo de reterritorialização e as várias identidades territoriais que convivem nas unidades de produção. Além de entender as relações existentes entre crenças, escolhas e mudanças institucionais, procurou-se, através da abordagem teórica do SIAL, perceber o desenvolvimento rural. Do ponto de vista teórico, esta pesquisa concentra-se nos principais pontos de interpretação fornecidos pela NEI.

Para compreender as relações existentes em Santana do Livramento, é importante resgatar fatos históricos, principalmente a militarização e o conservadorismo herdado. Esses elementos têm relação direta com a forma de colonização do Rio Grande do Sul. O início do povoamento do estado ocorreu por meio de doação de sesmarias para a ocupação e defesa da região de fronteira. Posteriormente, a povoação europeia foi promovida para povoar a parte norte do estado com a imigração europeia. Assim, foram dois processos distintos ocorridos no estado: a povoação ao sul, pela concessão de sesmarias, e ao norte, pela política de migração europeia.

A formação socioeconômica do Rio Grande do Sul foi marcada por dois tipos de sociedades: a sociedade da pecuária na campanha gaúcha e a sociedade de colônia na Serra do Rio Grande do Sul. Na região da campanha, no sul do estado, a população era menos concentrada e a atividade estava estritamente ligada ao gado. Enquanto isso, na Serra, norte do Rio Grande do Sul, desenvolvia-se, nas pequenas propriedades, a agricultura com

predominância da mão de obra familiar, praticamente sem trabalho escravo (Fonseca, 1983).

A partir desse processo de colonização, forma-se uma classe de pequenos produtores agrícolas e comerciantes, e outra de pecuaristas. Esses núcleos colonizadores marcaram a diferenciação na forma social de trabalho. As condições geográficas favoreceram a criação do gado bovino na zona sul. Diferentemente do norte, o perfil do estancieiro não era de empreendedor capitalista, os recursos adquiridos com a pecuária extensiva e os lucros com a venda da carne eram utilizados para a compra de mais terras e de bens supérfluos e de luxo (Pesavento, 1985).

Santana do Livramento teve sua base na pecuária extensiva, mantendo-se economicamente vinculada a essa atividade por muitas décadas. A partir da década de 1990, algumas transformações começaram a ocorrer na cidade, algumas delas condicionadas à chegada do MST. Por isso, nesta seção são apresentados alguns elementos que marcaram a desterritorialização e a reterritorialização<sup>1</sup> de trabalhadores rurais no município de Santana do Livramento (RS). Esse período é ressaltado por ser o momento em que se estabelece esse novo arranjo institucional pesquisado neste trabalho. No entanto, alguns elementos da história progressiva do município são fundamentais para compreender o contexto no qual ocorre essa reterritorialização.

Santana do Livramento é um município situado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, faz parte da Metade Sul do estado com 105 municípios e está a 496 km da capital Porto Alegre (RS). Possui as características herdadas do período colonial, grandes propriedades rurais (latifúndios) com vocação para a pecuária. Santana do Livramento possui uma área territorial de 6.946.407 km<sup>2</sup>, ocupando a segunda posição no estado. Tem uma população de 75.647 habitantes, com densidade demográfica de 11,86 habitantes/km<sup>2</sup> (IBGE, 2021). A população rural do município é de 8.054 habitantes e está distribuída em 2.965 propriedades rurais. Faz parte do Bioma Pampa e, atualmente, concentra o maior número de assentamentos do estado, totalizando 30 assentamentos em 26.257 hectares (INCRA, 2020).

O município sempre foi reconhecido a partir da pecuária como principal atividade no meio rural, mas outras culturas são desenvolvidas no município, como: soja, arroz, milho, uva e trigo. Através da pecuária, Santana do Livramento já foi um dos principais centros econômicos do estado. A abundância do gado e a localização privilegiada atraíram investimentos externos e, no ano de 1917, ocorreu a instalação do frigorífico Armour no

---

<sup>1</sup> A criação de territórios é denominada pela territorialização, a destruição pela desterritorialização, e a recriação a partir do processo de reterritorialização (Chelotti, 2010).

município, mas, na década de 1990, houve o encerramento das atividades frigoríficas. Recentemente, o projeto Ferradura dos Vinhedos (oficializado em 08 de maio de 2018 como rota turística pelo governo do Estado), trabalho desenvolvido pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), destaca a diversificação da matriz produtiva do município. De acordo com o coordenador do projeto João Miranda, o roteiro turístico “diversifica a matriz econômica, com a produção de vinhos, mas também com a produção de queijo, embutidos, azeite de oliva, noz peca e mel (Jornal A Plateia, 11/06/2021).

Santana do Livramento, segundo o IBGE (2021), possui um PIB de R\$ 224.827.000 e uma renda *per capita* de R\$ 30.208,59. Conta com mais de 2.500 propriedades rurais, sendo que pouco mais de 1.800 propriedades são consideradas de médio e pequeno porte (com até 100 hectares). Santana do Livramento concentra o maior número e maior área de assentamentos, além do maior número de famílias assentadas em todo o Rio Grande do Sul. Do total da área do município, os assentamentos ocupam apenas 4% da área territorial de Santana do Livramento. Vivem atualmente, considerando evasões e rotatividade, 907 famílias, cerca de 3 mil pessoas, o que representa quase 4% da população total do município e 40% da população rural, que é de 8.054 habitantes (Monteblanco; Cordeiro, 2019). De acordo com Chelotti (2013), a partir da chegada dos assentamentos em Santana do Livramento, verifica-se uma mudança no território marcado pelo latifúndio. Essa transformação está na inserção da agricultura familiar, que possibilitou a formação de uma bacia leiteira, a inserção da fruticultura e a produção de sementes agroecológicas. Para Monteblanco (2013), é possível notar três grandes mudanças no meio rural santanense, sendo elas: a importância da produção agrícola e agroindustrial para o autoconsumo, a atividade leiteira na geração de renda e a crescente inserção da soja nos assentamentos.

No processo de reterritorialização, ao se depararem com um ambiente completamente diferente e hostil em relação ao seu antigo território, os assentados tiveram que se adequar às condições do solo e clima da região. Nesse contexto, a produção de leite emergiu como uma alternativa viável, uma vez que a pecuária de corte não se mostrava rentável em pequenas propriedades. Além disso, as características do solo arenoso, o inverno rigoroso e o verão com altas temperaturas não favorecem algumas culturas.

De acordo com Monteblanco (2013), a principal estratégia de reprodução dentro dos assentamentos é a pecuária leiteira. A produção de leite não chegava a 10 milhões de litros até o ano de 2007. No ano 2010, o município chegou, pela primeira vez, entre os 20 maiores produtores de leite do Rio Grande do Sul e, no de 2016, o município ocupou o 15º lugar. De acordo com o Censo Agropecuário (2017), propriedades com até 100 hectares são responsáveis

por 64,41% do total de leite produzido em Santana do Livramento. A faixa de estabelecimento com área de 20 e menos 50 hectares, correspondente aos lotes da reforma agrária, produz 48,23% do total de leite do município (Monteblanco; Cordeiro, 2019).

A atividade do leite foi aos poucos crescendo dentro dos assentamentos e se tornou o carro-chefe no desenvolvimento de muitas famílias assentadas (Aguiar, 2011; Monteblanco, 2013; Monteblanco; Cordeiro, 2019). A partir da crescente produção de leite, em 2002, foi fundada a Cooperativa dos Assentados da Fronteira Oeste (Coperforte). O objetivo da criação da cooperativa foi viabilizar a produção de leite dos assentamentos. Hoje, a cooperativa é a maior do município e conta com 1.300 cooperados com filiais em outros municípios (Monteblanco; Cordeiro, 2019). Aliando a necessidade de garantir uma renda mensal, a produção de leite sempre desempenhou um papel significativo e, por esse motivo, a fabricação de derivados tornou-se uma prática comum em pequenas propriedades. Nesse sentido, é relevante apontar dois fatores econômicos essenciais no processo de reterritorialização associados à transformação institucional, a saber: a cooperativa e a agroindústria.

Essa breve contextualização serve para compreender a dinâmica do município fronteiriço nos tempos atuais. Foi na década 1990 que a região se tornou prioritária para assentamentos. A identidade regional da campanha gaúcha, estruturada nos grandes latifúndios, na pecuária e na lavoura de arroz, começou a mudar (Chelotti, 2010). Ainda de acordo com o autor, “[...] a extraordinária mutação socioespacial transformou o latifúndio decadente em espaço simbólico, fonte de identidade e “orgulho” para todos os gaúchos [...]” (Chelotti, 2010, p. 90). Essa caracterização é importante para compreender as dimensões do SIAL, formado a partir da reterritorialização dos novos atores na região fronteiriça.

Em 1992, agricultores que foram desterritorializados de outras regiões do Rio Grande do Sul passaram por um processo de reterritorialização em Santana do Livramento, resultando na formação do primeiro assentamento no município, chamado Liberdade no Futuro, situado no Cerro dos Munhoz. A busca pelo processo produtivo que lhes foi tirado não é fácil e, de acordo com Medeiros (2017), a identidade territorial pode ser profundamente afetada, às vezes levando até ao abandono da luta e ao retorno ao local de origem. Assim, a inserção desses novos atores em Santana do Livramento proporcionou o encontro de duas sociedades distantes e originárias na colônia e na campanha. Em meio a esse cenário de diferenciação cultural e estrutura produtiva, o grande ponto é entender como esses indivíduos estabelecem relações e estratégias para a reprodução social e para garantir a manutenção no campo perante uma herança cultural distinta.

Esses agricultores familiares vêm se reterritorializando por meio de novas formas

produtivas e de organização, trazendo como consequências mudanças no território. Dado esse processo de mudança que teve início na década de 1990, novas questões de pesquisa emergiram e a questão a que se dedica este trabalho pode ser descrita da seguinte forma: **como se dá o processo de reterritorialização dos assentados no assentamento Liberdade no Futuro, em Santana do Livramento/RS, a partir do olhar de instituições que expressam sua identidade no espaço rural desde a década de 1990?**

Com o questionamento, é importante entender o que significa pertencer a um território. Segundo Haesbaert (1999, p. 77), “[...] o sentido de pertencer a uma determinada região, à sua cultura, passa pela atribuição de uma identidade a um grupo social, cuja base pode estar na própria especificidade do espaço no qual se reproduz”. Na Campanha gaúcha, através do imaginário tradicionalista, a estância é a representação de uma sociedade igualitária, em que os homens são vistos como iguais por compartilhar o mesmo chimarrão, o mesmo cavalo e por campear o mesmo Pampa. Esquecem que a estância representa um modo de reprodução excludente que monopoliza a propriedade fundiária e expulsa milhares de famílias do campo (Haesbaert, 1999).

Nesse caso, os agricultores de Santana do Livramento pertencem a um território de latifúndio, de economia especializada, de baixa inserção tecnológica e de diferenciação social. Há também agricultores de outros territórios que carregam outros saberes produtivos, além daqueles que não têm nenhuma ligação anterior com o rural. Fora esses difíceis encontros com identidades territoriais distintas, a fronteira sofre com a falta de infraestrutura, de inserção de mercado e logística.

Uma das possíveis respostas ao questionamento que este trabalho traz está relacionada ao fato de os indivíduos terem uma formação cultural distinta e, conseqüentemente, as instituições geradas a partir disso. Assim, as instituições desempenham um papel fundamental na configuração das interações entre os indivíduos, conforme North (1995) destacou ao se referir ao modelo de construção mental, ou seja, à maneira como percebemos e interpretamos o mundo. Diante da especificidade local e de todos os fatores previamente mencionados, destaca-se a importância do território e de seus ativos específicos como elementos centrais na abordagem dos SIAL. Esse enfoque atua como uma “chave de leitura” para situações concretas, na reflexão sobre o desenvolvimento rural (Lins, 2006).

Dentre os questionamentos apresentados neste estudo, destaca-se que a principal hipótese está associada à premissa de que a construção de ações coletivas não é uma tarefa simples e pode representar um desafio para a implementação de estratégias eficazes frente ao mercado. Mesmo estando em condições semelhantes e pertencendo ao mesmo assentamento,

as famílias enfrentam obstáculos para adotar estratégias coletivas, revelando dificuldade na coordenação das transações entre eles. Essas limitações podem estar relacionadas às instituições informais utilizadas, muitas vezes na salvaguarda dos contratos, ou, talvez, na falta da percepção da importância do cooperativismo para a redução de custos. Dessa forma, o incentivo para os agricultores participarem de forma coordenada nas transações dependerá da eficiência dos arranjos institucionais estabelecidos nos contratos.

Considerando esse contexto, o objetivo geral desta tese consiste em analisar o processo ligado às instituições (formais e informais) e de reterritorialização dos assentados na localidade do Cerro dos Munhoz, no território de Santana do Livramento, a partir da década de 1990.

Para atingir o objetivo geral, definem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) contextualizar o processo histórico e a formação socioeconômica da região que recebeu os assentados;
- b) descrever o processo histórico dos sem-terra, residentes no território do Cerro dos Munhoz, que se tornaram assentados e suas instituições;
- c) investigar como estão organizadas as famílias assentadas fundadoras da Agroindústria Coletiva Sabores do Campo e como são formados os arranjos institucionais;
- d) identificar, a partir da teoria institucionalista de North, os elementos conceituais que permitem compreender a relação de reprodução social, semelhanças e diferenças no assentamento Cerro dos Munhoz;
- e) analisar as instituições e a posição dos assentados nas suas relações de mercado.

Tendo em vista os elementos que norteiam este trabalho, as bases que justificam a realização desta pesquisa consideram que o estudo sobre o SIAL do queijo no assentamento Cerro dos Munhoz, especificamente junto a um grupo de famílias fundadoras da Agroindústria Sabores do Campo, insere-se na perspectiva de gerar novos conhecimentos sobre o processo histórico de reterritorialização. Além disso, busca-se compreender como esse grupo de famílias assentadas se estabelece no mercado por meio da produção de queijo no assentamento, ancorados nos princípios da Nova Economia Institucional. Trata-se de um fenômeno complexo, que envolve desterritorialização e reterritorialização, em um contexto de especialização produtiva e concentração fundiária. Compreende-se, então, que a identificação e a análise do arranjo institucional com as instituições pró-desenvolvimento rural podem auxiliar na compreensão desse processo e expandir as abordagens que possibilitam pensar em estratégias para o desenvolvimento local, bem como ampliar os meios que permitem pensar estratégias para o desenvolvimento local.

As características que envolvem esse processo já justificariam a escolha do tema e do

objeto de análise, no entanto, há ainda a vontade da pesquisadora em trazer questões relacionadas ao desenvolvimento do município e à importância da reforma agrária como processo de transformação do território. Para tanto, entende-se que a combinação da abordagem institucional e dos Sistemas Agroalimentares Localizados podem amparar uma análise econômica do desenvolvimento rural do município. Até então, foram realizados importantes estudos com enfoque na geografia agrária, como os trabalhos de Montebianco (2013) e Aguiar (2011). Busca-se ainda apresentar uma contribuição que vincule o desenvolvimento territorial e a análise do arranjo institucional do mercado. Sendo que esses dois trabalhos destacam o território, esta tese se concentra na perspectiva econômica, embora não se possa negligenciar as contribuições das pesquisas realizadas na geografia. O território desempenha um papel de destaque, ainda que o foco não esteja exclusivamente nele. A análise foi conduzida a partir do desenvolvimento rural de Santana do Livramento, explorando as mudanças nas instituições econômicas influenciadas pelos novos atores econômicos provenientes da reforma agrária.

Ademais, os impactos do encerramento das atividades frigoríficas em Santana do Livramento, o município com o maior número de assentados em uma região tradicionalmente latifundiária, a diversidade introduzida por esse processo de reforma agrária, a presença marcante da cultura local pró-latifúndio, as modificações ocorridas e a necessidade de compreender as instituições econômicas, que formam esse processo de assentamentos rurais, em uma região de fronteira, justificam este estudo, para não pensar somente naquilo que ocorre em Santana do Livramento, mas também no entendimento acerca do desenvolvimento rural a partir da abordagem institucional.

Vale ressaltar que muito dos assentados estão organizados e demonstram capacidade de inserção no mercado local. Mesmo diante de várias dificuldades, os assentamentos alcançaram êxito na produção de leite, que se tornou a principal atividade produtiva entre os produtores assentados. A partir desse setor, em 2002, foi estabelecida a Cooperativa dos Assentados da Fronteira Oeste (COPERFORTE) (Aguiar, 2011; Cordeiro; Montebianco, 2019).

Portanto, esta pesquisa pretende contribuir com a ampliação de estudos rurais que analisam a possibilidade de combinação do SIAL e as abordagens da NEI. Alguns autores como Vipoux (2014), já sinalizaram para a importância da cooperação para a eficiência nos assentamentos de Reforma Agrária e a dificuldade de conseguir cooperar no Brasil. Desta forma, o autor conclui que nos assentamentos brasileiros as garantias para cooperação vêm a partir de instituições informais, o que pode ser um problema em algumas comunidades, dadas as distintas identidades territoriais.

Almeja-se compreender a realidade dessas famílias por meio da abordagem teórica da NEI, que serviu como fundamento para entender a análise do SIAL. Essa perspectiva, juntamente com a abordagem territorial, integra a discussão sobre o desenvolvimento rural. Busca-se compreender, a partir do conhecimento dos valores, da cultura e dos hábitos, que estão enraizados (*embeddedness*) nos agricultores, como se dá o processo de luta na terra frente a um mercado tão otimizado e altamente competitivo, que acaba gerando dificuldades aos agricultores familiares. Segundo os estudos desenvolvidos por Chelotti (2010), esses difíceis encontros que ocorreram na Campanha Gaúcha fizeram com que os agricultores familiares sem-terra se defrontassem com uma nova identidade territorial, exigindo novas estratégias de sobrevivência em um território historicamente dominado pelo latifúndio pecuarista e seus elementos simbólicos culturais, ou seja, o território está relacionado ao comportamento e modo de agir.

Afora a relevância da abordagem teórica que sustenta esta análise, justifica-se a relevância da presente pesquisa por se tratar de uma política de reforma agrária que se fundamenta principalmente na distribuição de terras, na qual o Estado é responsável em dar incentivos aos agricultores. Por mais que esses incentivos ocorram, ainda há abandono significativo dos lotes. Além disso, este projeto pode contribuir para as discussões de estudos rurais com o aporte teórico da NEI e do SIAL.

Considerando os fundamentos que justificam a realização deste estudo, a metodologia adotada na pesquisa integrou um conjunto de procedimentos e técnicas de pesquisa de natureza qualitativa, com a escolha do método estudo de caso. Dentre os procedimentos empregados, foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica e documental abarcou a análise de livros, teses, dissertações e artigos, contribuindo para a construção do embasamento teórico. A pesquisa documental envolveu a busca em livros, jornais, revistas e documentos públicos.

A fase de pesquisa de campo foi realizada durante os meses de junho e outubro de 2022, junto às mulheres da agroindústria Sabores do Campo, do município de Santana do Livramento. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, seguindo um roteiro de questões. Esse roteiro foi elaborado com questões destinadas a caracterizar as dimensões técnica, histórica e institucional da produção de queijos (Apêndice A). No total, foram realizadas seis entrevistas, todas com mulheres. O primeiro contato nos assentamentos foi por intermédio da EMATER e, posteriormente, foi adotada a técnica conhecida como “bola de neve”.

Por fim, com base na apresentação desses elementos iniciais, esta tese está organizada

em nove capítulos, além desta introdução. O segundo capítulo apresenta os aportes teóricos que permitem definir o que são instituições, fundamentados na abordagem da Nova Economia Institucional. Na sequência são trazidas discussões sobre a importância das instituições para o desenvolvimento rural. O terceiro capítulo tem como propósito aprofundar as análises referentes ao conceito de território e sistemas agroalimentares localizados. Tal abordagem se justifica pelo fato de que o território é moldado por uma variedade de elementos, ultrapassando os aspectos meramente econômicos e políticos, englobando dimensões culturais, religiosas, simbólicas e afetivas. No quarto capítulo são apresentadas as características históricas do Rio Grande do Sul, considerando o processo diferenciado de colonização. Esse capítulo destaca a formação distinta entre as diversas regiões do estado e a herança cultural advinda desse processo, evidenciando as diferenças culturais que permeiam o estado gaúcho, resultando em duas sociedades distintas. No quinto capítulo, são detalhados elementos e eventos históricos que conduziram o município de Santana do Livramento ao seu auge econômico por meio da pecuária de corte, bem como o declínio subsequente da atividade devido às várias crises do setor. Foi somente a partir das políticas públicas implementadas na década de 1990 que o município começou a manifestar transformações significativas.

Os procedimentos metodológicos são apresentados no sexto capítulo. Nesse sentido, é destacada a escolha da abordagem qualitativa, conferindo um caráter descritivo, sendo empregado o método do estudo de caso. Os procedimentos e instrumentos de coleta de dados para a pesquisa fundamentam-se em fontes de dados primários e secundários. Os instrumentos utilizados compreendem pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. A análise de conteúdo é empregada para a análise dos dados coletados. No capítulo sete são partilhados relatos e experiências de outros trabalhos realizados em Santana do Livramento. A revitalização da economia do município é influenciada pela história, pelo conhecimento envolvido e pelo papel das instituições. Nesse capítulo, de maneira geral, abordam-se a organização dos atores, a economia, as instituições e a política no novo cenário que emerge em Santana do Livramento após crises que impactaram o setor da pecuária.

O capítulo oito apresenta o SIAL do queijo no assentamento Liberdade no Futuro. O objetivo principal desse capítulo é destacar as transformações na institucionalidade ao longo do tempo e como essas mudanças possibilitaram a configuração do SIAL. Por fim, no capítulo final, são expostas as considerações finais derivadas desta pesquisa, incluindo as limitações identificadas e as perspectivas para futuros estudos que possam explorar mais a fundo este instigante tema relacionado à institucionalidade e ao SIAL.

## 2 O MEIO RURAL E AS POSSIBILIDADES ANALÍTICAS DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

A formação do SIAL para a produção de queijo no assentamento Liberdade no Futuro, situado no Cerro dos Munhoz, está vinculada ao desenvolvimento de instituições que serviram como base para as relações estabelecidas ao longo do processo de reterritorialização. Tanto as interações dentro quanto fora do assentamento podem ser compreendidas por meio do referencial teórico-institucional, sendo a Nova Economia Institucional (NEI) o enfoque específico nesse caso. Além disso, a NEI possibilita a compreensão das interações entre os agentes e o desempenho das atividades, considerando as diversas identidades territoriais.

Por esse motivo, neste capítulo serão expostos os principais conceitos que integram a NEI, constituindo o principal aporte teórico desta pesquisa. Inicialmente, o capítulo oferece uma breve discussão sobre o pensamento institucionalista, com foco nos autores North e Williamson. Em seguida, destaca-se a contribuição de Douglass North com as macroinstituições servirão para interpretar a dinâmica do SIAL no assentamento Cerro dos Munhoz.

O entendimento dos conceitos que compõem o ambiente institucional possibilitou compreender o processo de mudança do território fronteiriço a partir da chegada de novos atores no município. Simultaneamente, é empregada a abordagem sobre Sistemas Agroalimentares Localizados, que será detalhada em capítulo subsequente. Para este estudo, acredita-se que a NEI proporciona uma lente analítica para compreender as dinâmicas do SIAL. Após a discussão sobre o arcabouço teórico da NEI, o capítulo também contempla uma breve discussão da importância das instituições para o desenvolvimento rural.

### 2.1 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

A teoria neoclássica surge no final do século XIX e domina o *mainstream* econômico ao longo do século XX. Porém, novas abordagens vão surgindo e tornando-se importantes para a Teoria Econômica, dentre elas a abordagem institucional. De uma maneira geral, a Teoria Institucional estuda os fenômenos econômicos como processos históricos e coletivos. A partir dessa perspectiva, procura-se através da mudança institucional e do aprendizado coletivo compreender como são formados os arranjos institucionais entre as famílias da Agroindústria coletiva Sabores do Campo, no assentamento Liberdade no Futuro - Cerro dos Munhoz.

No arcabouço teórico institucional, existe uma divisão nas abordagens teóricas sobre o pensamento institucionalista. É inegável que todas as abordagens são opostas

ao neoclassicismo, ou seja, fogem do individualismo metodológico. Segundo Conceição (2000), o que difere uma análise institucionalista é o conceito de instituição. Para o autor,

[...] qualquer abordagem analítica que se pretenda institucionalista deve incluir o *path dependency*, reconhecer o caráter diferenciado do processo de desenvolvimento econômico e pressupor que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e incertezas (Conceição, 2002, p. 80).

Conceição (2000) afirma que a preocupação inicial da Nova Economia Institucional (NEI) está baseada nos aspectos microeconômicos, com destaque para a teoria da firma em uma abordagem não convencional, ou seja, com uma combinação da história econômica, economia dos direitos de propriedade, sistemas comparativos, economia do trabalho e organização industrial. Foi na década de 1930 que contribuições não ortodoxas começaram a surgir na literatura econômica; a firma passou a ser vista de outra forma, contrariando a explicação da ortodoxia que compreende a firma como uma função de produção. Dessa forma, o surgimento da NEI está associado aos trabalhos de Coase (1937).

Coase é considerado o precursor dessa agenda de pesquisa, ao apresentar sua principal contribuição à NEI. Agrega ao afirmar que questões puramente utilitaristas não explicavam a realidade e que aspectos organizacionais e a relação com o cliente, por exemplo, não poderiam ser ignorados. Então, “A firma não seria, portanto, somente um espaço para a transformação do produto, mas também um espaço para a coordenação de ações dos agentes econômicos alternativo ao já estudado mercado” (Farina, 1999, p. 35).

Diante disso, os custos de transação não poderiam ser negligenciados. Para Coase, a empresa teria como função economizar os custos de transação que poderiam ser feitos através da escolha do preço mais adequado, nas transações com o mercado e pela substituição de contratos incompletos por contratos completos. Ambas as funções levariam a uma redução nos custos de transação (Conceição, 2000). Nesse sentido, a primeira grande contribuição do autor é mostrar que outros custos, além da função produção, são importantes para a escolha dos agentes econômicos.

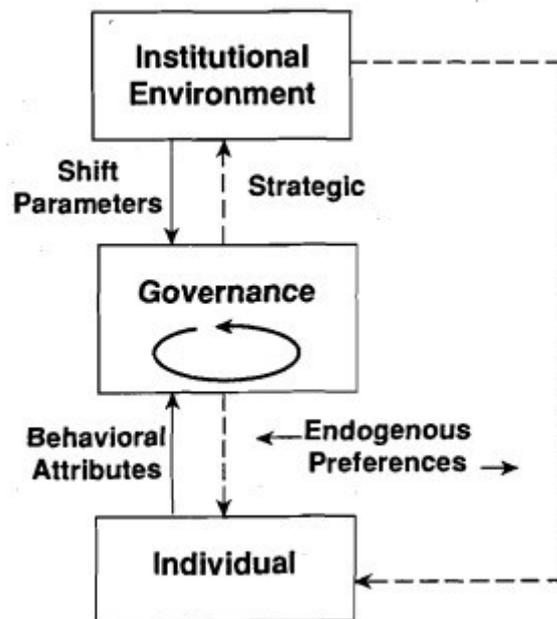
Seguindo os passos de Coase, mas agregando outras dimensões possíveis de serem analisadas nas transações, Oliver Williamson procura identificar ações oportunistas nas transações entre os agentes e os possíveis custos dessa interação. Williamson é o principal formulador dos pressupostos da Economia dos Custos de Transação (ECT). Para Silva (2002, p. 63), “[...] tal teoria não tende a eliminar o que chamar-se-ia de teorias concorrentes”, mas sim aproveitar argumentos de métodos como da Estrutura-Condução-Desempenho”. Assim

sendo, a NEI é diferente, mas não hostil à ortodoxia e apresenta um caráter interdisciplinar que reúne aspectos do Direito, da Economia e da Teoria das Organizações (Williamson, 1996).

Ainda de acordo com o autor, a NEI possui como foco principal o ambiente institucional e as estruturas de governança. Williamson (1993) propõe um esquema de três níveis, em que o ambiente institucional, a estrutura de governança e os indivíduos interagem, causando efeitos mútuos. O autor procura demonstrar os efeitos do ambiente institucional e dos indivíduos sobre a estrutura de governança, ou seja, o ambiente institucional, juntamente ao comportamento dos indivíduos, estabelece limites para a estrutura de governança.

O ambiente institucional pode ser considerado um padrão de mudanças que condiciona as estruturas de governança através de regras. As estruturas de governança são arranjos que visam coordenar as atividades econômicas entre diferentes agentes, ou seja, controle e coordenação estabelecidos para lidar com problemas de incerteza. Logo, a interação entre esses três níveis é fundamental para entender como as transações econômicas ocorrem e como as instituições afetam o comportamento dos agentes econômicos.

**Figura 1 - Esquema de três níveis Williamson (1992)**



Fonte: Williamson (1992).

Para Williamson (1992), as questões comportamentais, como a racionalidade limitada e o oportunismo, são importantes para entender os custos de transação. Logo, por haver limite da capacidade humana e pela complexidade que envolve as relações humanas, uma vez que

os indivíduos possuem racionalidade limitada, os contratos acabam por ser incompletos, por não preverem todas as possíveis e eventuais controvérsias (Williamson, 1992). Portanto, um contrato acaba por ser inapto de resolver questões que ainda não aconteceram e, por esse motivo, as instituições tornam-se importantíssimas para reduzir as incertezas futuras (Conceição, 2000; Farina, 1999). Assim, devido à incompletude contratual, problemas adicionais podem surgir quando somados às condições de oportunismo, assim dizendo, a busca pelo autointeresse (Williamson, 2000). Desse modo, para a escolha da estrutura de governança, devem ser levados em consideração o tipo de transação, o ambiente institucional e as condições dos agentes.

Outro autor importante para a NEI é Douglass North. Segundo o autor, as instituições são restrições criadas pelos indivíduos que acabam estruturando as interações sociais, econômicas e políticas. Para o autor, a NEI inicia com duas premissas:

1) que el marco teórico debería ser capaz de integrar la teoría neoclásica con un análisis acerca del modo en que las instituciones modifican el conjunto de opciones a las que pueden acceder los seres humanos, y 2) que este marco debe ser construido teniendo en cuenta los determinantes básicos de las instituciones, de manera que no sólo se pueda definir el conjunto de opciones que realmente están disponibles e nun momento determinado, sino también analizarla forma en que las instituciones cambian y por lo tanto alteran este conjunto disponible a lo largo del tiempo (North, 1990).

A abordagem definida por Douglass North tem um viés mais histórico, tendo como objetivo explicar a mudança econômica a partir da mudança institucional e do aprendizado coletivo. Por isso, os modelos mentais serviriam para reduzir as incertezas, frente ao comportamento oportunista. Para a NEI, a análise econômica torna-se muito mais ampla que os pressupostos neoclássicos, porque leva em consideração o contexto econômico, político e social, assumindo que a história, os direitos de propriedade, as regras de decisão política e jurídica são possíveis de serem analisados e, assim sendo, forma um conjunto básico para a compreensão dos procedimentos institucionais e das mudanças institucionais (North, 1990).

Em suma, os principais níveis de análise que compõem a NEI estão relacionados ao ambiente institucional e à estrutura de governança. O ambiente institucional (macroinstituições) estabelece o alicerce para as relações entre os agentes e serve para restringir as interações humanas. Nessa vertente, enquadram-se os trabalhos de Douglass North. Na abordagem que corresponde às microinstituições, o principal autor é Oliver Williamson, que centra seu estudo nas transações específicas, ou seja, com foco nas organizações e nos custos de transação.

A finalidade dos agentes é reduzir custos e, por essa razão, utilizam mecanismos apropriados para coordenar uma determinada transação. Denominam-se estrutura de governança as várias formas de estabelecer essa relação. “São exemplos de estrutura de governança o mercado spot, contratos de suprimento regular, contratos de longo prazo com cláusulas de monitoramento, integração vertical, entre outras” (Azevedo, 2000, p. 36).

**Quadro 1 - NEI - Duas perspectivas**

Douglas North	Oliver Williamson
Foco na mudança econômica explicada pelo aprendizado coletivo e mudanças institucionais – Modelos mentais	Foco no importante papel das organizações na redução de custo de transação

Fonte: elaboração da autora.

Diante do exposto, a NEI assume que a racionalidade do indivíduo é limitada e considera que há uma complexidade muito maior do que quantidade e preço, ou seja, diante da complexidade das relações entre os agentes, as instituições tornam-se fundamentais para a compreensão das relações econômicas, além do importante papel em resolver as falhas de mercado. Admitindo a amplitude de análise proposta pela NEI para este trabalho, optou-se pela teoria institucional de Douglass North para o aporte teórico.

## 2.2 MACROINSTITUIÇÕES - DOUGLASS NORTH

Douglass North, um dos principais autores da NEI, tem como principal ponto compreender como, ao longo do tempo, alguns países alcançaram o crescimento econômico, enquanto outros permanecem no atraso, mesmo considerando que todos partem do mesmo ponto, que é derivar-se de uma sociedade primitiva. Neste sentido, compreender a história de uma sociedade importa porque o passado, presente e futuro estão relacionados.

Para compreender as mudanças econômicas e o processo de crescimento econômico de um determinado lugar, deve-se integrar a análise institucional da economia política com a análise histórica econômica (North, 2018). O autor procura enfatizar a necessidade de compreender como os indivíduos fazem suas escolhas, já que “a mudança institucional molda a maneira pela qual as sociedades evoluem no decorrer do tempo e por isso é a chave para a compreensão histórica” (North, 2018, p. 13). Logo, a crítica do autor à teoria neoclássica está

em não considerar a intencionalidade dos agentes na mudança econômica. Então, contrariando os autores do *mainstream* econômico que acreditam que o crescimento econômico está baseado na acumulação de capital, North defende a forma como a sociedade se desenvolve como fator determinante do desempenho econômico. O desenvolvimento econômico vai depender do processo evolucionário de aprendizado. Assim sendo, compreender os processos cognitivos juntamente aos condicionantes convencionais arquitetados pela teoria econômica produzem as oportunidades em uma sociedade e as organizações são criadas para aproveitar essas oportunidades, já que evoluem e acabam por adaptar as instituições (North, 2018).

Vale destacar que, em todas as sociedades, sejam as mais primitivas ou as mais modernas, torna-se importante compreender a interação existente entre crenças, escolhas e mudanças institucionais. A partir dessas relações, é possível entender as limitações que acabam por estruturar as interações entre os indivíduos. Esse entendimento ajuda a compreender as instituições que são pensadas e estabelecidas nas sociedades e que servem para balizar as relações. “Las limitaciones institucionales incluyen aquello que se prohíbe hacer a los individuos y, as veces, las condiciones em que a algunos individuos se les permite hacer se cargo de ciertas atividades” (North, 1995 p. 14).

As instituições podem ser entendidas como formas de constranger comportamentos, sendo que essas regras são criadas com o intuito de reduzir a incerteza nas transações diárias. O autor nos mostra que essas regras são criadas a partir das vivências dos indivíduos, as quais derivam dos modelos mentais e das crenças da sociedade. Por isso, as regras podem ser formais e informais e consistem em leis e códigos de conduta, que servem para balizar as relações em uma sociedade, ou seja, regras do jogo.

As instituições são, então, construídas e formam um conjunto de regras que servem para limitar o comportamento dos indivíduos. Para o autor, as instituições compõem uma matriz de constrangimentos destinadas a ações futuras, cujo intuito é reduzir as incertezas que fazem parte do cotidiano. As normas que estão na matriz de constrangimentos derivam de heranças culturais e da criação de regras. As instituições preestabelecidas geram, ao longo do tempo, um elo entre o passado e o presente, o qual North (1992, p. 4) denomina *path dependence*: “Path dependence could mean nothing more than that yesterday’s choice are the initial starting point for today’s. But path dependence appears to be a much more fundamental determinant of long run change than that”. Dessa maneira, o melhor arcabouço institucional deve possuir uma eficiência na capacidade de adaptação, ou seja, depende da trajetória previamente percorrida.

As regras formais compõem uma pequena e importante parte das restrições que acabam por moldar as escolhas dos indivíduos e cabe aqui o *enforcement*, que são atribuições das

instituições políticas, sociais e econômicas (North, 2018). Portanto, é nesse ambiente macroinstitucional que os direitos de propriedade são criados e o *enforcement* garante o seu uso.

As regras formais abrangem regras políticas (e jurídicas), regras econômicas e contratos. A hierarquia de tais regras, desde constituições, passando por leis e por regulamentos específicos, até contratos individuais, estipula restrições que vão de regras gerais e estipulações específicas. De ordinário, é mais custoso alterar constituições do que leis, assim como uma lei é mais custosa de alterar do que contratos individuais (North, 2018, p. 86).

As regras informais são importantes em si mesmas. São transmitidas e influenciam o comportamento dos indivíduos, como, por exemplo, o modo de pensar e agir (North, 2018). Isso acarreta uma evolução de difícil entendimento e de uma mudança lenta e gradual, bem como coloca o autor:

[...] las limitaciones informales, derivadas culturalmente no cambiarán de inmediato como reacción a cambios de reglas formales. Como resultado, latención entre reglas formales alteradas y limitaciones informales persistentes produce resultados que tienen consecuencias importantes em la forma em que cambian las economías (North, 1995, p. 65).

É mais simples mudar uma lei do que questões culturais. As questões que envolvem cultura são heranças passadas de geração para geração e as escolhas presentes estão estritamente ligadas ao legado acumulado, não sendo simples essa mudança. Como cultura, Douglass North (2018) define a transferência de conhecimento que passa de geração para geração e demais fatores que afetam o comportamento, como a experiência e o aprendizado. Nesse sentido, o aprendizado, ao longo do tempo, modela as instituições. Isso mostra que algumas economias podem ter instituições eficientes que estimulem o crescimento econômico, assim como outras que provoquem a estagnação. Por esse motivo, o processo histórico de uma sociedade só é possível de ser entendido através da análise das instituições.

É simplesmente impossível interpretar a história (ou economias contemporâneas) sem reconhecer o papel central que as preferências subjetivas desempenham no contexto das restrições institucionais formais que nos facultam expressar convicções sem custo algum ou com baixíssimo custo. Noções, ideologias organizadas e até mesmo o fanatismo religioso desempenham papéis importantes na moldagem de sociedades e economias (North, 2018, p. 82).

A partir da consciência que os indivíduos possuem, ocorrem mudanças nas instituições quando se verifica a possibilidade de melhorias através da alteração no quadro institucional. Cabe mencionar, mais uma vez, que as regras formais são de fácil mudança, porém as regras informais levam um tempo para mudarem, podendo, no limite, ser adaptadas às regras formais.

Nesse sentido, para o autor, o grande ponto da diferenciação do crescimento econômico entre as economias é a interdependência entre as instituições formais e informais.

El que las instituciones informales sean importantes em si mismas (y no simplemente apêndices de regras informales) se puede observar patiendo de la evidencia de que las mismas reglas formales y/o constituciones impuestas a diferentes sociedades producen resultados diferentes (North, 1995, p. 54).

Modelos de sucesso não podem ser copiados e replicados, uma vez que o legado histórico é único e a forma de relacionamento entre os indivíduos não é igual. A definição de instituições para o autor passa pela teoria do comportamento humano, o que favorece a leitura do mundo econômico, político e cultural. O autor propõe que os processos mentais acumulados servem para reduzir as incertezas. Então, a abordagem institucional de North (1995) especifica como as crenças se relacionam com o contexto social e possibilitam criar instituições para reduzir custos de transação.

Vale lembrar que, para o autor, as transações entre os indivíduos correspondem ao valor de várias propriedades que envolvem a troca de um produto ou serviço, ou seja, o custo de transação é determinado pela mensuração em conjunto com o caráter custoso de execução (North, 2018, p. 61). Seguindo Ronald Coase, o autor coloca que, quando os custos de transação são considerados, as instituições começam a ter importância. Quando uma economia oferece um aparato institucional que tem baixo custo de transação, torna o mercado mais eficiente e favorece o crescimento econômico (North, 1992). As instituições servem, portanto, para reduzir as incertezas e fornecer uma estrutura para as interações humanas. De acordo com North (2018), as instituições existem decorrentes das incertezas geradas nas relações humanas. Os seres humanos convivem frequentemente com a incerteza, a qual faz parte da dinâmica econômica e, quanto maior a instabilidade institucional, maior a ampliação da incerteza. Isso se deve ao conhecimento imperfeito que se tem do ambiente em que vivemos, o que nos leva a criar regras imperfeitas.

As instituições servem para regular as interações entre os indivíduos, dando certa segurança nas relações tanto no que diz respeito aos limites de opções quanto às possíveis consequências nas mudanças de preços, ou seja, minimizando a incerteza no futuro. Isso porque as informações são assimétricas e acabam por gerar custos de transação. Portanto, as escolhas dos agentes são moldadas pelas estruturas que compreendem as crenças, instituições, ferramentas e tecnologias. Essas estruturas desempenham um papel fundamental na formação das decisões individuais e coletivas, influenciando as possibilidades e limitações enfrentadas

pelos atores. À medida que uma sociedade se torna mais rica em termos de diversidade cultural, há uma maior capacidade de criar um ambiente institucional que reduza as incertezas no processo de escolha. Além disso, a presença de instituições sólidas e bem estabelecidas pode fornecer um arcabouço regulatório e normativo que oriente as escolhas, oferecendo confiança nas escolhas (North, 2013).

A estabilidade é uma condição necessária para as interações humanas e permite que ocorram trocas mais complexas com o passar do tempo. “A estabilidade é alcançada mediante um complexo conjunto de condicionamentos que abrange regras formais hierarquizadas de tal forma que cada nível é mais custoso de mudar do que anteriormente” (North, 2018, p. 143). Quando os indivíduos estabelecem trocas frequentes, é natural que criem hábitos e regras informais para facilitar as transações. Esses arranjos satisfatórios acabam incentivando os agentes a investirem em atividades econômicas. Afinal, ao garantir que as trocas sejam eficientes e vantajosas para ambas as partes, é mais provável que os indivíduos se sintam motivados a continuar participando dessas interações. Nesse sentido, a criação de uma atmosfera de confiança e estabilidade nas trocas acaba sendo benéfica para o desenvolvimento econômico.

Dessa forma, o comportamento e a interação dentro de uma sociedade são influenciadas por suas experiências pessoais. Essas vivências modelam os padrões de comportamento adotados por cada indivíduo, e esses comportamentos, conseqüentemente, desempenham um papel significativo nas mudanças econômicas que se desdobram. Conforme indicado por North (1990), é por meio desses comportamentos que as transformações econômicas são impulsionadas e delineadas. Isso significa que as atitudes dos indivíduos desempenham um papel fundamental na condução do desenvolvimento econômico. Assim, compreender essas dinâmicas comportamentais é essencial para entender como as mudanças econômicas ocorrem e como elas podem ser impulsionadas. Diante do exposto até aqui, nota-se que o grande esforço do autor está em compreender o funcionamento das instituições como principal ponto de análise para o entendimento do desenvolvimento econômico. Por esse motivo, a crítica dessa abordagem ao modelo clássico, uma vez que os indivíduos não possuem a mesma função e as interações dentro das organizações acarretam custos de transação.

A análise macroanalítica desempenha um papel crucial ao estabelecer conexões entre o ambiente institucional e o desenvolvimento econômico. É por meio do ambiente institucional que são estabelecidos os parâmetros que servem como referência para todas as transações. Portanto, ao compreender a influência do ambiente institucional no desenvolvimento econômico, pode-se ter uma visão mais aprofundada sobre como as

instituições moldam e direcionam o crescimento de uma economia. A seguir, será apresentado outro campo analítico que completa a análise da NEI.

### 2.3 MICROINSTITUIÇÕES E ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA – OLIVER WILLIAMSON

Diferentemente das macroinstituições que centram sua análise no ambiente institucional, as microinstituições têm como foco os diferentes arranjos institucionais, sendo estes os responsáveis por fornecer os maiores impactos sobre os custos de transação. Essas duas correntes apresentam características complementares, porém com forma analítica distinta para o mesmo objeto: a economia com custos de transação, em que o quadro institucional tem uma posição de relevância no resultado econômico (Azevedo, 1997).

As macroinstituições estão inseridas em um ambiente mais amplo, como, por exemplo, as leis de um país, enquanto as microinstituições se estabelecem dentro de um ambiente mais restrito, como uma empresa. Enquanto as macroinstituições fornecem um conjunto de regras que moldam a sociedade, as microinstituições desempenham um papel fundamental na organização e funcionamento de unidades menores, como, por exemplo, as empresas. Dessa forma, “o ambiente institucional fornece o quadro fundamental de regras que condiciona o aparecimento e seleção de formas organizacionais que compõem a estrutura de governança” (Azevedo, 1997, p. 61). É importante reconhecer que elementos microanalíticos podem modificar o ambiente institucional.

A elaboração do arranjo institucional tem como foco encontrar a estrutura de governança mais eficiente que resulte em redução dos custos de transação, por isso a importância de como serão definidas as estruturas de governança e as formas de contrato e execução. De acordo com Azevedo (1997), a eficiência de uma estrutura de governança depende da sua capacidade de adaptação às possíveis mudanças no ambiente econômico, já que as regras do jogo (leis) e o modo como jogar o jogo (especificação de contratos) proporcionam grande impacto na Economia dos Custos de Transação (Williamson, 2000). Posto isso, o autor define custo de transação como os custos *ex-ante* de preparar, negociar e salvaguardar um acordo, bem como os custos *ex-post* de ajustamento quando os acordos são afetados por falhas, erros, omissões e alterações inesperadas. Afinal, são os custos que conduzem o sistema econômico (Williamson, 1993).

Para Pondé (1996), os custos de transação são os gastos com os recursos econômicos para planejar, adequar e monitorar as relações entre os agentes, assegurando a execução do

contrato. Logo, os custos não estão ligados apenas à produção, mas a toda relação estabelecida entre os agentes quando há transferência de direito de propriedade. Corroborando a discussão, de acordo com Azevedo (1997), não são custos unicamente ligados à produção, uma vez que a atividade econômica não se reduz à transformação de insumos. De outro modo, são custos que aparecem na medida em que os agentes se relacionam entre si.

A Economia dos Custos de Transação (ECT) apresenta dois pressupostos comportamentais bem importantes: oportunismo e racionalidade limitada. Por oportunismo entende-se que os agentes buscam seus interesses com malícia. Ao terem informações privilegiadas, podem obter algum tipo de ganho nos contratos ao suprir informações do outro agente, que não possui a mesma informação. Então, a racionalidade limitada ocorre devido à falta de conhecimento pleno de tudo, que pode ocorrer em uma transação e gerar contratos incompletos. Se houvesse plena racionalidade, os contratos seriam perfeitos, mas, como a racionalidade é limitada, acaba por deixar margem para o oportunismo, pois os custos de transação derivam das ações cognitivas manifestadas pelos agentes. Segundo Azevedo (1997, p. 73), “o recurso ‘racionalidade’ é escasso, implicando custos a sua utilização”.

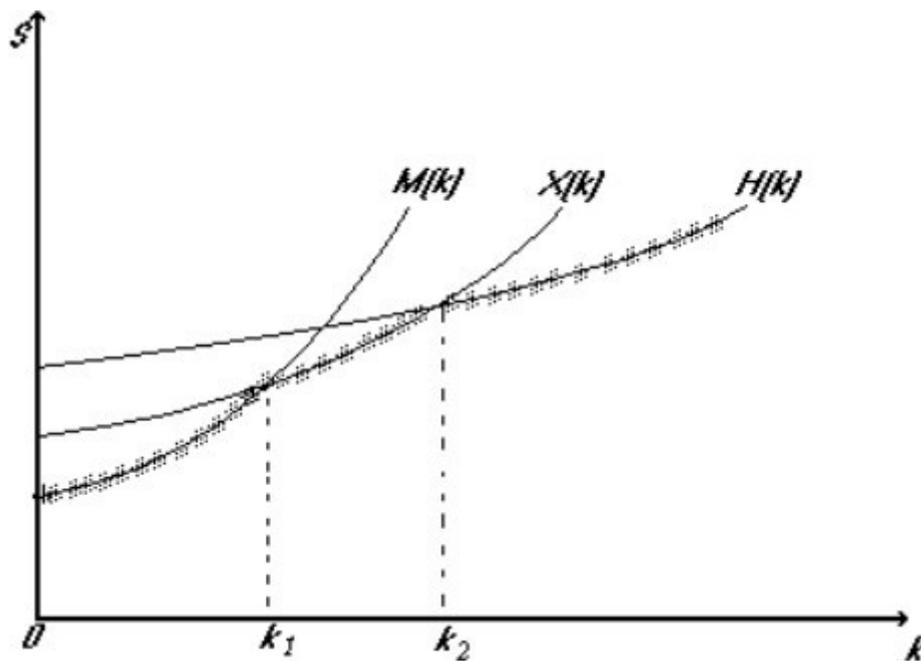
Para auxiliar nesse processo, a ECT serve para medir os custos envolvidos nas trocas e permite avaliar os custos das organizações econômicas. Os custos de uma transação derivam dos custos de informações, já que as partes envolvidas em uma transação detêm informações assimétricas. Em suma, são os custos que conduzem o sistema econômico (Williamson, 1993). Segundo Farina, Azevedo e Saes (1997), Williamson procura identificar a possibilidade de ação oportunista por uma ou mais partes envolvidas na transação e os seus respectivos custos sobre as demais partes. Por esse motivo, a estrutura de governança é arquitetada para inibir condutas oportunistas entre as partes envolvidas em transações específicas. Logo, as diferentes formas das estruturas de governança dependem das distintas transações.

Williamson o preocupa-se em aplicar dimensões às transações, que são elementos objetivos e observáveis. Assim, utiliza a análise da especificidade dos ativos para afirmar que o comportamento oportunista dá origem a custos de transação. Para evitar situações desse tipo, é necessário um contrato bem delimitado. Por isso, quanto maior a especificidade do ativo, maior os custos de transação. Outra dimensão considerada importante pelo autor é a frequência com que as transações ocorrem, pois esse é um elemento importante para a escolha da estrutura de governança. Para Azevedo (1997, p. 88), essa dimensão pode servir como um aspecto importante em dois pontos: “a) a diluição dos custos de adoção de um mecanismo complexo por várias transações e b) a possibilidade de construção de reputação por parte dos agentes envolvidos na transação”.

Diante do exposto, o conhecimento entre as partes envolvidas em uma transação acaba reduzindo a incerteza. Além das dimensões mencionadas, outra dimensão muito presente nas relações capitalistas é a incerteza, assim como citado em North (1995, 2018). A falta de conhecimento pleno sobre acontecimentos futuros gera incerteza nas relações contratuais. As instituições são criadas para reduzir as incertezas, mas isso não significa que os resultados serão eficientes, uma vez que não há a delimitação de uma distribuição de probabilidades (North, 1992).

À vista disso, diferentes estruturas de governança são criadas para atender aos diferentes atributos das transações (frequência, especificidade do ativo e incerteza), sendo que as estruturas de governança podem assumir a forma de mercado, hierarquia (integração vertical) e híbrida, considerando os pressupostos comportamentais (Williamson, 1985).

**Figura 2 - Especificidade de Ativos e Estruturas de Governança**



Os agentes devem escolher qual forma é a mais adequada para coordenar suas transações, já que a governança é uma estrutura institucional em que as transações ocorrem (Williamson, 1993). Por esse motivo, o mercado será sempre a melhor escolha se a especificidade do ativo for baixa, ou seja, é a forma mais eficiente e oferece maiores economias de escala. Um ativo com alta especificidade integra-se melhor à estrutura hierárquica, sendo que a integração vertical leva a uma redução dos custos de produção da empresa. Já a estrutura híbrida caracteriza-se tanto por estruturas de mercado quanto hierárquica e pode se adequar

conforme o tipo de contrato. A partir dessa lógica, as estruturas de governança são escolhidas pelos agentes conforme as transações que desejam realizar, buscando reduzir os custos de transação. Isso se dá através do alinhamento das particularidades das transações perante as condições de racionalidade limitada e oportunismo (Williamson, 1985).

Como visto até aqui, as instituições e as organizações são criadas ou modificadas para proporcionar estruturas às transações entre os atores. Logo, as instituições tornam-se recursos importantes para compreender os processos voltados ao desenvolvimento rural, pois envolvem questões de pertencimento, reforma agrária, direitos de propriedades, entre outros. Portanto, compreender a importância da NEI é reconhecer que as instituições desempenham um papel central nos resultados econômicos e sociais, considerando que as instituições moldam o comportamento dos agentes.

## 2.4 INSTITUIÇÕES PRÓ-DESENVOLVIMENTO RURAL E TERRITÓRIO

Foi a partir da Segunda Guerra Mundial que o desenvolvimento começou a fazer parte da agenda dos governos e, desde os anos 1950, uma sociedade desenvolvida é aquela capaz de gerar crescimento na produção, consumo e renda. Para Favaretto (2006), desenvolvimento pode ser compreendido como uma evolução que nada tem de linear e pode ter diferentes direções, como melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais.

Na agricultura, o desenvolvimento estava alinhado à modernização no campo e, segundo Navarro (2001), a noção de desenvolvimento rural, nos anos de 1950 e 1975, estava atrelada ao ímpeto modernizante. Aumentos da produção, da produtividade e da renda familiar eram entendidos como desenvolvimento rural, mas o que se notou foi quase nenhuma mudança na pobreza rural. Seguindo nesse caminho, a Revolução Verde foi disseminada para os países subdesenvolvidos e pacotes tecnológicos foram facultados aos agricultores. Máquinas agrícolas, fertilizantes, inseticidas, fungicidas e herbicidas eram disponibilizados com o interesse de aumentar a produtividade e estreitar a relação entre o agricultor e a indústria. Nesse período, o Estado coordenou e orientou os recursos financeiros com o intuito de desenvolver, já que esse era o sentido de desenvolvimento.

Entretanto, novas formas de interpretar o desenvolvimento foram surgindo e se complexificando. Para Abramovay (2000), existem duas correntes interpretativas do desenvolvimento:

- a) uma que enfatiza a dimensão territorial do desenvolvimento;
- b) outra que traz o capital social como fator facilitador das ações.

O entendimento do termo capital social só foi incorporado há pouco tempo pelas instituições de desenvolvimento e mostrou que os indivíduos não atuam de forma independente, mas agem conjuntamente.

Segundo Kageyama (2004), a discussão em relação ao desenvolvimento rural é um assunto inesgotável, porém há uma concordância sobre os seguintes aspectos:

- a) Rural não é sinônimo de agrícola;
- b) O rural é multissetorial;
- c) As áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa;
- d) não existe um isolamento total entre os espaços rurais e áreas urbanas.

Em complemento, Navarro (2001) destaca que é interessante diferenciar e esclarecer o que é desenvolvimento rural. Para o autor, existem três tipos de desenvolvimento: agrícola, agrário e rural. O desenvolvimento agrícola ou agropecuário refere-se exclusivamente à produção em um dado período, ou seja, trata da base propriamente material da produção, das suas particularidades e melhoria, por exemplo: área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros aspectos produtivos.

Já o segundo termo, desenvolvimento agrário, é bem mais ambicioso analiticamente. Refere-se ao entendimento acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade, em todas as suas dimensões, ou, melhor dizendo, não se refere unicamente à estrutura agrícola. Estuda as mudanças sociais e econômicas em longo prazo, reivindicando uma aplicação de modelos teóricos entre países e regiões. As condições próprias da produção constituem apenas um aspecto, mas a análise centra-se também nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas alterações, nos conflitos sociais, nos mercados, entre outros. Como os painéis históricos sobre o mundo rural em um dado momento são amplos, são estudos macrossociais e, por isso, pouca importância é atribuída aos processos microssociais ou à vida cotidiana (Navarro, 2001).

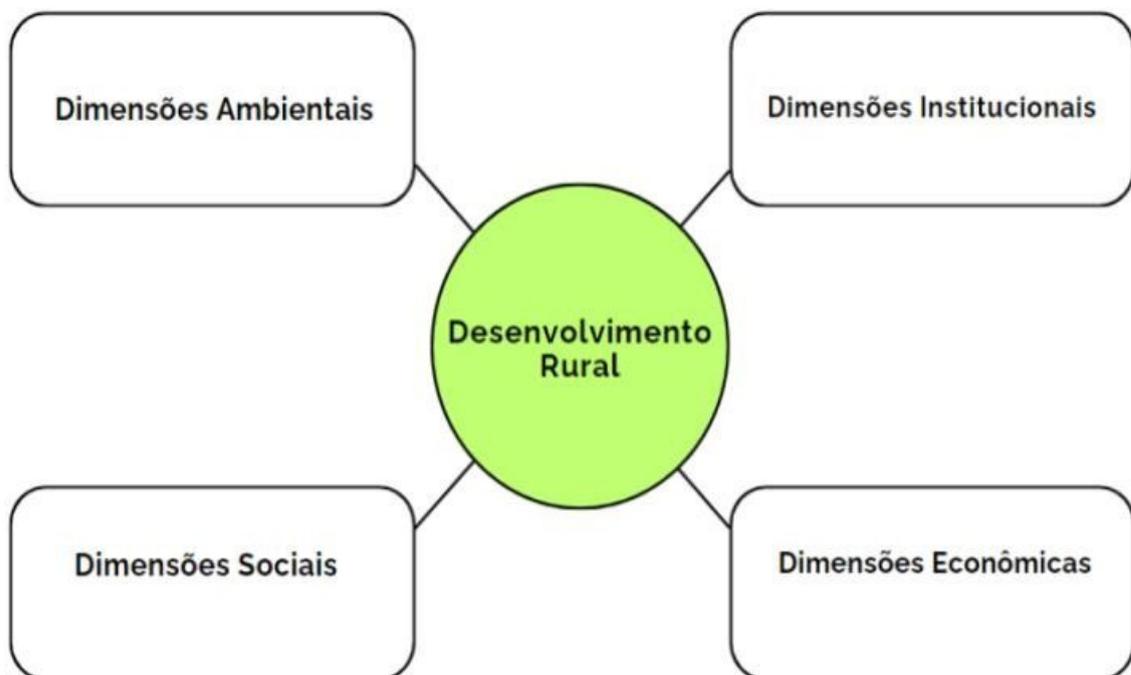
A terceira expressão se diferencia das outras duas por ter uma característica específica: trata-se de uma ação previamente articulada que induz ou pretende induzir alterações em um determinado ambiente rural. O principal agente de propostas de desenvolvimento rural é o Estado, que propõe estratégias preestabelecidas, metodológicas de implementação e demais características específicas de projetos e ações governamentais, que visam ao desenvolvimento rural. O Estado é, então, o agente principal quando os demais agentes não conseguem se organizar.

Segundo Navarro (2001), a definição exata de “desenvolvimento rural” tem variado

ao longo do tempo, embora todas as propostas tenham como destaque a melhoria do bem-estar da população rural. Assim sendo, o conceito de “desenvolvimento modifica-se ao longo do tempo, influenciado pelas diferentes conjunturas, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento da economia e da vida social impõe às famílias e às atividades rurais” (Navaro, 2001, p. 6).

Assim, o desenvolvimento rural pode ser compreendido como uma dimensão multidimensional, na qual o Estado visa melhorar ou modificar as condições de vida no meio rural. Nessa lógica, compreender o desenvolvimento rural como multidimensional é levar em consideração não apenas aspectos econômicos, mas também questões sociais, ambientais e culturais, reconhecendo a complexidade de áreas rurais. Na perspectiva de Schneider (2004), desenvolvimento rural é definido como um processo decorrente de ações articuladas, que tem como objetivo provocar mudanças socioeconômicas e ambientais no meio rural a fim de melhorar a renda, qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos do meio rural.

**Figura 3 - Desenvolvimento rural multidimensional**



Fonte: elaboração própria.

O Estado, por reconhecer as complexas questões que envolvem as áreas rurais, intervém no meio rural com políticas públicas cujo objetivo é promover o crescimento econômico e o bem-estar da sociedade. No Brasil, as décadas de 1960 e 1970 são consideradas um marco na intervenção do Estado com o intuito de promover a modernização na agricultura. O Estado

assumiu o comando do processo de capitalização do campo, conjuntamente com o capital financeiro e industrial (Grisa, 2010). O resultado dessa intervenção foi o aumento da produção, mas também favoreceu a exclusão dos agricultores familiares. Ainda na década de 1980, o Estado executou programas específicos e regionalizados para os pequenos produtores, mas foi somente na metade da década de 1990 que os agricultores familiares se tornaram “público” efetivo das políticas agrícolas, agora denominados “agricultores familiares” (Grisa, 2010, p. 3). O Estado reconhece a necessidade de criar políticas para atender as especificidades do público-alvo. Porém, muitas das políticas públicas são construídas de cima para baixo, sem levar em consideração a especificidade do lugar.

Nessa perspectiva, torna-se importante compreender o lugar para se pensar o desenvolvimento. Quando se trata do desenvolvimento rural, conforme Kageyama (2009) ressaltava, a referência está em uma base territorial onde diversos setores produtivos e de apoio interagem, o que implica um caráter “multissetorial” do desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento rural deve ser visto como um processo que envolve múltiplas dimensões econômicas, socioculturais, políticas, ambientais e instituições. Conforme destacado por Abramovay (2000), um dos desafios do desenvolvimento territorial rural está relacionado às questões informais. O contexto específico das áreas rurais, aliado às heranças culturais e econômicas, por muitas vezes, cria obstáculos de um consenso em prol do desenvolvimento territorial.

Cada vez mais estudos que usam os pressupostos da NEI estão sendo aplicados para compreender o desenvolvimento rural, por meio de análise de custos de transação, estrutura de governança, regras formais e informais. Silva (2014), por exemplo, expõe algumas aplicações da abordagem institucional na agricultura brasileira, cuja abordagem institucional pode servir para muitas interpretações do rural. Uma delas é que os estudos mostram que as instituições informais são decisivas para o sucesso, ou não, da aplicação e do respeito às leis, normas e políticas públicas. Em relação aos contratos nas transações também é necessário considerar as regras informais. Dessa forma, é possível pensar o desenvolvimento rural através do entendimento do seu desenvolvimento institucional (Silva, 2014). A NEI oferece uma abordagem teórica possível de analisar as transformações do meio rural, destacando como as instituições moldam o comportamento dos atores rurais e influenciam o desenvolvimento rural, possibilitando compreender as dinâmicas que ocorrem no meio rural e desenvolver estratégias mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável em áreas rurais.

A NEI, sendo uma teoria genérica, pode ser aplicada em diversos setores. Isto posto,

no caso da agricultura, as instituições, em seus diversos níveis de análise, são especialmente importantes (Azevedo, 2000). Levar em consideração a importância da história como aspecto explicativo da trajetória dependente (*path dependence*) possibilita compreender o meio rural e as suas transformações. Para Silva (2014, p. 131), “[...] sem um processo de evolução das interações sociais com os recursos não há como pensar em desenvolvimento rural”.

Neste sentido, a abordagem institucionalista possibilita a compreensão do modo de vida dos indivíduos e o meio onde vivem. Além disso, “[...] o institucionalismo que trata questões agrárias e agrícolas as aborda pelas dimensões social, política, histórica, geográfica e biológica, além, da econômica” (Silva, 2014, p. 132). Portanto, os conceitos teóricos institucionais podem auxiliar no entendimento do desenvolvimento rural, uma vez que os pressupostos da NEI podem ajudar a compreender os distintos processos de desenvolvimento rural, já que as regras formais e informais de Douglass North auxiliam na redução da incerteza e dos custos de transação (Filippi; Siman; Conceição, 2006).

Contribuindo com a discussão, Farias (2016) salienta como ponto importante para compreender o desenvolvimento rural, em uma perspectiva da NEI, o ambiente organizacional. A eficiência do ambiente institucional restringe, através de regras formais, comportamentos oportunistas e desta forma propiciando o desenvolvimento. Portanto, para se pensar em um conceito de desenvolvimento rural no entendimento institucional é importante que se considere os seguintes aspectos: o caráter histórico, já que, ao longo do tempo, as instituições assumem formas distintas; o caráter territorial, através das regras informais; os aspectos demográficos, porque apresentam as características da ruralidade; os padrões de interação e aprendizagem dos agentes econômicos, o *path dependence* nas escolhas; e, por fim, o quadro institucional definirá a estrutura de incentivos (Farias, 2016).

Claramente, todas as possíveis mudanças no processo de desenvolvimento rural requerem entendimento das trajetórias vivenciadas pelos atores, uma vez que o território é resultado das particularidades de diferentes ordens. O apanhado de ações que desembocam no território faz dele um lugar de expressões de existência, ou seja, uma construção social que depende, entre outros fatores, dos diferentes atores sociais. Não se pode, no entanto, ignorar a importância das particularidades do território, dado todo o processo des-re-territorialização. Por esse motivo, a próxima seção tratará desse tema.

### 3 TERRITÓRIO E AS DINÂMICAS ESPACIAIS PRODUTIVAS

O objetivo deste capítulo é explorar as discussões relacionadas ao conceito de espaço e território e às interações entre os atores envolvidos. Isso ocorre porque o território é influenciado por uma gama diversificada de fatores que vão além dos aspectos econômicos e políticos, abrangendo também dimensões culturais, religiosas, simbólicas e afetivas. A análise do uso do espaço permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas de mercado em diversas escalas, tanto em âmbito global quanto local. Refletir sobre as principais abordagens teóricas em relação às aglomerações produtivas, leva ao entendimento das novas formas de organização do território.

Vários são os instrumentos metodológicos que buscam compreender essas dinâmicas, umas delas são os distritos industriais e os clusters. A partir dos processos de mudanças na década de 1970, a discussão sobre esse assunto cresceu, entretanto, aspectos importantes para o entendimento das aglomerações produtivas estão presentes há muito tempo na bibliografia econômica, como as economias externas, retornos de escala e a função das ações cooperativistas para empresas e regiões. Porém, há uma diferença na forma como esses aspectos se manifestam, por um lado sucedem ligações intersetoriais e por outro relações socioculturais.

O interesse pela concentração produtiva, em determinados espaços, fez surgir vários estudos com algumas características marcantes: rendimentos crescentes, vantagens competitivas e inovação. Os trabalhos mais recentes buscam entender as novas lógicas dadas ao território e colaborar com as discussões sobre desenvolvimento local. As abordagens teóricas sobre Sistemas Produtivos Localizados (SPL) e Arranjos Produtivos Locais (APL) surgiram na França embaçadas nas relações do território com as unidades produtivas, ambas utilizam clusters como fermentas metodológicas. Os estudos têm como base o território e toda a formação e concentração de atividades, as quais proporcionam um ambiente de confiança e cooperação através dos vínculos de identidade, além de diversidade nas atividades, interação e inovação.

De fato, o que se percebe nessas abordagens é que a proximidade territorial proporciona uma dinâmica nos sistemas produtivos. As diversidades físicas, culturais, sociais e institucionais encontradas no território acabam por caracterizar tipos específicos de aglomerações produtivas. Portanto, dentro desse enfoque, surgem pesquisas que levam em consideração a identidade territorial como facilitador das relações. Nesse sentido, as dinâmicas localizadas levaram ao surgimento de novas abordagens, as quais não sustentam sua análise

apenas na aglomeração geográfica, mas nos vínculos territoriais. Como o foco da análise deste trabalho é o meio rural, torna-se importante compreender que o espaço rural vai além da produção agrícola, e que também é um espaço de vivências humanas e elementos naturais.

As próximas seções tratarão um pouco sobre essa discussão, no que tange ao território e aos sistemas agroalimentares localizados.

### 3.1 TERRITÓRIO

O conceito de território pode se diferenciar dependendo da linha de estudo e das concepções metodológicas de cada autor. Etimologicamente, território significa em latim *territorium*, historicamente utilizado como referência à terra (Haesbaert, 2004). De acordo com Gottmann (2012), território é uma definição criada por indivíduos que organizam o espaço segundo seus próprios interesses. Na teoria política, o “território parece ter sido um termo utilizado nas línguas europeias desde o século XIV, para definir primeiramente a jurisdição ou até mesmo a órbita econômica de unidades governamentais, tais como cidades livres, feudos e reinos” (Gottmann, 2012, p. 523). No entanto, o conceito de território sofreu alterações ao longo dos séculos. Para a geografia, o território é um conceito fundamental e amplamente estudado, sendo que, para alguns autores, a concepção de território está atrelada essencialmente à abordagem geopolítica, enquanto para outros trata-se de uma abordagem multidimensional.

Nesse âmbito, a concepção de território torna-se complexa e com distintas perspectivas. O trabalho de Vale, Saquet e Santos (2005) faz um resgate às principais abordagens sobre território. Para os autores, na geografia moderna, o conceito de território formulado por Friedrich Ratzel apresenta a preocupação com a constituição do Estado, que, segundo os autores, essa reflexão remete ao contexto histórico e político. Na perspectiva de Robert Sack (2015, p. 83), “[...] o território é produto da organização social e a territorialidade corresponde às ações de influência e controle em uma área do espaço, tanto de indivíduos como de atividades e relações [...]”. Ainda de acordo com o autor, a territorialidade está relacionada ao uso da terra, como as pessoas organizam o espaço e como dão significado ao lugar. Para Gottmann (2012), território é uma porção do espaço geográfico, isto é, espaço concreto e acessível às atividades humanas.

No Brasil, uma das primeiras referências usadas na discussão de território foi a do geógrafo francês Claude Raffestin. Dentro das concepções estudadas pelo autor, o território se forma a partir de um espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator

sintagmático. Ao se apropriar do espaço, o ator territorializa o espaço (Raffestin, 1993). Ademais, “o território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p. 144). Cabe lembrar que, para Raffestin (1993), é importante diferenciar espaço e território, que não são termos semelhantes e nem sinônimos, porque o espaço antecede o território. O território se forma a partir do espaço e é o resultado de uma ação conduzida pelos indivíduos que territorializam o espaço. O território é um campo de forças e todas as relações estabelecidas são marcadas pelo poder.

O debate sobre território levantado por Raffestin vai além do Estado-nação. Outra noção importante, mas que, segundo Raffestin (1993, p. 160-161), é complexa, é a territorialidade:

[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. [...] essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem num determinado momento para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação e dinâmica.

Próximo da definição de Raffestin está, em nível internacional, Giuseppe Demetteis, que compreende o território como campo de domínio, ou seja, o território é produto de relações de poder. Na sua abordagem, “o território está centrado nas dimensões sociais, ou seja, nas dinâmicas da economia, da política e da cultura” (Saquet, 2015, p. 80).

Para Saquet (2015), existem pelos menos três processos que podem minimamente diferenciar território de espaço. O primeiro trata das relações de poder num entendimento multidimensional, formado por campos de força econômicos, políticos e culturais (i-materiais), com uma miríade de combinações; o segundo corresponde à construção histórica e de identidades e; o terceiro tem relação com a dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). Segundo o autor, torna-se necessária essa diferenciação, mas é importante entender que espaço e território não estão separados, ou seja, o espaço é imprescindível para apropriação e produção do território.

Portanto, a territorialidade é a forma como é configurado o território. Nela encontra-se o sentimento de pertencimento ao lugar ou, de outra maneira, é o lugar em que são construídas as vivências ao longo do tempo (Saquet, 2015). Logo, o território não é só matéria, mas é um lugar de relações de poder e afeição que está vinculado ao espaço através da territorialização. Assim sendo, o espaço é a matéria-prima para o território. Para Saquet (2006), o território é entendido como resultado do processo de territorialização em que o homem territorializa-se através das atividades cotidianas, ou seja, constitui um lugar de vida.

Para Vale, Saquet e Santos (2005), as distintas abordagens sobre território acabam gerando posições que consideram as conexões entre as dimensões, por vezes privilegiando aspectos políticos e econômicos, em outras, econômicos e culturais, ou, então, aspectos culturais e políticos. “O território é, antes de tudo, um conjunto de relações sociais” (Haesbaert, 2004, p. 80).

Nesse sentido, a abordagem de território vem ganhando espaço nas discussões sobre desenvolvimento, uma vez que os territórios são construções humanas e os elementos que fazem parte do território estimulam o processo interpretativo, dadas as relações sociais ali existentes, ou seja, o indivíduo é o agente modificador naquele espaço.

Pela amplitude das noções de território, é necessário entender que, desde a sua origem, o território tem relação com o poder e apropriação. Segundo Haesbaert (2004, p. 37), os vários conceitos de território acabam mudando conforme a perspectiva do estudo:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deveriam incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligadas à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Para o autor, as concepções de território podem ser agrupadas em três vertentes básicas:

- a) jurídico-política, que tem a ver com as relações de espaço-poder institucionalizadas;
- b) cultural, que prioriza a dimensão simbólica dada a apropriação, valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;
- c) econômica, que enfatiza o território como fonte de recursos, sendo o território múltiplo, diverso e complexo (Haesbaert, 2004).

O território também pode ser configurado a partir da ligação de múltiplas relações de poder, abrangendo desde o poder mais material das conexões econômicas e políticas até o poder mais simbólico das relações de ordem cultural. Nesse contexto, o autor evidencia o poder como elemento central na concepção de território e define território em termos das relações sociais e do contexto histórico em que está inserido e que se diferenciam ao longo do tempo. Então, antes de qualquer definição, deve-se levar em consideração a perspectiva temporal dos movimentos de des-territorialização que estão acontecendo. Como o processo de desterritorialização está ligado ao processo de reterritorialização, o autor apresenta o conceito

de multiterritorialidade, incorporando, assim, os processos de des-re-territorialização. Consequentemente, as perspectivas de Saquet e Haesbaert sobre o conceito de território indicam a existência de múltiplos territórios, tanto em termos concretos quanto simbólicos, os quais se sobrepõem no espaço.

O território é calcado pelas ações dos indivíduos que transformam o território. A dinâmica social e as transformações socioespaciais trazem novos processos, cuja “criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que temporária), pela desterritorialização, e a sua recriação a partir de processos de reterritorialização” (Chelotti, 2009, p. 179). Segundo Saquet e Sposito (2008), esses processos estão ligados e, de acordo com Fuini (2014, p. 231),

A desterritorialização representa a extroversão e desenraizamento de povos, atividades sociais e econômicas e comunidades de seus lugares, correspondendo à perda de identidades e do enraizamento. A reterritorialização, por sua vez, compreende o movimento de reconstrução e retomada de laços de identidades e inserção territorial sob novas bases de qualificação.

Muitas vezes, o processo de desterritorialização é motivado por questões econômicas e, segundo Medeiros (2007), o processo de desterritorialização é fortemente impulsionado por considerações econômicas, visto que envolve a impossibilidade de um grupo específico se manter em uma área geográfica particular, resultando em seu deslocamento e a subsequente tentativa de reestabelecimento (seja ele de natureza econômica, política, social ou cultural) em outro local. Em ambas as etapas do processo (desterritorialização e reterritorialização), forças sociais, econômicas e políticas desempenham papéis cruciais, agindo como fatores que contribuem para a manutenção, expulsão ou atração (no caso da reterritorialização) dos grupos envolvidos. A autora identificou essa relação de desterritorialização e reterritorialização ao estudar a Reforma Agrária no Rio Grande do Sul e percebeu que o processo de desterritorialização faz com que o indivíduo perca (pelo menos por um tempo) seus costumes, suas relações interpessoais, seu cotidiano.

Para Chelotti (2013), a proliferação de múltiplos territórios é um processo ainda mais complexo que a desterritorialização. Como já mencionado, o território, além de ser um lugar de poder, também é um lugar de diversidade. De acordo com o autor, “E é na diversidade dos territórios que se constroem novas geografias, muitas vezes, fazendo o percurso contrário aos interesses dos grupos historicamente hegemônicos” (Chelotti, 2013, p. 11). Assim, o território é formado por relações diárias, ligadas à política, à economia e à cultura e acabam criando teias, nós e redes (Raffestin, 1993).

Para Santos (2002, p. 9), “[...] o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Segundo Medeiros (2007, p. 217), “[...] o território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação”. Ainda de acordo com a autora, o território é um espaço de identificação cultural ou de pertencimento, um espaço político com relações de poder que reúne indivíduos com o mesmo sentimento.

Em complemento, Santos (2002, p. 8) ressalta que “[...] o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território é o chão e mais a identidade. A identidade é o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Para o autor, o território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais, espirituais e culturais e do exercício da vida. O território é uma junção de práticas e de representações dos indivíduos. Para Santos (1994), o território pode ser diferenciado em dois sentidos, como recurso e como abrigo. Ele é recurso para atores hegemônicos e, para atores hegemonzados, trata-se de um abrigo por meio da criação de estratégias que garantem a sobrevivência no lugar. Para Milton Santos (2002), estudar o espaço é entender a relação com a sociedade.

Medeiros (2009, p. 219) acrescenta que “[...] o espaço e o território não podem ser dissociados, pois enquanto o primeiro se faz necessário para demarcar a existência do segundo, este último por sua vez é a condição para que o espaço se humanize”. O território é como um espaço político, um lugar de poder.

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo (Haesbaert, 1999, p. 41).

Reforçando esse conceito, para Casablanca e Linck (2008, p. 1), “[...] território es una construcción social que procede a la vez de um patrimonio ambiental y de um patrimonio cultural”. Segundo Cazella *et al.* (2020, p. 198), “[...] os territórios são entidades socialmente construídas, resultantes de processos particulares de disputas, alianças e coordenação entre distintas categorías de atores sociais [...]”.

Assim sendo, todo território possui recursos que podem ser genéricos ou específicos. Os recursos específicos estão vinculados às características próprias do território, os quais podem ser socioculturais, econômicos, ambientais, entre outras. Segundo o relatório do

Instituto Interamericano para a Cooperação Agrícola - IICA (2013), esses recursos serão mobilizados para promover o desenvolvimento territorial, o qual, conforme apontado por Pecqueur (2005), é uma construção feita pelos atores, ou seja, é uma forma dos atores reorganizarem o território, face o crescimento da concorrência mundial.

Portanto, a capacidade de identificar, desenvolver e alavancar recursos específicos muitas vezes desempenha um papel importante no sucesso de uma determinada região. Essa maneira de organização pode adotar formas muito diversas, como: distritos industriais, cluster ou qualquer outro modelo de organização produtiva (Pecqueur, 2005). Diante disso, as próximas seções apresentam uma breve revisão sobre as dinâmicas espaciais produtivas.

### 3.2 DISTritos INDUSTRIAIS

Os distritos industriais foram construções teóricas desenvolvidas durante os anos de 1970 e 1980. Alfred Marshall foi pioneiro em mostrar que a instalação estratégica de industriais gera vantagens; o autor, em 1890, apresentou as razões pelas quais determinadas atividades acabam por se concentrar em áreas geográficas específicas e as consequências dessa aglomeração espacial. Segundo o autor, a concentração de atividades acaba atraindo mão de obra e empresas fornecedores de insumos, possibilitando a formação de um aglomerado de empresas. As observações feitas por Marshall (1982) na Inglaterra, no século XIX, mostram que a concentração de indústrias ocorria pelas vantagens físicas, além de acesso aos mercados e mão de obra. Logo, a escolha por determinada localidade gerava redução nos custos de transporte e produção.

Para o autor, a definição de distrito industrial reside na aglomeração de inúmeros pequenos negócios instalados na mesma área e que gera externalidades positivas. Marshall (1982) destaca que as aglomerações produtivas apresentam três vantagens: a alta qualificação da mão de obra especializada, acesso com menor custo aos fornecedores (atraídos pela alta demanda das empresas) e transbordamento da tecnologia e do conhecimento através do *spillovers*. Em tempos mais atuais, os ensinamentos de Marshall foram revisitados para compreender a dinâmica diferenciada em regiões do norte da Itália, onde o sucesso da região se dava com pequenos negócios alicerçados na identificação com o território e baseados na confiança estabelecida entre os agentes.

Foi a partir dos anos de 1980 que estudos sobre distritos industriais tomaram um novo fôlego, inspirados pelo crescimento de regiões, como o caso da Terceira Itália, com aglomerações de pequenos e médios negócios. De acordo com Becattini (1994, p. 20), pode-

se definir distrito industrial como “entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico”. O sucesso da Terceira Itália gerou estudos que mostram que aglomerações produtivas geram resultados positivos através da eficiência coletiva que esse ambiente produz.

Ao se referir ao caso bem-sucedido da Terceira Itália, Bagnasco (1999, p. 39) destaca que “[...] a formação do capital, as capacidades de gestão, as qualificações técnicas, a confiança recíproca e um bom clima social são recursos decisivos, qualquer que seja o tipo de desenvolvimento”. Dessa região deriva o entendimento de elementos vistos como principais em um distrito industrial, tais como: proximidade geográfica, especialização setorial, elevação da capacidade inovativa e a identidade sociocultural, que favorece elos de confiança (Schmitz, 1997).

Corroborando a discussão sobre distritos industriais, Becattini (1999) destaca a relevância dos valores que são transmitidos através das gerações, a partir da existência de instituições. Como já visto neste trabalho, as instituições contribuem para reduzir as incertezas e reduzir os custos de transação. Krugman (1994) impulsionador da Nova Geografia Econômica, reconhece a importância da teoria dos custos de transação no espaço, assim como os custos de transporte e as economias de escala como fatores fundamentais, antes negligenciados das discussões.

Portanto, a compreensão sobre os distritos indústrias levou ao entendimento que a proximidade geográfica reduz os custos de transação e gera laços de cooperação e confiança. Vale ressaltar que o caráter inovador do modelo de Marshall está na união dos recursos econômicos, sociais e culturais existentes em um território. A próxima seção tratará do enfoque teórico e metodológico dos Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL).

### 3.3 SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS – SIAL

Diante de um contexto de crise no meio rural e do agravamento dos problemas ambientais, surgem na França, em 1996, os estudos dos Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL), uma abordagem metodológica que se concentra no estudo e análise de cadeias produtivas que operam em níveis locais ou regionais. Conforme destacado por Muchnick (2006), as transformações ocorridas no meio rural, na agricultura, na produção e no consumo de alimentos evidenciaram a necessidade de adotar novos conceitos para analisar e compreender esses fenômenos. A abordagem SIAL foi desenvolvida progressivamente por meio de estudos

realizados na América Latina, enfatizando a importância das Agroindústrias Rurais (AIR). Essas agroindústrias desempenham um papel fundamental na criação de valor para os produtos, na geração de renda e na manutenção das famílias em áreas rurais, além de contribuir para a segurança alimentar, tanto em ambientes rurais quanto urbanos (Muchnick, 2006).

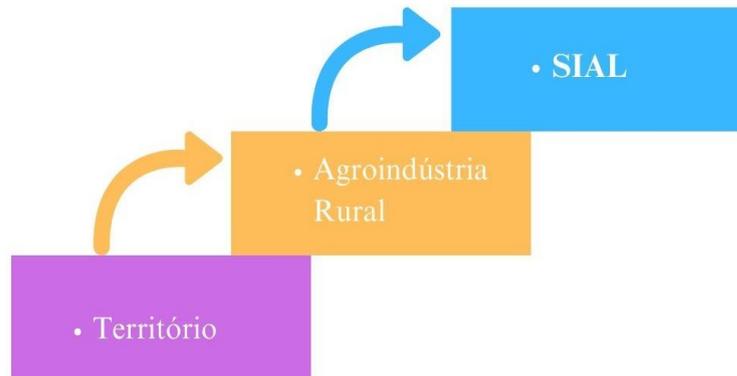
A construção teórica do significado e objetivo do SIAL originaram-se dessas várias experiências de campo, as quais possibilitaram configurar o SIAL como uma abordagem diversa, que se caracteriza por ter uma ótica multidisciplinar e que facilita a compreensão de questões relacionadas ao espaço físico, cultural e social. No começo, a definição de SIAL se baseou nas abordagens de Distrito Industrial e de Sistema Produtivo Localizado, porém, em relação a essas formas de organização, o SIAL possui três especificidades que merecem destaque: a relação com o meio ambiente e o meio rural; a relação do consumidor com o alimento, que carrega muito mais do que a incumbência de alimentar o corpo, mas também traz a identidade local, e o papel de estimular o desenvolvimento territorial (Muchnick, 2006).

A abordagem do SIAL se estabelece inicialmente como um instrumento de análise que valoriza e enfatiza os recursos naturais, considerando as especificidades do território. Além disso, traz na sua essência as dinâmicas localizadas, em que o termo localizado “[...] está associado a un proceso, a un sistema que se localiza, que no siempre estuvo en ese lugar y que tampoco hay garantías que ahí permanezca eternamente” (Muchnick, 2006, p. 8).

Para Boucher e Reyes (2013, p. 2), o foco do SIAL “[...] resalta a importância de las redes localizadas de agroindústrias, articuladas com los otros eslabones de la cadena productiva como formas de organización eficientes”. Muchnik (1996, p. 5) acrescenta que SIAL é “[...] una concentración de empresas destinadas a la producción, la transformación, el turismo, la gastronomía y los servicios em una escala espacial dada”. O debate sobre a definição dessa abordagem foi crescendo e questões referentes à importância do território, da cultura, das ações coletivas e das redes de conhecimentos enriqueceram a discussão. Boucher (2019) reforça que o SIAL surge como uma rede complexa de relações entre atores, produtores e territórios. Ainda de acordo com o autor, “[...] el objeto prioritario de este enfoque es la vinculación profunda que existe entre los territorios y los alimentos” (Salcido, 2013, p. 1).

Diante das definições apresentadas, o que se percebe é a importância do território e das agroindústrias rurais como dinamizadores do SIAL.

**Figura 4 - Dinamizadores do SIAL**



Fonte: elaboração própria baseada em Muchnick (2006), Boucher (2019), Boucher e Reyes (2013).

O SIAL se apropria do território para explicar um saber-fazer específico que valoriza os recursos agroalimentares locais. O território é uma fonte de recursos sociais e naturais, o que o torna elemento estratégico e competitivo. A combinação entre os produtos, as pessoas, as instituições, o conhecimento, as redes de relacionamentos acabam por produzir uma forma de organização agroalimentar em uma escala espacial dada (Muchnick, 2006). Assim sendo, é um espaço construído socialmente marcado culturalmente e regulado institucionalmente.

Para Muchnik, Canada e Salcido (2011, p. 38), “las solidariedades territoriales y la organización de un SIAL pueden traducirse em economias de escala y reducción de costos de transación”. Ainda de acordo com os autores, a diferenciação entre os territórios está na capacidade de organizar projetos e no processo de inovação com o objetivo de valorizar os recursos territoriais. Desta forma, é necessário considerar fatores econômicos, sociais e culturais que constituem os laços entre o produto e o território.

Assim sendo, o SIAL é uma abordagem que permite compreender o desenvolvimento rural e local a partir de elementos que servem para entender a concentração de empresas, as atividades de associação e a organização em torno de produtos que carregam a identidade territorial. Nessa abordagem, além do vínculo claro entre território e o produto, há também a importância das instituições locais, além das novas formas de organização.

Los SIAL pueden considerarse como una forma del desarrollo local, que, no obstante, no corresponden a economias autárquicas, sino a la necesidad de nuevas formas de gobernanza territorial que redundan em la apropiación de valor por parte de los productores y consumidores locales, valor que de outra manera, sería trasladado a otras instancias de la cadena (Salcido, 2013, p. 77).

No SIAL, as relações sociais e de produção estabelecidas pelos agentes tornam o território dinâmico e é por este motivo que o território é visto como uma unidade social,

econômica e institucional, onde as atividades econômicas estão condicionadas aos laços de proximidade.

Desta forma, a construção dos objetivos de investigação do SIAL foi fruto das análises empíricas feitas na América Latina. Essas análises resultaram em quatro dimensões:

- a) uma dimensão histórica pela qual se pode observar o processo de formação das experiências de campo estudada;
- b) uma dimensão institucional que abrange as relações entre os atores sociais, suas estratégias individuais e coletivas;
- c) dimensão técnica, centrada na observação, descrição e análises dos saberes e técnicas utilizadas e;
- d) a dimensão alimentícia, baseada nas relações sociais, culturais e econômicas entre o produtor e o consumidor.

Concomitante a essas quatro dimensões formuladas por Muchnick (2006), o autor propôs um modelo qualitativo que serviria para observar as interações entre os diversos elementos de pesquisa; para isto foram formulados quatro objetos de investigação, sendo eles: coordenação de atores, qualidade dos produtos, gestão de recursos e dinâmicas dos saberes e conhecimentos. De maneira geral, os trabalhos pesquisados que utilizam a metodologia do SIAL desenvolvida por Muchnick concentram-se muito mais nas dimensões do que nos objetos de investigação. Assim sendo, são as dimensões e os objetos de investigação que propiciam a relação teórica e prática da abordagem.

Na visão de Ambrosini, Filippi e Miguel (2008), o debate sobre SIAL vai além da questão do aumento da produtividade, mas pode contribuir no debate de outras dimensões, pois carrega o conceito de território que possibilita a operacionalização em sua multiplicidade de aspectos; na análise dos arranjos econômicos, prioriza as relações sociais, levando em consideração as questões históricas e institucionais.

Essa abordagem permite analisar a produção através de aspectos simbólicos, considerando o saber-fazer, a organização social e o meio ambiente; o foco da abordagem também permite a possibilidade do estabelecimento de vínculo entre o produto e o seu território, ou seja, o produto pode ser tratado como patrimônio dos sujeitos que pertencem a aquele lugar. Assim, o desenvolvimento territorial parte do local, do conhecimento dos atores e das especificidades, ou seja, trata-se do desenvolvimento de dentro para fora. Neste ponto, é importante que as instituições sejam capazes de promover esse desenvolvimento.

Quanto maior a diversidade das instituições, maiores serão os potenciais de inovação vinculados à ação coletiva, assim diferenciando o território através dessas ações. Neste sentido,

o alicerce central do SIAL está nas particularidades do território e nas formas de apropriação do lugar, ou seja, o território apresenta uma dinâmica própria em que os indivíduos intervêm determinando formas de produção que representam as experiências acumuladas, conseqüentemente modificando o seu meio. Desta maneira, as relações de produção que surgem em um SIAL estão enraizadas “em dupla rede, e arranjadas: horizontalmente, no plano territorial, envolvendo atividades agrícolas, instituições locais, saberes locais e verticalmente, em uma cadeia alimentar, com a comercialização” (Ambrosini; Filippi; Miguel, 2008, p. 26).

Em suma, a Figura 5 ilustra a dinâmica do SIAL que possibilita a conexão ao longo da cadeia de produção, comercialização e consumo. Nota-se que o SIAL é uma construção social que carrega características importantes do território.

**Figura 5 - Esquema de análise do SIAL**



Fonte: elaboração própria.

A partir das contribuições dos estudos da geografia agrária que compõem o estado da arte no estudo do desenvolvimento rural de Santana do Livramento, derivado do processo de reterritorialização gerado pelos assentamentos rurais, considera-se que através das ferramentas teóricas fornecidas pelo SIAL facilitará a compreensão da realidade vivida no assentamento santanense. Isso possibilita um avanço na compreensão do arranjo institucional,

considerando a complexidade territorial do município santanense, especialmente com o surgimento do cooperativismo e da ferradura dos vinhedos. Um território que possui uma economia vinculada ao turismo e uma gastronomia local que, na verdade, incorpora uma mistura de todos os saberes, tem uma função econômica e esboça também um desenvolvimento econômico desses agentes externos quanto internos ao território.

### **3.3.1 Dimensão Histórica - A ligação do SIAL e o desenvolvimento territorial**

Muitos dos conceitos usados nas várias abordagens que procuram compreender as aglomerações produtivas se desenvolveram a partir do pioneirismo de Marshall. Na atualidade, as novas abordagens chamadas de endógenas tem o território como norteador do desenvolvimento territorial. Por este motivo, questões ligadas à identidade territorial, aliadas às potencialidades locais e às características históricas dos agentes ganham espaço nas discussões mais recentes sobre desenvolvimento local.

Como visto anteriormente, o território é uma construção das ações sociais, resultado do acúmulo de experiências vivenciadas e que expressa elementos culturais, naturais, sociais, econômicos e institucionais. Assim, isso reflete a diversidade, as relações e interações entre os atores sociais, bem como a interconexão entre as dimensões tangíveis e intangíveis. Esse é o local onde ocorrem as manifestações produtivas, de mediação e interdependência entre seres humanos e todas as demais espécies (Dallabrida, 2020). Destaca-se que, para este trabalho, interessa o território construído, o qual é o resultado do processo de formação pelos atores (Pecqueur, 2005).

Assim, a perspectiva da análise da abordagem territorial permite compreender a realidade a partir de várias dimensões, não se limitando ao reducionismo, pelo contrário, tem como premissa o pluralismo, pois reconhece que a realidade é complexa e multifacetada, e que as questões territoriais não podem ser entendidas apenas a partir de uma única dimensão. Estas dimensões estão vinculadas umas às outras, por razões evidentes: um recurso natural não existe como tal e nem se quer é reconhecido se não foram mobilizados ao mesmo tempo conhecimentos técnicos, valores, instituições e as representações que condicionam a sua utilização em determinado lugar (Link; López; Casablanca, 2006).

Ao considerar múltiplas dimensões, se adota uma busca pela compreensão mais abrangente e holística da realidade territorial. Se reconhece que os territórios são espaços complexos nos quais várias forças e dinâmicas interagem. Desta forma, as relações de confiança que se desenvolvem a partir da identidade territorial, do senso de pertencimento, das práticas

cotidianas e das experiências históricas tem o efeito de impulsionar a vitalidade do território. Isso significa que, por meio das habilidades e inovações relacionadas a um recurso específico, as potencialidades internas do território se manifestam através das ações dos atores sociais. Dessa forma, o SIAL relaciona-se com a abordagem de território, no que diz respeito ao sentimento de pertencimento, no conhecimento, nos saberes que fazem parte da cultura da coletividade e na importância dos atores sociais (Pecqueur, 1992).

Corroborando a discussão conceitual sobre território, Dallabrida (2020, p. 12) coloca que o:

[...] patrimônio territorial é concebido como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômico e cultural, na relação com o em torno ambiental. Inclui tanto elementos herdados do passado longínquo, quanto os que se sobrepõem ao território constantemente.

Ainda de acordo com o autor, a dinâmica territorial tem uma ligação com as mudanças contínuas do território, as quais são potencializadas por intermédio dos recursos e ativos materiais e imateriais existentes no local. Desta forma, o desenvolvimento territorial é o resultado da concepção do território e de todos os recursos disponíveis para as ações dos atores sociais.

Segundo Pecqueur (2005, p. 20), “[...] o desenvolvimento territorial constitui um modelo de desenvolvimento dotado de características bem precisas que lhe são próprias e que se apoiam, essencialmente, na dinâmica dos recursos por um conjunto de atores constituídos em território”. Ainda de acordo com o autor, desenvolvimento territorial caracteriza-se a partir de uma entidade produtiva enraizada em um território. Assim sendo, o desenvolvimento territorial é uma construção dos atores que diante das mudanças globais criam estratégias de adaptação.

Essas estratégias estão alinhadas ao ressurgimento de relações de produção arcaicas, mas revalidadas e aperfeiçoadas pelas dinâmicas territoriais. Desta forma, revelar recursos inéditos no território possibilita uma valorização do produto e da região. Neste caso, os recursos de um território são fatores a serem explorados, ou seja, poderão virar um ativo caso exista potencial (Pecqueur, 2005). Para Cazella *et al.* (2020), pode-se considerar como recurso todo produto material ou imaterial (saber-fazer, patrimônio cultural etc.), do qual o valor seja assegurado localmente. Esses recursos são resultados de uma longa jornada, de um acúmulo de memórias, de uma aprendizagem coletiva (Pecqueur, 2005). Ainda de acordo com o autor, a produção desses recursos é o resultado das normas, dos costumes, de uma conduta elaborada

num espaço de proximidade geográfica e institucional, a partir de uma forma de troca que não é a mercantil, mas sim a reciprocidade. O sentimento de pertencimento reforça os laços sociais e a cultura dos agentes molda os modos de produção e as formas de organização, ou seja, a especificidade do produto do território se apoia nessa concepção cultural, o que permite a este se diferenciar em relação aos demais, dada a especificidade do ativo gerado.

**Figura 6 - As relações do SIAL com a dimensão histórica**



Fonte: elaboração própria.

Nesse ponto, o SIAL estabelece uma base de desenvolvimento com propriedades já vistas nesta tese, as quais são sustentadas na criação de economias externas, dada a localização e proximidade entre os atores, as quais geram vantagem competitiva, na valorização do conhecimento não transferíveis, nas práticas, nos hábitos, normas, história e representações coletivas e modos de regulação comunitária específicos, misto de mecanismos de mercado e elementos de reciprocidade (Muchnick, 2002; Pecqueur, 2005). O conceito de SIAL representa uma abordagem inovadora no contexto agroalimentar, unindo tradições ancestrais e práticas modernas para revitalizar os processos e elevar a qualidade da produção. Sendo assim, o ponto importante para esta tese está no entendimento das instituições na formação do SIAL, já que:

A história importa. Importa não só porque podemos aprender com o passado, mas também porque o presente e o futuro estão relacionados com o passado por meio da continuidade das instituições de uma sociedade. As escolhas hoje e de amanhã são moldadas pelo passado, e o passado só pode se tornar inteligível como um caso de evolução institucional (North, 2018, p. 9).

Portanto, para North (2018), a história está presente na análise institucional, além do papel do Estado que junto com a história acabam por influenciar as decisões dos agentes. Essas decisões estão vinculadas ao ambiente institucional que fornece o entendimento para as restrições nas relações entre os agentes. Essa abordagem requer a motivação dos atores sociais para participar em processos colaborativos que valorizam as relações para além do aspecto puramente mercantil. Portanto, a perspectiva do SIAL mantém uma profunda conexão com o território e com as Agroindústrias Rurais (AIR) uma vez que as atividades econômicas estão intrinsecamente ligadas aos laços de proximidade.

### **3.3.2 Dimensão teórica-técnica -As Agroindústrias Rurais como elemento dinamizador do SIAL**

Com a globalização, uma das estratégias adotadas pelos países em desenvolvimento foi a valorização da produção agrícola baseada nas Agroindústrias Rurais (AIR), que seria uma nova forma de desenvolvimento para os pequenos produtores rurais apoiada no território e na ação coletiva. Essa estratégia decorre das consequências do mercado global que se torna cada vez mais excludente, e no que concerne às pequenas propriedades a baixa produção não é competitiva diante dos grandes conglomerados agroindustriais.

Desta forma, as AIR utilizam basicamente matéria-prima produzida dentro das propriedades, sendo um importante complemento da renda para os produtores. Para Requier-Desjardins (1999, p. 2), agroindústria rural é uma:

Actividad que permite aumentar y retener, en las zonas rurales, el valor agregado de la producción de las economías campesinas, através de la ejecución de tareas de post-cosecha en los productos provenientes de explotaciones silvoagropecuarias, tales como la selección, el lavado, la clasificación, el almacenamiento, la conservación, la transformación, el empaque, el transporte y la comercialización.

As AIR da América Latina serviram como inspiração para estudos mais aprofundados e colaboram para o entendimento sobre SIAL, e ainda de acordo com o autor, as agroindústrias rurais da América Latina se apresentam de distintas maneiras, as vezes são pequenas atividades de beneficiamento espalhadas pelas propriedades ou cooperativas administradas pela comunidade rural, mas muitas vezes as AIR são uma concentração de pequenas unidades de transformação de matéria prima. Desta forma, as AIR são uma maneira de aumentar a renda dos pequenos produtores através do processamento da produção e segundo Requier-Desjardins (2006, p. 10):

El objetivo planteado era claramente um objetivo de lucha contra la pobreza y la marginalización a través de la generación de ingresos. Además como estos campesinos se ubicaban em zonas de pequenas fincas y tierras marginales, por ejemplo montañosas, desdeñadas por la agricultura comercial de exportación, la AIR podía contribuir a reducir la marginalización de estas zonas.

Assim, as AIR tornam-se um importante elemento de luta contra a pobreza rural, além de ser uma possibilidade de permanência no campo. Permite aos pequenos produtores valorizar a produção e diversificar as formas de renda através da transformação dos alimentos utilizando tecnologia local embasada no saber-fazer.

Foi na década de 1980 que políticas de apoio as AIR surgiram na América Latina com o principal objetivo de combater a pobreza rural. A pretensão dessas políticas era aumentar a renda dos pequenos produtores com uma maior retenção do valor agregado, através da transformação de produtos em alimentos, armazenamento e comercialização (Boucher; Pomeón, 2012). Ainda segundo os autores, no cenário mais atual, de liberalização econômica e globalização, as agroindústrias enfrentam desafios diante da concorrência com produtores, nacionais e importados, além das novas exigências dos consumidores. Desta forma, para permanecer no mercado as AIR precisaram buscar novas formas para aumentar a competitividade.

Foi a partir dessa busca que se percebeu, em determinados países da América Latina, o potencial competitivo de alguns territórios com concentração de agroindústrias, conseqüentemente notou-se a importância do vínculo estabelecido entre as AIR, o território e os processos de desenvolvimento local.

### Figura 7 - As relações do SIAL com a dimensão teórica-técnica



Fonte: elaboração própria.

A partir desse cenário, estudos surgiram para mostrar a importância de entender a dinâmica das AIR na América Latina e a relevância desse modo de produção, concentrado espacialmente, o qual utiliza tecnologias locais baseadas no saber-fazer. De acordo com Requier-Desjardins (1999), os estudos empíricos sobre os seguintes casos merecem destaque:

- a) setor leiteiro com associações de queijarias em várias bacias ao redor da cidade de Cajamarca, no Peru;
- b) queijarias de Ibaté na Sabana Bogotá (Colômbia);
- c) as cerca de sessenta fabriquetas de queijo Nossa Senhora da Glória, em Sergipe (Brasil);
- d) produção de doces com açúcar mascavo de Cundimarca - Oeste do Vale do Rio Suárez, onde agrupam-se vários trapiches;
- e) fábrica de salgadinhos em Barbosa Vález na Colômbia;
- f) processamento de frutas na região de Juazeiro e Petrolina, no nordeste brasileiro;
- g) a produção de polvilho azedo ao norte de Cauca na Colômbia etc.

Esses são casos importantes de pequenas agroindústrias que correspondem a afirmação da produção em escala local baseada em um saber-fazer construído historicamente. Não se trata apenas de uma atividade, mas de um conjunto de atividades combinadas em um território, que envolvem elementos culturais, sentimento de pertencimento, vivências, hábitos alimentares, redes de relacionamento, identificação e instituições. Vários elementos observados nesses casos empíricos mostram a importância do ambiente de confiança criado a partir da identidade com o local, os quais se estabelecem como o alicerce para as estratégias de cooperação.

A partir desses casos empíricos apresentados por Requier-Desjardins (1999), foi possível melhorar a abordagem do SIAL, já que a definição da temática tem forte vínculo com a noção territorial e das agroindústrias rurais, além de possibilitar a compreensão da dinâmica do desenvolvimento. No entanto, o conceito de SIAL não ficou restrito as AIR, foi ampliado com os estudos realizados através de grupos como o *Groupe d'Intérêt Scientifique - Systèmes Agroalimentaires Localisés* (GIS-SIAL), que passaram a incluir as conexões a montante e a jusante da produção ligadas ao espaço territorial. De acordo com Lins (2006), o SIAL possibilita a comunicação com a cadeia de produção, distribuição e consumo, ou seja, relações horizontais e verticais.

Corroborando a discussão do SIAL, Díaz-Bautista (2001, p. 16) afirma ser “um espaço elaborado, construído socialmente, marcado em termos culturais e regulado institucionalmente”. Como o SIAL opera com a noção de cadeia agroalimentar (à montante e

à jusante) as trocas realizadas são mediadas pelos atores sociais e o tecido institucional sustenta essas relações. A próxima subseção será dedicada a entender a importância institucional no SIAL.

### **3.3.3 Dimensão Institucional – A importância das estratégias individuais e coletivas no SIAL**

O SIAL pode ser compreendido como uma ferramenta que possibilita a compreensão do desenvolvimento rural a partir das instituições. De acordo com Lins (2006), o SIAL não compreende só o meio rural, abrange tanto os produtores primários, fornecedores e comerciantes localizados em outras áreas. No que diz respeito a base institucional, refere-se as normas e convenções que sustentam as relações estabelecidas dentro do SIAL.

A dimensão institucional tem como foco as relações entre os atores sociais e as estratégias individuais e coletivas (Muchnick, 2006). Entende-se que essa abordagem também envolve a dimensão alimentícia, que está baseada nas relações sociais, culturais e econômicas entre os agentes. Por este motivo, optou-se apenas pela dimensão institucional. Dessa forma, a dimensão institucional abrange normas, regras e arranjos organizacionais que moldam as relações estabelecidas dentro do sistema.

As instituições são fruto de culturas específicas que organizam a apropriação e distribuição dos recursos do território. Cabe lembrar que as instituições podem facilitar ou dificultar esse processo, isto porque a organização dos atores está alicerçada na referência de identidade; quando essa referência é comum permite desenvolver uma solidariedade territorial. A identidade e a decorrente solidariedade territorial facilitam projetos e ações coletivas. Se, por um lado, existem as relações que são postas através dos vínculos a nível local, há também o papel do poder público nessas relações.

Logo, o entendimento da base institucional possibilitará compreender os arranjos adotados pelos atores, bem como o funcionamento de cooperativas e associações, atuação do setor público, entre outros. O arcabouço institucional possibilita compreender as estratégias adotadas no enfrentamento dos mercados. De acordo com Schneider (2004), mercado é uma construção social, que resulta de processos de interação entre agentes que trocam e intercambiam por diferentes motivos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais. Essa definição de mercado vai ao encontro dos elementos sustentados em um SIAL.

Para Lins (2006, p. 318), abordagens como do SIAL, que focam na cadeia de atividades (produção-distribuição-consumo), trazendo como elemento importante o território e questões

sociocultural, envolvem também a necessidade de “captar e avaliar a densidade institucional “incorporada” nas atividades em questão, detectando os papéis protagonizados pelas instituições”. Os vínculos estabelecidos nas relações ultrapassam as questões econômicas e se aproximam de instituições de natureza e funções distintas. Por este motivo, cada SIAL possui características diferenciadas porque seu funcionamento está ligado ao território e a eficiência das atividades econômicas está fortemente condicionada aos vínculos de proximidade e sentimento de pertencimento (Boucher, 2002). Desta forma, o sistema de produção, distribuição e comercialização em um SIAL depende das relações sociais (regras) estabelecidas a partir da identificação dos atores.

Conforme já relatado, o SIAL se estabelece em um fluxo de trocas, onde os elementos que fazem parte desse sistema são: produtores, ponto de comércio e consumidores, em uma relação vertical. Para Ambrosini, Filippi e Miguel (2008), o que amplia significativamente a capacidade analítica do SIAL são as relações horizontais dos fluxos, essas relações se apresentam em nível territorial, que compreendem atividades agrícolas e não-agrícolas, os saberes locais, instituições locais, entre outros. Logo, as relações estabelecidas passam pela identificação dos atores, através dos laços de proximidade.

Portanto, entender todo o caminho do produto até o mercado envolve compreender as instituições que fazem parte do processo de organização social. Para isto, é necessário entender como as relações econômicas estão imersas em sistemas de relações sociais, culturais, políticas e cognitivas. Segundo North (1994, p. 360), as instituições estão ligadas a restrições e incentivos, desta forma são “restrições humanamente inventadas para estruturar a interação humana”. O comportamento dos indivíduos é orientado por normas, valores, costumes, leis e os vínculos estabelecidos estão baseados na similaridade existente entre esses atores. Cabe destacar que questões de interesse político e regulações jurídicas acabam por interferir nas decisões dos atores, além de influenciar o funcionamento dos mercados. Portanto, as transações são estruturadas a partir de regras formais e informais.

Por isso, a contribuição da NEI possibilita analisar como as relações são construídas pelos atores. Essa construção acontece através de regras que definem os limites dos comportamentos aceitáveis e as possíveis penalidades que são definidas e mantidas pelos atores sociais. Isto porque a validação das estruturas institucionais perante a comunidade ocorre quando os agentes conseguem obter apoio, reconhecimento e conformidade. Isso pode envolver a criação de consenso, o estabelecimento de relações de confiança e a demonstração de que as instituições atendem aos interesses e valores da comunidade em questão. Desta forma, a legitimidade das instituições depende da aceitação e apoio contínuo dos agentes e da sociedade

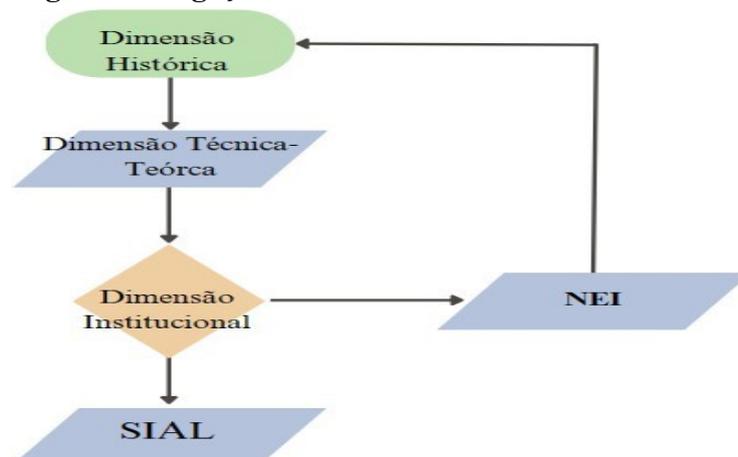
em geral

Então, se a configuração de um SIAL passa pelas relações estabelecidas através da identificação dos atores, as quais estão vinculadas por laços de proximidade, o produto dessa relação é o retrato de como os agentes estão organizados socialmente e economicamente. O que se pretende realizar nesta tese é analisar as possibilidades analíticas e metodológicas da NEI, as quais servirão para uma compreensão institucional sobre o desenvolvimento das relações no SIAL. Como já dito em seção anterior o institucionalismo estabelece, entre outras, essas duas abordagens da NEI:

- a) mudança institucional (North),
- b) custo de transação (Williamson).

Como no SIAL se estabelece um fluxo de trocas e os agentes são dotados de uma racionalidade limitada, o papel das instituições é agir como um redutor das incertezas. Desta forma, entende-se que a NEI está presente em todas as dimensões do SIAL.

**Figura 8 - Ligação das dimensões do SIAL com a NEI**



Fonte: elaboração própria a partir de North (1990, 1992, 2013) e Williamson (1993, 2000).

A partir do referencial consultado, entende-se que metodologicamente a abordagem teórica da NEI atende, de maneira geral, todo fluxo estabelecido em um SIAL. Isto se dá, através do ambiente institucional e no arranjo institucional que acabam por influenciar a dinâmica do SIAL.

### 3.4 APLICAÇÕES EMPÍRICAS DO SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO

Muitos dos trabalhos que utilizam a metodologia do SIAL estão baseados na teoria realizada por Muchnick (2006), o qual aborda o SIAL a partir das dimensões e objetivos de

análise. Porém, alguns autores (Ambrosini; Filippi; Miguel, 2008; Boucher, 2004; Specht, 2009) sugerem em seus trabalhos algumas características que agregariam a análise do Sistema Agroalimentar Localizado. Portanto, esta subseção apresenta uma revisão de literatura e estudos de caso que têm como base a metodologia SIAL.

Como visto anteriormente, o SIAL surgiu nos anos de 1990 para explicar as dinâmicas no meio rural. Assim sendo, o enfoque do SIAL surgiu a partir dos casos das AIR da América Latina, através da economia da proximidade, e posteriormente, houve uma ampliação do objetivo de análise, ou seja, tornou-se uma abordagem relevante para contemplar qualquer sistema agroalimentar com características atreladas ao território de origem (Requier-Desjardins, 2002). Para Lins (2006, p. 6), “[...] a proximidade geográfica, organizacional e institucional entre os agentes é essencial para a inovação, pelos seus efeitos em matéria de complementariedades técnico-produtivas, comportamentos cognitivos e ações coletivas”. Desta forma, o conjunto de vivências, das práticas, do aprendizado acabam por determinar um sistema agroalimentar localizado como único. Isto porque, a abordagem do SIAL está ancorada no território, e o guia metodológico desenvolvimento pelo IICA define a ativação do território com enfoque de SIAL como:

Proceso que respalda la gestión territorial, mediante la articulación horizontal y vertical de actores de distintas concentraciones de Agroindustrias Rurales (AIR) y otros agentes e nun territorio específico.

La articulación se basa en una acción colectiva (estructural y funcional) en torno a:  
i) La identificación y valorización de recursos específicos territoriales; ii) un objetivo común; iii) líneas de acción estratégicas; iv) compromisos pactados entre los actores. Todos estos elementos formulados con métodos participativos, para darle una naturaleza endógena al desarrollo (IICA, 2013, p. 25).

Desta forma, a metodologia visa a ativar territórios incorporando atores e atividades de diversos setores em torno de uma ação coletiva. Através de observações empíricas feitas por Pecqueur (2001), colocam em evidência a existência de um modelo chamado cesta de bens, ou seja, os agentes produtivos localizados em um determinado território podem colocar em prática estratégias para uma oferta diversificada, vinculadas à cultura e à história do local. Essa seria uma outra forma de ativação do SIAL, onde cada produto aproveita a fama do produto mais reconhecido dentro da cesta de bens.

A ativação de um SIAL através da cesta de produtos pode ser observada em Cajamarca, Peru, onde foi possível observar uma concentração de queijarias que tem como produto líder o queijo Mantesco e Manjar branco, mas outros produtos são oferecidos como: presunto, biscoitos, mel, chocolate, artesanatos e turismo rural (Boucher, 2006). Ainda de acordo com

o autor, essa cesta de produtos acaba atraindo demanda adicional o que acaba colaborando para o desenvolvimento endógeno das comunidades rurais.

De acordo com Specht (2009), as características do lugar, os distintos significados e contextos acabam por diferenciar os produtos. No trabalho realizado pela autora o objetivo foi averiguar através das abordagens de território e dos Sistemas Agroalimentares Localizados as relações que ocorrem no território do Morango, no Vale do Caí. Para isto, a metodologia utilizada baseou-se nas quatro dimensões do SIAL e a análise dos resultados teve como guia os quatro objetos de investigação do SIAL, os quais são compreendidos pela coordenação dos atores, qualificação dos produtos, dinâmica dos saberes e competências e gestão de recursos.

Seguindo na mesma linha metodológica das dimensões, o estudo feito por Ambrosini, Filippi e Miguel (2008) usou como referência a metodologia das dimensões elaboradas por Muchnick (2006), porém, os autores excluíram a dimensão alimentícia e combinaram as dimensões à noção de territorialidade de Pecqueur (2001), a qual é composta por quatro elementos:

- a) sentimento de pertencimento;
- b) transmissão dos saberes;
- c) efeito permanente;
- d) importância dos atores individuais.

A partir dessa combinação, o trabalho propôs uma forma de operacionalizar a noção de SIAL. Logo, para os autores, as dimensões seriam as seguintes:

**(i) dimensão histórica**, através da qual se pode apreender o processo de formação das experiências investigadas e o sentimento de pertencimento, bem como sua possível influência nos comportamentos de cooperação e concorrência entre os atores;

**(ii) dimensão técnico-teórica**, centrada na observação, descrição e análise dos saberes e técnicas utilizadas, bem como no saber-fazer compartilhando como um ativo da comunidade;

**(iii) dimensão institucional**, na qual são analisadas as relações entre os atores sociais, através de suas estratégias individuais e coletivas, em que o efeito prolongado é visto como uma estratégia dos atores (Ambrosini; Filippi; Miguel, 2008, p. 8).

Diferente da metodologia dos dois trabalhos anteriores, Malafaia e Barcellos (2007) sugerem novos recursos para complementar a análise do SIAL. Com o objetivo de discutir a viabilidade de inserção da pecuária gaúcha no ambiente competitivo do agronegócio, por meio dos SIAL, os pesquisadores consideram as seguintes características para identificar o SIAL:

- a) configuração geográfica;
- b) identificação de características intrínsecas ao produto;
- c) existência de produção coletiva de bens privados e públicos;
- d) existência de ações coletivas ligadas ao processo produtivo e outras que extrapolem esse âmbito;
- e) existência de fatores sociais, culturais e históricos que criam uma identidade comum entre os produtos;
- f) existência de regulação institucional ligada ao setor produtivo;
- g) existência de uma interação real entre território e a cadeia produtiva (Malafaia; Barcellos, 2007).

O trabalho realizado pelos autores agregou à análise do SIAL novos elementos de investigação.

Já o trabalho de Grass-Ramírez, Cervantes-Escoto e Altamirano Cárdenas (2016) traz uma proposta que visa fortalecer a metodologia do SIAL através de três contribuições:

- a) a primeira consiste em localizar os eixos teóricos que sustentam o SIAL;
- b) a segunda é a definição de uma série de elementos de suporte para gerar as informações requeridas por eixo; e
- c) a terceira são as etapas a serem seguidas pelo pesquisador que seleciona o SIAL como abordagem de análise.

Os autores selecionaram, a partir de uma revisão sobre os diferentes enfoques de agroindústrias e SIAL, seis instrumentos metodológicos que podem melhorar o enfoque do SIAL, sendo eles: história oral, método genealógico, trajetória tecnológica, qualificação e certificação de produtos, análise de redes e cadeias agroindustriais. A validação da proposta se deu em um estudo de caso do queijo tenate de Tlaxco, Tlaxcala – México.

Diante dos diferentes elementos que podem compor a identificação do SIAL, o trabalho realizado por Boucher (2006) apresenta uma sistematização dos estudos que utilizaram como referência essa abordagem. A partir da relação entre AIR e território, emergem reflexões que em volta das concentrações das agroindústrias, as quais levaram a uma evolução teórica da noção do SIAL. Assim, a partir da sistematização destes estudos foi possível identificar três fases de trabalhos que centravam sua análise na teoria do SIAL.

A primeira fase dos trabalhos sobre SIAL (1998-2002) surgiu em continuidade às noções teóricas de SPL e Clusters, constatando externalidades positivas a partir das concentrações de redes sociais conhecidas pela confiança atreladas por uma identidade territorial e uma história comum entre seus protagonistas. Nesse contexto, o autor constatou

uma rede local de empresas, apoiadas em dinâmicas territoriais e instituições específicas. A primeira fase de estudos se desencadeou na segunda fase (2002-2006), na qual a noção de SIAL é utilizada para contribuir para o desenvolvimento das AIR através de um processo chamado de ativação de recursos específicos, mediante ações coletivas e a coordenação dos atores (Boucher, 2006). A terceira fase (2005-2006) de definição do SIAL surgiu diante dos novos desafios do setor agrícola e agroalimentar. Boucher e Pomeón (2010) e Boucher (2006) destacam com maior relevância as seguintes temáticas:

- a) multifuncionalidade rural;
- b) importância do setor público e das instituições internacionais no desenvolvimento de zonas rurais com alto índice de pobreza e acesso a novos nichos de mercado.

Diante do exposto acima, fica evidente que alguns estudos utilizam a metodologia mais consolidada para identificar o SIAL, mas alguns autores sugerem novos elementos para complementar a análise. Para este trabalho, optou-se pela metodologia desenvolvida por Muchnick (2006), porém adaptada por Ambrosini, Filippi e Miguel (2008) no que concerne às quatro dimensões. Sendo assim, essa ferramenta metodológica possibilita um melhor entendimento, intervenção e melhoria no meio rural. A seguir, o quadro síntese das dimensões e objetos de estudo dos trabalhos citados acima possibilita um melhor entendimento.

**Quadro 2 - Síntese das dimensões e objetos de estudo**

Dimensões/Metodologia	Objeto de estudo	Autor
Dimensão histórica Dimensão técnico-teórica Dimensão alimentícia Dimensão institucional	Território do morango no Vale do Caí Brasil (RS)	Specht (2009)
Dimensão histórica Dimensão técnico-teórica Dimensão institucional	Queijo serrano Brasil (RS)	Ambrosini, Filippi e Miguel (2008)
Configuração geográfica Características intrínsecas ao produto Existência de produção coletiva Existência de ações coletivas Existência de fatores socioculturais Existência de regulação institucional Existência de uma interação entre território e cadeia produtiva	Pecuária gaúcha Brasil (RS)	Malafaia e Barcellos (2007)
História oral Método genealógica Trajetória tecnológica Qualificação e certificação Análise de redes e cadeias agroindustriais	Queijo tenate de Tlaxco México	Grass-Ramirez <i>et al.</i> (2016)

Fonte: elaboração própria a partir de Specht (2009), Ambrosini, Filippi e Miguel (2008), Malafaia e Barcellos (2007) e Grass-Ramirez *et al.* (2016).

#### 4 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO SUL - REGIÃO DA FRONTEIRA

O Rio Grande do Sul é um estado marcado pelas disparidades entre suas regiões. A diversidade na colonização do estado pode ser observada através das reduções jesuíticas sob influência da coroa espanhola em 1620, dos portugueses que ocuparam a faixa litorânea a oeste (1700), e a colonização não portuguesa, que ocorreu em terras não ocupadas pelo latifúndio pastoril, que inicialmente se deu pelos alemães (1824) e posteriormente pelos italianos em 1875. Os alemães ocuparam as terras próximas aos vales e rios e os italianos na serra e do planalto (Chelotti, 2009).

A colonização do Rio Grande do Sul envolveu diferentes grupos étnicos e culturais, cada um desses grupos contribuiu para a formação de comunidades distintas dentro do Estado. Essas comunidades muitas vezes mantiveram suas tradições culturais, línguas e práticas agrícolas, resultando em uma diversidade regional significativa. Essa diversidade regional é uma característica única da dinâmica territorial do Rio Grande do Sul. Nas estâncias a atividade predominante era a criação de gado extensivo e nas colônias cultivavam-se lavouras. Segundo Chelotti (2009), um fator importante dessa dinâmica territorial refere-se a vida em comunidade, nas colônias, devido à concentração da população, diferente das áreas das estâncias que são propriedades com grandes dimensões. O autor também destaca a diferença nas relações de trabalho entre as regiões. Na colônia, a atividade agrária dominante era a agricultura, pecuária leiteira, e a criação de aves e suínos e na região da campanha a predominância estava na pecuária de grande porte e rizicultura.

Desta forma, duas sociedades distintas, por suas origens étnicas, cultural e mentalidade constituem o Rio Grande do Sul. “O colono era a antítese desses gaúchos das campinas” (Pebayle, 1975, p. 1). O colono era o indivíduo da floresta, o pequeno agricultor com técnicas ainda predatórias e o gaúcho o sujeito que tinha gosto pela liberdade sempre acompanhado do cavalo e do facão que usava para as lidas e brigas (Love, 1971). Diante desta distinta colonização, temos uma parte do estado marcada pela pequena propriedade e diversificação produtiva e no outro extremo, grandes propriedades baseadas na pecuária.

Portanto, diferente da região latifundiária, temos a partir dos imigrantes, alemães e italianos, uma nova racionalidade em relação à exploração da terra marcada na pequena propriedade familiar. Diante da crise da economia da pecuária-charqueadora, o Rio Grande do Sul começa a desenvolver a partir da economia colonial uma economia agrícola mais diversificada. Segundo Fonseca (1983, p. 113), “[...] na Serra, o imigrante europeu passou

a ter grande significado, desenvolvendo uma próspera policultura em pequenas propriedades”. A partir das diferenças estabelecidas no processo de colonização a próxima seção tratará das diferenças socioeconômicas do Rio Grande do Sul.

#### 4.1 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO GAÚCHO

Foi somente do século XVIII que o território hoje reconhecido como Rio Grande do Sul começou a ser colonizado pelos portugueses. Embora expedições de exploração em busca do pau-brasil tenham avistado a região no século XVI, a integração do estado ao restante do Brasil ocorreu de maneira tardia. Isso se deve ao fato de que essa parte do Brasil não despertou o interesse da Coroa, uma vez que não havia a presença de ouro, prata ou produção agrícola significativa. Portanto, as condições geográficas não se alinhavam com os interesses comerciais da Coroa, o que resultou em uma integração gradual do Rio Grande do Sul ao sistema colonial. A região que hoje compreende o estado do Rio Grande do Sul foi palco de inúmeros conflitos, isto porque se tratava de uma região de fronteira entre o Império espanhol e o Império português. Foi a partir do século XVII que se iniciaram as primeiras tentativas de expansão ao sul do Brasil. O interesse na região sul deu-se pelos bandeirantes paulistas que estavam à procura de mão de obra e o indígena era a principal presa. Após a captura, o indígena era vendido para trabalhar de modo escravizado na zona açucareira, conforme descrição de Pesavento (1985). O interesse pelos indígenas só encerrou quando os holandeses foram expulsos da África e o tráfico negreiro retornou à normalidade.

Os rebanhos abandonados na pampa pelos jesuítas, que foram embora levando somente os indígenas, acabaram reproduzindo-se à solta, tornaram-se bravios e formaram uma imensa reserva de gado, conhecida como “Vacaria del Mar” (Pesavento, 1985, p. 9). Também tiveram locais ao nordeste do estado, “Vacaria dos Pinhais”, que serviram como estâncias de gado, as quais foram distribuídas pelos jesuítas e ficavam sob a responsabilidade dos indígenas (Terronteguy, 1994).

Devido às várias disputas entre Portugal e Espanha, era de interesse do governo brasileiro estabelecer no Rio Grande do Sul uma população mais concentrada e, deste modo, mais conveniente do ponto de vista militar, com o objetivo de defender as terras, frente as ambições espanholas. Segundo Fonseca (1983), o componente militar foi determinante na forma de ocupação das terras na região da fronteira. O autor sugere a existência de duas formas de povoamento: a vila fortificada e a estância. As vilas estavam vinculadas à segurança, necessárias em uma área de frequentes disputas, e as estâncias à valorização econômica da terra,

com a produção voltada à zona mineradora. A economia sulina era secundária no contexto brasileiro, mas em termos militares e políticos foi importante na estratégia de defesa da região conflituosa da Bacia do Prata (Zarth, 2002).

Desta forma, vários foram os acordos entre Portugal e Espanha. O Tratado de Santo Ildefonso foi um deles, assinado em 1777, entre os dois países, ficou estabelecido que as terras de Sacramento e as Missões ficariam para a Espanha. Entre as possessões ibéricas seria criada uma área neutra (Campos Neutrais), que ficaria entre a lagoa Mangueira e a lagoa Mirim. Essa região, segundo Pesavento (1985, p. 17), ficou conhecida como “terra de ninguém” e transformou-se numa área de intenso contrabando de gado, justamente numa época em que a pecuária se desenvolvia com a produção do charque. Para preservar o comércio de gado e a defesa militar da região, a Coroa portuguesa evidenciou a necessidade de tomar posse das terras que compreendia Laguna e o Prata. Após a paz, consequência do Tratado, a grande maioria dos militares fixaram-se na região e tornaram-se estancieiros, mas as disputas Ibéricas prosseguiram por todo o século.

Com o objetivo de defesa do território, no século XVIII se iniciou o processo de distribuição de terras, as sesmarias, definindo a posse de terras e do gado. Foi a partir desse momento que surgiram as estâncias. A concessão de sesmarias no Rio Grande do Sul foi uma maneira da Coroa retribuir os serviços militares prestados pelos tropeiros e militares, (Pesavento, 1985). A posse de uma sesmaria dava poder e prestígio ao beneficiário que adquiria junto com a terra poder econômico, político e social. De acordo com Cardoso (1962), a distribuição de terras no sul do Brasil fez surgir uma estrutura de casta, de um lado os escravos e do outro os senhores de terras.

Em 1820, novas concessões de sesmarias foram feitas entre o Ibicuí e o Quaraí, nessa região houve a intensificação econômica com a região do Prata. A importância da região levou o Rio Grande a ser promovido para Capitania Geral. Todo esse processo de apropriação militar da terra foi acompanhado da expansão econômica da pecuária sulina, oportunizando o enriquecimento da sua camada senhorial (Pesavento, 1985, p. 24). “As autoridades incentivavam a instalação de estâncias e lavouras para oficiais e soldados das fortificações, com o objetivo de povoar a área e garanti-la ao reino de Portugal” (Zarth, 2002, p. 58). Desta forma, os estancieiros ganharam força e poder no plano político-administrativo. O título de proprietário diferenciava socialmente quem recebia a terra e a este cabia defender além dos interesses da Coroa seus próprios interesses.

A ocupação portuguesa no Rio Grande do Sul foi caracterizada pela figura do estancieiro e militar que, permitiu o alargamento das fronteiras. O estancieiro militar,

acompanhado dos peões, constituía-se uma unidade militarizada que garantia a posse da terra (Albornoz, 2000). Os senhores de terras, estancieiros, desempenharam por mais de um século o papel de defender a fronteira junto com os peões que os serviam, entre outras funções, para embates pelo domínio lusitano do território. O estancieiro era o proprietário de uma extensa área de terra e desfrutava da mão de obra escravizada para a lavoura de subsistência, tarefas artesanais e domésticas e do trabalho dos peões para as atividades com o gado (Herrlein Júnior, 2002). No ano de 1820, o Governo Imperial com objetivo de colonizar a parte norte do Rio Grande do Sul, uma área de floresta do Vale do Rio dos Sinos, incentivou a vinda de imigrantes europeus para o estado. Os imigrantes ocuparam as matas desertas e devolutas. Os primeiros imigrantes foram os alemães que fizeram parte das colônias de agricultores familiares. Alguns autores também destacam que tal iniciativa do governo brasileiro seria uma maneira de “branquear” a população, visto que a grande maioria era composta de negros, pardos e mestiços. Portanto, foram distribuídas pequenas e médias propriedades. “O governo destinou 36 léguas quadradas de terras devolutas para cada província distribuir aos colonos imigrantes” (Zarth, 2002, p. 73). O autor aponta que por volta da década de 1850 deu-se o encerramento do livre acesso à terra por lavradores pobres. O curioso é que no meio de muita terra ociosa os agricultores reclamavam de não terem acesso à terra para trabalhar, eram, portanto, sem-terras em meio à enorme quantidade de terras.

A Lei de Terras de 1850 facilitou a mercantilização da terra, grandes quantidades de solo virgem faziam parte de grandes negócios realizados por proprietários que venderam essas terras para imigrantes europeus, mas a mesma lei dificultou o acesso à terra para pequenos camponeses nacionais pobres. Desta forma, o resultado do modelo de apropriação de terras no Rio Grande do Sul ficou marcado por um lado por uma estrutura fundiária de grandes proprietários pastoris e de outro lado pequenas propriedades agrícolas (Zarth, 2002).

#### **4.1.1 Estâncias x estancieiros x peões**

As sesmarias consistiam na doação de terras por parte da Coroa e estiveram na origem dos latifúndios. Essa distribuição de terras não levou em consideração nenhum critério distributivo. Houve também outras formas de apropriações como posses por ocupações, compras e usurpações (Farinatti, 2010). De acordo com Cardoso (1962), é verdade que houve senhores de muitas sesmarias e proprietários de grandes rebanhos de gado. De acordo com Pesavento (1985), as sesmarias eram terras devolutas medindo 13.000 hectares e foram responsáveis pelo surgimento das estâncias que compõem uma das partes mais importantes

do Rio Grande do Sul. Em 1814, as primeiras sesmarias começam ser distribuídas na linha de fronteira entre o Brasil e o Uruguai, onde os beneficiários das terras eram antigos oficiais, soldados do exército e civis ligados à Coroa. As concessões de sesmarias em Santana do Livramento ocorreram principalmente nos anos de 1815 e 1817. A figura do estancieiro surge a partir do militar, do antigo colono, do administrador colonial e do gaúcho que, em grande maioria, era alguém que se apropriava das terras e do gado, atividade que não requeria muito trabalho devido à grande quantidade de animais.

A estância no início da sua formação não possuía um tipo definido de organização do trabalho e de poder, caracterizava-se por condições precárias e provisórias com a finalidade de povoamento. Nas estâncias, o gado vivia solto e não demandava muitos cuidados, somente a partir de 1834 a estância gaúcha passa de uma mera apropriação dos dons naturais para uma empresa econômica organizada (Cardoso, 1962). Ainda de acordo com o autor, é correto afirmar que houve senhores de muitas sesmarias, proprietários de grandes rebanhos de gado que fizeram riqueza com o comércio de gado.

O título da terra diferenciava socialmente a quem recebia. A população da campanha começa a se formar a partir de então e tem como vocação a criação de gado (Albornoz, 2000). As próprias estâncias foram estabelecidas pelos militares e civis em áreas de campo nativo, eram grandes propriedades que antes de serem uma forma estável de propriedade e de gerarem um tipo definido de organização do trabalho e de poder, foram antecedidas por formas bastante precárias de ocupação e povoamento. Na época de movimentação dos rebanhos de gado, as estâncias eram meramente pontos de apoios para os comerciantes de gado, mas também tinha uma importância militar, uma vez que eram construídas em pontos elevados para garantir melhor defesa (Cardoso, 1962).

As estâncias tiveram uma importância para a formação do Rio Grande do Sul, acompanhadas da economia do gado. Essas propriedades pouco a pouco cresceram em população e em bens materiais (Terroteguy, 1994). “O estancieiro ao cercar sua propriedade criou barreiras às campereadas livres quando gaudérios e animais cruzavam as campinas e os currais” (Terroteguy, 1994, p. 56).

Os grandes latifúndios, serviram também para a expansão territorial e o estancieiro poderia ou não usar as terras para a pecuária ou a agricultura. A terra proporcionou gozo além do econômico, trouxe, também, prestígio e fez com que os grandes proprietários alcançassem poder. “O poder político-militar dos estancieiros consolidava-se assim através do fortalecimento econômico, calcado nas atividades criatórias, o que fazia aumentar seu poder de barganha perante o governo central” (Haesbaert, 1999, p. 34). Concomitantemente,

a concentração de terras aumentou na mão de poucos e despovoou o campo. Os trabalhadores livres foram para outras regiões. Os peões-soldados desmobilizados diluíram-se pelas estâncias, cidades e charqueadas (Terroteguy, 1994).

No início das charqueadas os estancieiros eram homens que se apropriavam da terra e dos rebanhos sem colocar grande trabalho. A atividade pastoril desenvolvia-se mais como um dom da natureza do que propriamente fruto do trabalho humano, pois o gado multiplicava-se facilmente (Cardoso, 1962). A estrutura das estâncias era composta por um capataz e peões, sendo que estes deviam obediência ao capataz. Os peões era negros escravizados, indígenas ou gaúchos assalariados, cuja atividade era cuidar dos animais, contê-los no limite da estância e reuni-los em época de marcação e castração. Por este motivo, o trabalho requerido nas estâncias era pequeno e, por isto, a quantidade de negros escravizados também era pequeno nas estâncias, diferente das charqueadas que o trabalho se organizou baseado na escravidão (Cardoso, 1962). Os estancieiros empenhavam-se em transformar os peões em indivíduos obedientes,

uma vez que tinham interesses em suas habilidades de guerra e o conhecimento da pampa. As estâncias de gado usavam a forma extensiva na criação do gado e utilizavam os peões como mão de obra. “Os peões eram elementos subalternos do antigo bando armado que tropeava gado ou índios egressos das missões” (Pesavento, 1985, p. 15). Apesar de ter pessoas escravizadas nas estâncias, a atividade de criação de gado, subsidiária da economia central do país, não foi suficiente para propiciar acumulação que permitisse a introdução constante de pessoas negras nas estâncias (Pesavento, 1985).

Portanto, os negros escravizados não foram a principal mão de obra nas estâncias, isto porque, a mão de obra necessária para a organização das estâncias, na região da fronteira e das missões, era formada por indígenas. Nestas regiões, os estancieiros, não dispoendo de pessoas negras escravizadas em quantidades suficientes, utilizavam os indígenas que serviam de peões em troca de algum salário. O tratamento recebido pelos indígenas não era muito diferente daquele que o negro escravizado recebia nas estâncias. Além dos indígenas que serviam às estâncias “[...] muitos brancos fugidos de Corrientes também se transformavam em peões e capatazes dos portugueses” (Cardoso, 1962, p. 60).

Nesse sentido, a partir das relações estabelecidas entre os senhores das sesmarias e seus subalternos, é possível compreender os mecanismos de posições sociais estabelecidas nestas regiões, as quais podem ser entendidas como de servidão. Uma sociedade composta de senhores de terra, gado, charqueadores e escravizados. As formas não assimétricas na estrutura social alicerçaram a sociedade gaúcha, o que corresponde a formas de comportamento reguladas por

rígidas expectativas de dominação e subordinação. Afirmando essa forma de estrutura social, a análise feita por Fernando Henrique Cardoso (1962, p. 117) demonstra que “[...] a sociedade gaúcha acabou por configura-se nos moldes de uma estrutura patrimonialista”. Os estancieiros exerciam grande domínio moral sobre os seus subalternos. O domínio exercido não era pela força, mas pela bravura. Existia nessa relação lealdade, admiração e dedicação aos superiores. Não há como negar a forma hierarquizada que essas relações foram estabelecidas e tampouco falar em relação democrática e igualitária. A historiografia do Rio Grande do Sul apresenta contradições nas relações sociais, principalmente nas relações senhor e escravo, ou seja, minimizando a presença de mão de obra escravizada nas estâncias. As relações idealizadas nas estâncias entre estancieiros e peões seria mais de um amigo do que um subordinado ao seu patrão. Da ideia de compartilhar churrasco, chimarrão e campereadas juntos, surgiu a falácia de que estancieiros, peões e escravizados seriam quase iguais socialmente (Cardoso, 1962; Zarth, 2002).

Os peões livres, trabalhadores de estâncias, carregam o peso da palavra gaúcho típico dos Pampas, onde o trabalho no campo era visto mais como um lazer do que propriamente trabalho. Mas, na verdade o trabalho desempenhado por estes homens era árduo. Os peões desempenham várias funções como domar, lançar, castrar e a remuneração era conforme a função. Os salários mais altos ficavam com aqueles que exerciam a função de capataz, os quais eram responsáveis por tomar conta da propriedade na ausência do patrão. As grandes estâncias contratavam o chamado peão posteiro que se tratava daquele trabalhador que utilizava um pedaço da terra para cultivo próprio, sendo essa uma parte da remuneração. Esse tipo de trabalhador tinha o direito de morar na propriedade e quando constituía família os filhos eram contratados pela estância. Neste caso, nota-se a reprodução da mão de obra dentro da própria estância (Cardoso, 1962; Chistillino, 2010; Zarth, 2002).

Christillino (2010) destaca que no caso de Santana do Livramento os pequenos criadores complementavam suas rendas vendendo a sua mão de obra sazonalmente nas estâncias, a grande maioria da população vivia no campo e dependia do estancieiro. No ano de 1850, apenas seis grandes criadores possuíam um rebanho bovino superior a quatro mil animais. Essa informação mostra que a figura do grande estancieiro, rico e independente economicamente era restrita a um pequeno grupo, o que já indica uma concentração fundiária. Nota-se nesse período um baixo aproveitamento das terras, sendo que um animal ocupava três hectares de campo, isto porque, o aumento da renda dos estancieiros se dava através da compra de mais terras e conseqüentemente na acumulação de terras (Christillino, 2010).

Por outro lado, no século XIX, o Rio Grande do Sul apresentava baixíssima densidade

demográfica, homens encontravam dificuldades para se estabelecer como agricultores livres, portanto essa parte da população vivia em condições econômicas precárias (Zarth, 2002, p. 167). Entretanto, Dom João VI, através de um decreto, determinou que fossem doadas terras para imigrantes não portugueses, com o objetivo de implantar colônias agrícolas. O perfil diferenciado do processo de imigração decorrente desse processo será analisado a seguir.

#### **4.1.2 Colônia x pequeno produtor**

No período imperial e republicano foram implantadas políticas imigratórias com o objetivo de povoar terras devolutas na região noroeste do Rio Grande do Sul. Foi a partir de 1824 até o ano de 1884 que ocorreu o primeiro período de colonização Imperial. O processo de colonização proposto por D. João VI almejava superar a formação inicial baseada no latifúndio e monocultura, com o objetivo de tornar o país mais independente (Herédia, 2001). Diferentemente do que ocorreu em outras partes do Brasil, a imigração de alemães e italianos não visava substituir a mão de obra escrava, mas, no estado, a imigração tinha como motivação desenvolver um novo tipo de produção baseado na atividade agrícola em pequena propriedade. Foi no ano de 1824 que chegaram os primeiros imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, responsáveis por modificar o sistema de posse da terra, diversificar a produção e a comercialização de produtos no mercado interno (Costa, 2013). Os primeiros imigrantes foram colonizar uma região que já era parcialmente ocupada por descendentes de portugueses e escravos. Esses imigrantes trouxeram para o estado uma nova cultura, um idioma diferente e uma cultura religiosa distinta da praticada no Brasil, incluindo o isolamento e a dificuldade de se relacionar com os nativos, o que levou ao povo germânico um fortalecimento da sua identidade e cultura. De acordo com Salamoni (2001, p. 33),

[...] a noção de que pertenciam a uma mesma comunidade levou os colonos alemães a promoverem o surgimento de uma série de associações, cujo objetivo era, por primeiro, a manutenção de sua herança cultural. As iniciativas incipientes para o estabelecimento da vida comunitária foram a construção de igrejas e escolas.

O associativismo entre os alemães também era uma forma de superar dificuldades encontradas no setor produtivo, o que levava a união de produtores do mesmo produto. Os imigrantes alemães diante das dificuldades encontradas puderam sobreviver às custas de uma agricultura de subsistência, cultivando diversos produtos através da mão de obra familiar e agregados, além de contar com a ajuda dos vizinhos nas suas necessidades (Pesavento, 1985). A proximidade dos lotes coloniais, devido à estrutura fundiária, possibilitou a formação de vilas

e povoados, e a diversidade cultural foi decisiva no processo produtivo.

A partir de 1840, a agricultura comercial de gêneros de subsistência passa a abastecer a capital da província e dos anos de 1870 em diante, a agricultura alemã atingiria a fase que os produtos passaram a ser vendidos para o centro dinâmico do país, São Paulo e Rio de Janeiro (Pesavento, 1985). De acordo com Kuhn (2006), a colonização alemã pode ser dividida em três fases. A primeira, conhecida como a fase de subsistência, inicia em 1824 até 1845; a fase de expansão do comércio que ocorre de 1845 a 1870; e a terceira fase, de 1870 em diante, do desenvolvimento da indústria.

A imigração alemã mudou o perfil produtivo e social do Rio Grande do Sul, a partir da diversificação da produção, da pequena propriedade e mão de obra livre. Além, da contribuição para a implantação industrial no estado, através da acumulação do capital comercial (Costa, 2013). Quem acumulava capital era o comerciante alemão e não o pequeno proprietário, a acumulação do capital ocorria através das atividades de abastecimento do mercado interno, destacando-se no período colonial. O comerciante lucrava com a diferença cobrada pelos produtos, lucrava com o transporte das mercadorias da colônia à capital, e ainda lucrava com operações financeiras (Pesavento, 1985).

Em 1875, ingressam no Rio Grande do Sul os primeiros italianos. Segundo Pesavento (1990), os italianos chegaram na província em desvantagem se comparada aos alemães, isto porque as melhores terras já haviam sido ocupadas e os lotes que os italianos receberam foram de 25 hectares na encosta da serra. Por outro lado, já encontraram uma rede de comercialização montada pelos alemães, o que facilitava a comercialização dos seus produtos. Os italianos se especializaram na produção de vinho, milho e criação de suínos e compartilhavam os mesmos costumes, hábitos e religião (Costa, 2013).

O setor agrícola colonial apresentava-se como o mais dinâmico e com maior capacidade de capitalização, isso proporcionou o surgimento do comércio e da indústria no Rio Grande do Sul. De acordo com Pesavento (1985), por volta de 1910, a agricultura colonial praticada pelos imigrantes, na região norte do RS começou a enfrentar a concorrência de outras regiões brasileiras que, em comparação com o produto local, ganhavam em vantagem comparativa. Fora isso, outro problema enfrentado, na colônia, era o esgotamento do solo associado ao contínuo fracionamento da terra. “As progressivas subdivisões do solo, explorando com técnicas rudimentares, conduzia a uma diminuição crescente da produtividade da terra” (Pesavento, 1980, p. 72). Nesse período, também houve o surgimento do cooperativismo entre os pequenos produtores, com a finalidade de valorizar os produtos diante da concorrência nacional.

Diante do exposto até aqui, a forma de ocupação da terra no Rio Grande do Sul se diferenciou quanto ao perfil econômico e cultural das suas regiões. Constituiu-se na região da campanha uma sociedade com identidade na grande propriedade distinta do perfil social da colônia, que de acordo com Roche (1969, p. 26),

O criador rio-grandense leva uma vida alternativamente rude e ociosa. Certamente a marcação e a doma do gado exigem força e habilidade, certamente o rodeio, em que se reúne o rebanho para recenseá-lo, tratá-lo, fazer a seleção, pede uma grande resistência. Mas esses trabalhos são de determinadas estações, e horas a fio se passam, ao pé do fogo ou do galpão, o rudimentar abrigo do pessoal, a contar proezas técnicas ou façanhas militares, a cantar as primeiras canções do folclore rio-grandense.

Na campanha gaúcha, o trabalho era mais individual, enquanto na colônia o trabalho coletivo predominava. Embora o trabalho na campanha fosse sazonal, o poder do setor pecuarista predominava no estado e isto estava representado na política. Essa identidade ligada ao latifúndio permaneceu até os anos de 1990, mas o processo de reterritorialização iniciado nessa década marca a introdução de novos elementos culturais e econômicos na região. Neste sentido, a próxima seção resgata a transformação econômica e social no município de Santana do Livramento com a introdução de trabalhadores rurais no território marcado pelo latifúndio.

#### 4.2 ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS DE SANTANA DO LIVRAMENTO

As primeiras sesmarias na fronteira oeste do Rio Grande do Sul começaram a ser distribuídas, em 1814, a antigos oficiais e soldados do Exército (Ambrosini; Filippi; Miguel, 2008). A ocupação das terras na fronteira do Brasil com o Uruguai está diretamente ligada a defesa do território. Segundo Haesbaert (2004), a doação da sesmaria e a expansão da pecuária são marcos originais da formação da estrutura latifundiária gaúcha, a única forma de viabilizar a ocupação e defesa do território, tendo em vista a extensão de terra e escassez de elementos povoadores. Ainda segundo o autor, o processo de ocupação na região de fronteira (Brasil-Uruguai) deu-se a partir da apropriação do território.

[...] fixando a fronteira, articulavam-se nitidamente uma base econômica específica (a pecuária), um grupo hegemônico regional (o caudilhismo militar-pastoril) e uma identidade cultural-ideológica forjada no espaço latifundiário e nas práticas sociais vinculadas (Haesbaert, 2004 p. 36).

Surgida no século XIX, Santana do Livramento faz fronteira com Rivera-Uruguai. Situadas em países distintos, as duas cidades estão separadas por uma linha imaginária, onde

seus povos e sua cultura se misturam, trata-se de uma fronteira seca. Os primeiros ocupantes foram os índios charruas e minuanos e logo após os jesuítas espanhóis. Devido às disputas entre Espanha e Portugal, os portugueses decidiram resguardar a fronteira e ocupar o território. A partir desse momento, a povoação portuguesa iniciou com a doação das sesmarias. Entretanto, em relação às outras regiões, do RS e do Uruguai, o povoamento em Santana do Livramento foi tardio, mas manteve a pecuária extensiva como a mesma forma de produção (Albornoz, 2000). A região fronteiriça tem sua base econômica na pecuária extensiva, estabelecida na sesmaria como forma de uso da terra.

Nesse período, Santana do Livramento não contava com nenhuma charqueada e exportava seu gado para saladeiros da região. O estancieiro era o fornecedor de matéria-prima e dependente do preço pago pelos charqueadores. Os rebanhos cresciam em moldes extensivos, ou seja, o aumento da produção dependia de dois fatores: terra e gado (Pesavento, 1985). Especificamente em Santana do Livramento, de acordo com Albornoz (2000), os pecuaristas não tinham uma mentalidade capitalista como os pecuaristas uruguaios, vistos como progressistas. A pecuária, no município fronteiriço, era uma atividade de pouca acumulação e sem nenhuma atividade transformadora. Os donos de terras procuravam aplicar a renda na compra de mais terras e, segundo Albornoz (2000, p. 70), “[...] despreocupavam-se da implantação de técnicas pecuárias modernas. Havia na fronteira uma mentalidade pré-capitalista, com costumes patriarcais [...]”. Logo, as estâncias santanenses até o século XX tinham sua atividade econômica baseada nas charqueadas.

No início do século XX, instalou-se no município o primeiro saladeiro. No ano de 1904, o complexo industrial estava instalado em Santana do Livramento e, em 1911, o município já tinha quatro grandes charqueadas, sendo o segundo maior complexo do estado (Albornoz, 2000). Incentivos do governo gaúcho facilitaram a entrada de capital externo, houve uma renovação tecnológica da pecuária e nesse período através dos incentivos fiscais, as empresas norte-americanas penetraram no estado: Armour e Wilson em Santana do Livramento e Swift em Rio Grande, nos anos de 1917 e 1918, respectivamente (Pesavento, 1985). A partir desse momento, o cenário fronteiriço mudou com o primeiro investimento baseado em capital externo. Salienta-se que os estancieiros santanenses que também ocupavam cargos políticos não tiveram nenhuma participação nas negociações para a instalação dos frigoríficos na cidade (Albornoz, 2000).

Após a instalação das indústrias houve uma mudança estrutural na região que, segundo Schaffer (1993, p. 50), está relacionado à valorização da carne.

A valorização da carne no período entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial levou a um maior controle dos campos. Com o cercamento das terras começou a ser desestimulada a permanência dos agregados (posseiros) que desfrutavam a possibilidade do consumo do gado. Nesse processo, comum a toda a área pastoril do sul do país, aumentou a miséria das populações rurais não proprietárias e o êxodo rural teve início. Ao mesmo tempo em que se firmava o latifúndio cresciam as populações deslocadas para a periferia das sedes municipais.

Pelo lado econômico, ocorreram impactos significativos no município que trouxeram desenvolvimento extraordinário e progresso para a cidade. Em 1932, Santana do Livramento era considerada o terceiro parque industrial do Rio Grande do Sul, com mais de 50 indústrias (Albornoz, 2000). Nas estâncias houve melhoramento genético com raças europeias, mas, por outro lado, os estancieiros aplicavam sua renda na compra de mais terras e gado, assim o latifúndio crescia. Segundo Albornoz (2000), a indústria frigorífica instalada em Santana do Livramento dependia do mercado externo e o avanço das estâncias ligava-se ao bom desempenho do frigorífico. Durante a Segunda Guerra Mundial, o município santanense viveu seus anos dourados, quando Santana do Livramento chegou à sexta posição em número populacional do estado.

A indústria gerava um número significativo de empregos. Isso se dava, quase que exclusivamente, nas atividades vinculadas à pecuária, que ocupava grande parte da mão de obra, evidenciando o elevado grau de especialização da economia local (Bandeira, 1994, p. 28).

De acordo com Shaffer (1993, p.45), o frigorífico Armour

[...] teve um importante papel na produção do espaço urbano, (de Santana do Livramento) seja pela própria presença físicas (instalações industriais, galpões, escritórios, residências dos empregados ligados à administração), seja pelos empregos que gera e pelos impostos que paga.

A Primeira Guerra Mundial ainda impulsionou o mercado de lã que se desenvolvia no município (Monteblanco, 2013). Santana do Livramento também se destacava pelos rebanhos de ovinos e, na década de 1940, foi fundada a Cooperativa Santanense de Lãs, que chegou a ter 1.700 associados entre pequenos e grandes produtores (Chelotti, 2005). Na década de 1950, o Lanificio Albornoz, fundado em 1908, consolidou-se como indústria de lã, empregando mais trabalhadores e iniciando as exportações (Shaffer, 1993). Nos anos de 1960, a empresa, segundo Caggiani (1983, p. 146):

[...] inaugurou uma moderna fábrica de “tops”, empreendimento arrojado que imprimiu novo surto de progresso em Sant’Ana do Livramento, proporcionando mercado garantido para a lã produzida neste município bem como na região além de ampliar o limitado mercado de trabalho.

O município contava na década de 1940 com outras indústrias. De acordo com Shaffer (1993), Santana do Livramento contava com quatro frigoríficos, três torrefações de café, 11 charqueadas e uma cervejaria de expressão regional. Ao todo eram aproximadamente 50 estabelecimentos industriais, os quais empregavam mais de três mil trabalhadores. Entretanto, o frigorífico Armour possuía a maior expressão industrial do município. Como pode ser observado na Tabela 1, a atividade industrial teve seu melhor desempenho no ano de 1949, o que pode ser explicado pela expansão frigorífica decorrente do aumento da demanda mundial por carne.

**Tabela 1 - Participação dos setores na Renda interna total de Santana do Livramento – índice =100**

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços			Renda Interna
			Comércio	Demais serviços	Total	
1939	27,86	21,27	16,41	24,47	50,87	100
1949	20,34	31,3	14,6	33,76	48,35	100
1959	23,46	21,75	21,7	33,1	54,79	100
1970	18,86	13,16	29,99	37,99	67,99	100
1975	13,41	27,32	21	38,27	59,27	100
1980	22,34	21,69	18,14	37,82	55,96	100

Fonte: FEE (1986).

A média de animais abatidos, anualmente, no período de 1940 a 1944, foi de 165 mil cabeças. A alta produção do frigorífico coincidiu com a Segunda Guerra Mundial, mas, com o fim da guerra, o número de animais abatidos decresceu para uma média anual de 50 mil cabeças (1955-1959) (Albornoz, 2000).

O comércio, nesse período, ganhou força através do turismo na fronteira. Uruguaios, impossibilitados de viajar para a Europa devido à guerra, começaram a consumir o turismo interno, o que foi favorável para a fronteira. A inauguração do cassino em Rivera e a criação do Parque Internacional incentivaram o trânsito de pessoas e o aumento do consumo de serviços, incluindo o comércio de compras, que foi beneficiado nesse momento (Shaffer, 1993). Porém, a falta de visão empreendedora local levou vários comerciantes de Santana do Livramento a limitar o investimento apenas na pecuária extensiva, o que fez a atividade ser a maior beneficiada pelo aumento de renda (Caggiani, 1983).

No ano de 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial e com a queda da demanda do seu principal mercado, o frigorífico Armour foi atrás de outros lugares onde a lucratividade fosse maior. O pós-guerra foi marcado por uma queda no consumo europeu de carnes, quando as empresas frigoríficas operavam em larga escala em nível mundial. Conseqüentemente, a

queda na produção do gado repercutiu sobre os pecuaristas. O latifúndio apresentava pouca rentabilidade e a criação de gado continuava predominantemente extensiva, além da concentração da propriedade da terra que se mantinha em áreas improdutivas.

Ao longo da década de 1950, muitos estancieiros foram a falência (Pesavento, 1985). Aliado a isso, em nível nacional, houve uma expansão da malha rodoviária, o que acabou elevando a oferta de produtos e, conseqüentemente, prejudicando a indústria local.

#### 4.3 O FIM DO APOGEU DA CARNE

Até 1950, o mercado garantiu à grande propriedade uma reprodução favorável para seus principais produtos:

- a) a bovinocultura;
- b) ovinocultura.

Os frigoríficos instalados em Santana do Livramento dependiam da demanda externa e, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o frigorífico Armour, sem nenhum vínculo local, saiu em busca de lugares mais lucrativos. A multinacional trouxe para o município um desenvolvimento frágil, dependente de mercados externos e temporários. A população local, tanto de Livramento quanto de Rivera, dependia dessa única empresa (Albornoz, 2000). Segundo a autora, as estâncias sentiram a queda no número de abates que em dez anos a reduziu em 66%. Além da redução no número de cabeças abatidas, houve uma diminuição no preço pago pelo gado, isto foi uma das estratégias adotadas pelo frigorífico para manter a lucratividade (Pesavento, 1985).

Assim como a bovinocultura, a ovinocultura apresentava uma estreita relação com o mercado internacional e após a queda da demanda mundial sofreu perdas significativas. Em relação à ovinocultura, o mercado de lã sintética atingiu em cheio os lanifícios, que acabaram perdendo mercado diante da competitividade do novo produto que, conseqüentemente, desestruturou a produção no município (Chelotti, 2005).

Era o início da decadência das grandes estâncias que sofriam com a transferência das perdas do mercado da carne. A queda nos lucros com a venda do boi ocasionou um tipo de retrocesso. Alguns estancieiros utilizaram seus recursos na compra de mais terra e gado como alternativa de rentabilidade, enquanto a grande maioria dos produtores, com baixo estilo empresarial, pertencia ao molde da pecuária tradicional.

Por muitos anos, o frigorífico Armour foi a força motriz da economia de Santana de Livramento, com uma produção basicamente para satisfazer às necessidades de mercados

externos. Sobre isso, Albornoz (2000, p. 149) coloca que “[...] poucos pensaram que esse desenvolvimento não era autossustentado, não tinha raízes concretas na comunidade local e nem podia constituir-se em um poder econômico tão abrangente e centralizador”. A partir de 1981, o frigorífico passou por crises intermitentes que perduraram até o ano de 1996, o que causou uma onda de desemprego em massa no município de Santana do Livramento.

No que se refere à população, houve uma saída de trabalhadores do município que migraram para outras regiões do estado, atrás de oportunidades de trabalho. Em relação às propriedades rurais, a crise de mercado representada pelos frigoríficos gerou um movimento mais claro de diferenciação entre as propriedades e os produtores, ou seja, cada vez mais divididas entre aqueles que exerciam a pecuária nos moldes tradicionais e aqueles que tornavam a pecuária uma atividade cada vez mais empresarial (Monteblanco, 2013).

#### 4.4 OS ANOS 1970 E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

Os anos de 1970 foram marcados pela modernização agrícola. As lavouras sempre estiverem presentes no município, mas vinculadas à subsistência das propriedades rurais. Com a expansão da lavoura capitalista para a região, outros cultivos foram inseridos, como a lavoura de arroz irrigado, soja e viníferas (Chelotti, 2005). Aos poucos, as lavouras de arroz foram chegando na região da Campanha, por meio do arrendamento de terras e, a partir dos pacotes baseados na Revolução Verde, começaram a fazer parte da produção. Mais recentemente, a silvicultura também passou a fazer parte das culturas dessa região (Aguar, 2011). Consequentemente, no campo, a mecanização expulsou da grande propriedade rural trabalhadores que, em busca de emprego, foram para a cidade atrás de oportunidades.

A agricultura moderna e a pecuária extensiva passaram a dividir o mesmo espaço. Em momentos de crise da pecuária, o arrendamento da terra passou a representar uma alternativa de renda para os pecuaristas, uma vez que o cultivo de culturas como a soja e o arroz propiciam um retorno mais imediato do que a pecuária (Chelotti, 2005). Em consequência, houve um aumento da área cultivada com arroz, mas a criação do Mercosul afetou a região, principalmente na produção de arroz irrigado. Entretanto, não só a lavoura de arroz foi afetada pela criação do Mercosul, mas também a pecuária (corte e leiteira) e até a produção de lã ovina. Para Chelotti (2005), o arroz irrigado é a lavoura mais cultivada comercialmente em Santana do Livramento, junto com a soja, milho, sorgo e uva. Fatores como a política estadual de melhoramento genético e o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) favorecerem o cultivo de arroz e soja na década de 1970.

Foi, também, na década de 1970 que o cultivo da uva ganhou impulso no município. A campanha gaúcha destacou-se na produção de uvas e vinhos no Rio Grande do Sul. Santana do Livramento está entre os municípios com destaque na produção, com aproximadamente 790 hectares destinados ao cultivo de uvas e uma produção de 3.392 toneladas de uva (IBGE, 2016). Em 1973, instalou-se em Santana do Livramento a vinícola Almadén. Atualmente, o município conta com quatro vinícolas, atraídas pelas ótimas condições de clima e de solo, já que Santana do Livramento encontra-se no paralelo 31 (EMBRAPA, 2003; Miolo, 2018).

O próximo capítulo tratará das questões mais recentes em Santana do Livramento, as quais provocaram algumas transformações.

## 5 SANTANA DO LIVRAMENTO – DO APOGEU À DECADÊNCIA

Economicamente, Santana do Livramento se inseriu no mercado através da venda de gado para as charqueadas. No Rio Grande do Sul, o período pós-independência foi marcado pelo desenvolvimento da pecuária, destinada à produção de charque que abastecia o mercado interno. As charqueadas marcaram o panorama econômico do Rio Grande do Sul, tornando-se o centro da pecuária extensiva praticada nas estâncias. Os charqueadores e criadores de gado monopolizaram o poder político no Rio Grande do Sul e, a partir desse momento, uma sociedade aristocrática e excludente surge.

O município santanense (fundado em 30 de junho de 1823) é um dos mais antigos do estado do Rio Grande do Sul e, atualmente, possui uma população de 75.647 habitantes, destes 8.054 estão na zona rural e ocupam uma área territorial de 6.946,407 km<sup>2</sup> (IBGE, 2021). Santana do Livramento faz parte dos 105 municípios que pertencem à Metade Sul do Rio Grande do Sul, os quais têm a sua base econômica alicerçada na atividade primária, principalmente na pecuária de corte e leiteira, ovinos e equinos. Por muitos anos, essa parte do estado apresentou uma baixa diversificação produtiva, grandes rebanhos bovinos e grandes propriedades rurais.

Nesse contexto da região sul do estado, está Santana do Livramento. A formação econômica e social do município esteve vinculada à pecuária, a qual se manteve ao longo da história dos santanenses. Foi no período das grandes guerras mundiais que o município chegou ao seu apogeu, mas após a segunda metade do século XX com o esvaziamento do frigorífico, concomitante ao crescimento da agricultura extensiva e início da política rodoviária no país, sucede a gradual quebra do sistema produtivo local (Favaro; Duarte, 2014). Essa situação acabou afetando o processo de industrialização do município que empregava mão de obra de brasileiros e uruguaios. Entretanto, a pecuária continuou como a principal matriz produtiva.

Na década de 1990, o município experimentou uma profunda crise econômica, que provocou, através de políticas públicas, uma considerável mudança no território. Como já posto neste trabalho, a identidade territorial é uma construção social em que cada lugar tem formas distintas de se relacionar. Então, este capítulo procura traçar um panorama geral das mudanças ocorridas em Santana do Livramento, vinculando-as ao primeiro assentamento implantado, em 1992, no município. Foi um espaço estabelecido a partir de grandes propriedades que sofreu mudanças ao longo dos anos, principalmente com a intervenção de políticas públicas, como, por exemplo, a Reforma Agrária.

A partir da inserção de novos atores em Santana do Livramento, principalmente no meio rural, observam-se outras formas de utilizar a terra com a implantação da policultura. Além

do exposto acima, este capítulo tem como propósito relacionar o quanto a construção da identidade está ligada aos interesses dos atores sociais. Ressalta-se a importância de entender o quanto a identidade dos trabalhadores rurais está conectada às mudanças econômicas no município. Os pequenos produtores rurais de Santana do Livramento, habituados à pecuária de corte, não foram os responsáveis pela mobilização e transformação de recursos naturais disponíveis em ativos. Devido à herança cultural de trabalhar com a pecuária de corte, muitos continuaram reproduzindo esse modelo em pequenas propriedades. Queremos ressaltar que os trabalhadores assentados conseguiram, no entanto, transformar alguns recursos em ativos, como evidenciado no caso do leite, mencionado anteriormente neste trabalho.

Essa constatação não denota a incapacidade dos trabalhadores santanenses, mas reflete o resultado de um processo de desenvolvimento econômico pautado na concentração e no isolacionismo. O que buscamos destacar é que o associativismo, proveniente principalmente da luta pela terra, demonstra que o poder do trabalhador reside na união e na solidariedade de classe. A próxima seção iniciará com a abordagem da formação econômica de Santana do Livramento e, posteriormente, tratará de aspectos políticos e sociais que serviram para a construção e reconstrução da identidade territorial.

## 5.1 NOVOS ARES EM SANTANA DO LIVRAMENTO: O MST E A REFORMA AGRÁRIA CHEGAM NA FRONTEIRA

A realidade e vivência de assentamentos agrários não é novidade no Brasil. Primeiro estão registradas as iniciativas de colonização e depois os programas autodeclarados da Reforma Agrária (Delgado, 2005). No Rio Grande do Sul, os assentamentos apresentam três públicos diferentes: os sem-terra (quase todos, pelo menos inicialmente, ligados ao MST), os atingidos por barragens e os ocupantes de áreas indígenas (Martins, 2003). Para Zimmermann (1994, p. 205) “[...] o assentamento é estudado enquanto um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas”.

Enraizada nos latifúndios, Santana do Livramento começa a vivenciar uma nova realidade a partir da Reforma Agrária, na década de 1990, sendo um dos municípios do Rio Grande do Sul em que a Reforma Agrária mais se concentrou. Durante duas décadas, cerca 4,6% da área total do município foram ocupadas por 31 assentamentos (Sigra, 2018). A grande maioria dos assentamentos foi criada através da desapropriação de áreas, em um total de 18 estâncias que correspondem a 14,8 mil hectares. Por outro lado, nove assentamentos foram

criados através de reconhecimento, o que corresponde a 7,3 mil hectares, e quatro assentamentos foram adquiridos através de compra e venda, totalizando 3,7 mil hectares (Sigra, 2018).

As famílias que foram assentadas no município são bastante heterogêneas, muitas vieram da região norte do estado, como dos municípios de:

- a) Cruz Alta;
- b) Rodeio Bonito;
- c) Palmeira das Missões;
- d) Entre-Rios do Sul;
- e) Erechim;
- f) Ronda Alta;
- g) Constantina;
- h) Trindade do Sul;
- i) Carazinho;
- j) Frederico Westphalen;
- k) Nonoai;
- l) Planalto;
- m) Joia;
- n) Guarani das Missões.

Entretanto, em assentamentos mais recentes, há famílias da região metropolitana de Porto Alegre e municípios como Pelotas e Santa Maria, além de famílias de São Gabriel, Uruguaiana, Rosário do Sul e Santana do Livramento. Entretanto, as famílias procedentes da região da Campanha são em menor quantidade (Aguiar, 2011). Já as pessoas oriundas da fronteira que foram assentadas eram antigos trabalhadores das fazendas adquiridas pelo INCRA. Dos 31 assentamentos, nove estão localizados ao longo da BR-158, o que acaba favorecendo o escoamento da produção. O restante dos assentamentos está localizado em uma região de difícil acesso, principalmente em dias de chuva.

Até o começo dos anos de 1990, desenvolvia-se, predominantemente em Santana do Livramento, a pecuária de corte, além da lavoura de arroz irrigado e da vitivinicultura. Com a implantação dos assentamentos, iniciou-se uma redefinição do papel da produção familiar no município (Chelotti, 2003). Após a instalação dos inúmeros assentamentos, a atividade leiteira se desenvolveu como forma de viabilizar a pequena propriedade familiar (Monteblanco; Cordeiro, 2019).

O leite foi a alternativa encontrada pelas famílias para garantir uma renda mensal, diante

de tantas dificuldades com a adaptação produtiva. De acordo com Aguiar (2011), a região que compreende o município de Santana do Livramento possui dois tipos de solos:

- a) um mais arenoso;
- b) outro mais pedregoso.

Essas características de solos são determinantes para a atividade econômica. Além da pecuária, as culturas do arroz, videiras, forrageiras, macieiras, pessegueiros e citros se adaptam bem à região. Nos assentamentos, a agricultura é diversificada, pois as famílias que fazem parte dos assentamentos são de diversas regiões do estado, as quais introduziram novas formas de organização, produção e cultivo (Aguiar, 2011). Portanto, aliada à diferença cultural, há também a dificuldade de adaptação produtiva.

Por se tratar de um território historicamente voltado à pecuária em moldes patronais, as famílias encontraram dificuldades em se adequar à nova realidade produtiva. No que diz respeito ao período de plantio, o clima não é o mesmo que os produtores estavam habituados. Todos esses fatores fizeram com que a reterritorialização dos assentados trouxesse uma nova realidade para o município. Na próxima seção serão apresentados o MST e a Reforma Agrária em Santana do Livramento.

## 5.2 MOVIMENTO SEM TERRA (MST) E A REFORMA AGRÁRIA

Os conflitos no campo são decorrências da concentração de terras e intensificados pela modernização do campo, o que causou a expulsão de trabalhadores rurais (Graziano, 1980). O Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST) é decorrente da questão agrária brasileira que, historicamente, foi excludente. Entretanto, antecedem o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra várias lutas populares de resistência. A concentração de terras, como visto anteriormente, teve início no período colonial e a luta pela terra foi uma consequência disso.

Na década 1950, o processo de luta pela terra ganhou força com o apoio da Liga dos Camponeses, Comissão da Pastoral da Terra (CPT), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST). O objetivo era agregar às lutas dos camponeses, em várias partes do Brasil, a exigência da reforma agrária, alteração na estrutura fundiária e nas políticas agrícolas e legislação rural adequada às necessidades do trabalhador rural (Thedesco, 2011). A Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975, tinha como objetivo conectar, apoiar e estimular aqueles que se dedicavam em prol dos agricultores sem-terra e dos trabalhadores rurais (Da Ros, 2006). A ideia era promover alternativas aos trabalhadores contra a dominação de grandes projetos agrícolas. Com apoio, os movimentos sociais e de

trabalhadores rurais iniciaram o processo de luta pela terra.

O MST é um exemplo de organização dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária e luta pela terra. A formação do MST é marcada por dois pontos específicos:

- a) a mobilização de agricultores expulsos da reserva Kaingang, situada no município de Nonai/RS;
- b) e pela construção da hidroelétrica de Itaipu, no Paraná.

As lideranças que faziam parte do movimento eram originárias de acampamentos espalhados por doze estados brasileiros, os quais articulavam-se entre si e, com apoio da CPT, realizaram, no ano de 1984, o Encontro Nacional do Movimento Sem Terra em Cascavel- PR (Pasquetti, 2007).

No Rio Grande do Sul, apoiados pela CPT, um grupo de três famílias acamparam na região norte do estado e, posteriormente, uniram-se com centenas de famílias. De acordo com Pasquetti (2007), o início do MST pode ter sua origem no acampamento Encruzilhada Natalino (1980), com a ocupação da Fazenda Macali (1979) ou na primeira ocupação organizada pelo MST na Fazenda Annoni (1985).

No acampamento, centenas de famílias oriundas de diversos lugares, com identidades distintas, histórias de vidas diferentes, as quais uniram-se em barracos com o único objetivo: acesso à terra. Muitos dos trabalhadores que faziam parte do acampamento Encruzilhada Natalino eram descendentes de imigrantes italianos e alemães sem-terra, que vieram para o Brasil incentivados pela política do governo estabelecida na Lei de Terras de 1850. Essas famílias viviam no norte do estado, marcado pelas pequenas propriedades com predominância da mão de obra familiar (Fonseca, 1983). Como já supracitado neste trabalho, essa região diferencia-se da forma de colonização do restante do estado.

Sem exagero, o acampamento é um lugar híbrido, onde convivem caboclos e descendentes de italianos e alemães. Homens, mulheres e crianças dividem o mesmo espaço, apoiados por alguns e desprezados por outros. Nessa junção, indivíduos tão distintos têm o mesmo objetivo em comum: conquistar a terra. Assim, o MST tem como objetivo a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa, dando sequência às lutas históricas no Brasil (Pasquetti, 2007). “A reforma agrária é uma reforma social que tem como objetivo, por meio da redistribuição de terras, ressocializar populações deixadas à margem do desenvolvimento econômico e social ao longo de décadas, já para não falar de séculos” (Martins, 2003, p. 33).

A reforma agrária é mais do que a redistribuição de terras, mas também a oportunidade de introduzir essas famílias no mercado. Para Fernandes (1998, p. 1), o processo de reforma agrária é:

Em nosso país, a reforma agrária é uma política recente, comparada ao processo de formação do latifúndio e da luta pela terra. A luta pela terra reforma agrária ganhou força com o advento das organizações políticas camponesas, principalmente desde a década de cinquenta, com o crescimento das ligas camponesas. Todavia, a luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio. Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária, segundo porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores, e na luta pela reforma agrária participam diversas instituições.

A história mostra que o campo no Brasil foi palco de inúmeras disputas territoriais. O MST tem um papel importantíssimo nessas lutas, pois a trajetória do movimento mostra as várias conquistas dos trabalhadores sem-terra, conquistas de latifúndios que se tornaram lugar de moradia e de trabalho para muitas famílias, aumento da produção de alimentos, criação de cooperativas, entre tantas outras (Caldart, 2001). Santana do Livramento e os assentamentos

Para Zimmermann (1994, p. 205), “[...] o assentamento é estudado enquanto um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogêneas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas”.

A implantação dos assentamentos em Santana do Livramento iniciou em 1992 e terminou em meados dos anos 2000. Durante a década de 1990, foram implementados 16 assentamentos, e, na década de 2000, outros 15 assentamentos. Atualmente, o município conta 31 assentamentos, ocupando uma área de 26.257 hectares, com cerca de 1.000 famílias. De acordo com o INCRA<sup>2</sup> (2017), cada família assentada recebeu em média 25 hectares, entretanto, os assentamentos ocupam uma área de 4,6% da área total do município. A grande maioria dos assentamentos foi criada através de desapropriação de áreas, em um total de 18 estâncias que correspondem a 14,8 mil hectares. De outro lado, nove assentamentos foram criados através de reconhecimento, o que corresponde a 7,3 mil hectares, e quatro assentamentos foram adquiridos através de compra e venda, em um total de 3,7 mil hectares.

Até o começo dos anos de 1990 predominava em Santana do Livramento a pecuária de corte, juntamente com a lavoura de arroz irrigado e a vitivinicultura. Com a implantação dos assentamentos, começou a ocorrer uma redefinição do papel da produção familiar no município (Chelotti, 2003). A chegada das famílias e a diferença regional, baseada em pequenas propriedades e diversificação produtiva, proporcionaram um ambiente adverso daquele que Santana do Livramento sempre teve, da grande propriedade de terra, da pecuária extensiva e do trabalhador rural, em sua maioria, apartado da propriedade da terra.

Superadas as dificuldades iniciais, aliadas à diferença cultural e às dificuldades

---

<sup>2</sup> Informação informal: relatório recebido por e-mail de funcionários da instituição.

produtivas nas propriedades, a agricultura é diversificada, isso porque as famílias que fazem parte dos assentamentos são de diversas regiões do estado, as quais introduziram novas formas de organização, produção e cultivo (Aguiar, 2011).

Por se tratar de um território historicamente voltado à pecuária em moldes patronais, trabalhos como de Aguiar (2011) e Montebianco (2013) mostram que as famílias encontraram dificuldades na adaptação produtiva. A pecuária leiteira foi a forma encontrada de viabilizar a produção na pequena propriedade e trouxe um alento para as famílias e conseqüentemente uma renda mensal garantida, que, segundo Patias *et al.* (2017), acabou incentivando produtores não assentados a ampliarem a produção de leite.

Nota-se que através de políticas públicas teve início uma transformação do território em Santana do Livramento, ou seja, a reterritorialização trouxe para a fronteira a pequena propriedade, a diversificação produtiva e a possibilidade de novas formas de mercado. Trata-se de um processo de modificação/adaptação tanto para o trabalhador rural, peão, apartado da propriedade da terra, quanto para o pecuarista familiar, com a introdução dos assentamentos e da produção leiteira na região. Também há a modificação/adaptação para o assentado oriundo das áreas de agricultura familiar, mas que estava acostumado a outros climas, solos e cultivos, e que também viu a produção de leite e a diversificação para outros cultivos como modo de viabilizar a permanência no assentamento.

### 5.3 SANTANA DO LIVRAMENTO: DA PECUÁRIA DE CORTE À PECUÁRIA LEITEIRA: HISTÓRIA E CULTURA DO FAZER QUEIJO COLONIAL

Conforme abordado em capítulo anterior, a região norte do Rio Grande do Sul foi colonizada por alemães e italianos que inseriram no estado a cultura europeia. A prática e a tradição de fabricar queijos são elementos representativos dessa diversidade cultural singular no território gaúcho. A técnica histórica de transformar leite em queijo foi introduzida no Brasil no século XIX por esses imigrantes europeus. Nesse contexto, o queijo colonial e serrano desempenharam um papel significativo na narrativa desses imigrantes.

Quando nos referimos ao queijo colonial, o próprio termo remete às áreas de terra (colônia) designadas aos europeus assim que chegaram ao Rio Grande do Sul. Na região norte do estado, as propriedades eram caracterizadas pela policultura, envolvendo as culturas como trigo, milho, feijão, batata e uva eram cultivadas para tender às necessidades diárias. Adicionalmente, a criação de galinhas, porcos e bovinos proporcionava carne, leite, ovos, torresmo, salame e outros produtos. Os imigrantes, ao se estabelecerem nas colônias,

mantiveram e preservaram nas colônias elementos culturais do seu antigo território, como, por exemplo, a gastronomia.

Dessa forma, os queijos artesanais expressam a evolução do conhecimento compartilhado ao longo do tempo (Ambrosini *et al.*, 2021). Considera-se artesanal ou colonial o produto que passou por algum grau de processamento dentro da propriedade rural, geralmente com mão de obra familiar (Fava *et al.*, 2012).

A partir do século XX, a pecuária leiteira começou a se desenvolver nas propriedades, e a indústria de laticínio ganhou força no estado. Muitos produtores de queijo colonial passaram a aprimorar geneticamente seu rebanho para integrar o sistema de produção de leite. Mesmo com a maior parte do leite sendo entregue às indústrias de laticínios, a produção de queijo colonial não desapareceu. As famílias continuaram produzindo o queijo para o consumo próprio e para a venda do excedente. De acordo com o *Relatório Socioeconômico da Cadeia Produtiva no Rio Grande do Sul* (EMATER/RS, 2021), a produção de leite está presente em 494 municípios gaúchos, distribuída em mais de 152 mil propriedades rurais. Em 112 municípios ocorre o processamento do leite em agroindústrias próprias e legalizadas, nos demais, as vendas são para indústrias, cooperativas e queijarias. Ainda de acordo com o relatório, cerca de 40% dos produtores de leite têm a atividade leiteira como principal fonte geradora de renda.

O município de Santana do Livramento apresenta uma vocação secular para a pecuária, porém, a produção de leite sempre existiu para consumo interno com pouco excedente, já que a pecuária de corte de forma extensiva sempre foi o ativo principal. Foi a partir da década de 1990 que outros recursos começaram a ser explorados com a chegada de novos atores no município. Com a inserção dos assentamentos, houve uma redefinição do papel da produção familiar no âmbito local (Chelotti, 2003). Nesse contexto, os novos atores iniciaram o processo de construção de um novo território, ao mesmo tempo em que foram inserindo outros modelos de produção. Aos poucos, esses fatores do território, antes não explorados, começaram a ser tornar ativos.

Segundo Medeiros (2017), é a reterritorialização da agricultura familiar na campanha gaúcha que trouxe novas formas e novas identidades. À vista disso, a criação de uma bacia leiteira no município destacou a significativa contribuição dos assentamentos para o avanço da atividade leiteira em uma área historicamente caracterizada pela pecuária de corte. Nota-se aí a junção de necessidades para a viabilização econômica dos assentamentos com a prática de desenvolvimento do associativismo presente nos movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra, destacadamente o MST.

O trabalho realizado por Pébayle (1968), descrevendo o meio rural da região na década

de 1960, mostra que as chácaras (pequenas propriedades rurais), situadas na periferia das aglomerações urbanas da campanha, se diferenciava da produção das estâncias pela associação da pecuária e da agricultura. Comercialmente, existia um esforço na produção de leite, manifestando-se na seleção das vacas, geralmente das raças holandesas e Jersey. Contudo, segundo o autor, a industrialização era praticamente inexistente, já que, na maioria dos casos, o excedente da produção era levado em carroças até a cidade (prática atualmente proibida pela normativa 61) pelo próprio produtor de leite. Disso pode-se inferir que a associação dos produtores, tanto no processo produtivo quanto de recolhimento e de beneficiamento, se mostra preponderante para a viabilidade econômica da produção leiteira.

Especificamente em Santana do Livramento, até o ano de 2007, a quantidade de leite produzida manteve-se em níveis considerados baixos, nunca superior a 10 milhões de litros.

Quando comparado com outros municípios de menor porte, evidencia-se o quanto a pecuária leiteira não era valorizada no município (Cordeiro; Monteblando, 2019). Dados do IBGE, em 2010, apontam que Santana do Livramento esteve pela primeira vez entre os 20 maiores produtores de leite do Rio Grande do Sul.

Todavia, a mudança produtiva no município iniciou no ano de 2007 com estudos realizados pela EMATER e Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do município de Santana do Livramento (SMAPA), com apoio do Banco do Brasil, cujo objetivo era montar um diagnóstico através da produção de leite como fator de diversificação produtiva. No entanto, de forma oficial, um grupo de indivíduos começou a se reunir com o propósito de abordar essa questão. Essa iniciativa surgiu a partir de duas necessidades identificadas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), que havia estabelecido sua presença no município e estava contribuindo para o progresso local. Uma das demandas provinha da Cooperativa dos assentados de Santana do Livramento (COPERFORTE), que tinha interesse em promover a produção de leite como uma fonte adicional de renda nos assentamentos. A outra demanda estava vinculada à SMAPA, que tinha obtido aprovação para um projeto do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), visando apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no município. Nesse cenário, a UNIPAMPA enxergou a oportunidade de unir essas entidades em busca de um objetivo comum, que era o desenvolvimento da bacia leiteira no município (Pires; De Marco; Patias, 2010). Aqui detecta-se que a inserção da universidade pública no município foi fundamental para vincular uma política pública de desenvolvimento local, de promoção de arranjos produtivos, com necessidades de fomento e desenvolvimento das associações dos produtores.

Daí em diante, por iniciativa da universidade, foi criado um grupo de trabalho com 14

instituições, as quais juntam esforços para trabalhar com questões relativas ao setor leiteiro. No ano de 2009, esse grupo sugeriu a organização de um Arranjo Produtivo Local (APL), o qual é formado pelas seguintes instituições:

- a) (UNIPAMPA);
- b) Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS);
- c) Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (Ifsul)
- d) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
- e) Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS)
- f) SMAPA, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR),
- g) Banco do Brasil,
- h) Coperforte,
- i) Cooperativa de Pequenos produtores de Leite de Santana do Livramento (COOPLESA),
- j) Associação de Criadores de Gado Holandês, Indústria de Laticínios SKYLAB;
- k) Cooperativa Sul-rio-grandense de Laticínios (COSULATI).

A partir dessa iniciativa que começou em meados dos anos 2000, Santana do Livramento, no ano de 2016, apresentou, comparado com os outros anos, a maior produção de leite, com 36 milhões de litros. Dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017) indicam que estabelecimentos com até 100 hectares são responsáveis por 67,41% da produção de leite do município e estabelecimentos com área de 20 e menos de 50 hectares (tamanho dos lotes da reforma agrária) produzem mais de 48% o total do leite em Santana do Livramento (Cordeiro; Montebianco, 2019). Fica evidente uma tentativa do estado, através de propostas, pela busca de desenvolvimento rural, como já visto em capítulo anterior.

Como bem colocam Chelotti e Pêsoa (2007), no início dos assentamentos, as famílias tentavam reproduzir os cultivos da sua antiga região, mas, devido à diferença de clima e solo, muito dessa tradição não pôde ser mantida. Por isso, não foi logo de imediato que as famílias aderiram à produção de leite, mas foi no decorrer dos anos uma alternativa de renda para as famílias assentadas. Como já mencionado, historicamente, as famílias do norte do estado, regiões coloniais, já tinham alguma familiaridade com a atividade leiteira, seja para consumo in natura ou para a fabricação de derivados.

Para as famílias assentadas, em Santana do Livramento, a pecuária de leite surgiu como uma alternativa. Com o decorrer do tempo, a produção leite se tornou a principal matriz

produtiva e estratégica de reprodução familiar nos assentamentos (Cordeiro; Monteblando, 2019). É ainda dos assentamentos o maior número de pessoas cuja reprodução socioeconômica depende do leite. Porém, um dos grandes problemas enfrentados é o preço do leite, que, por muitas vezes, desestimula os produtores, por isso a importância da industrialização. Fica evidente a criação de estratégias de sobrevivência no novo território. Esse processo de reterritorialização tem, portanto, o movimento de reconstrução de laços de identidade e integração sob novas bases de capacidades.

Nesse processo de redescoberta produtiva no novo território, nota-se o que Pecqueur (2001) chama de cesta de bens. A partir de estratégias adotadas pelos atores locais, surge, em Santana do Livramento, uma alternativa vinculada à cultura e à história dos novos atores que chegaram no município na década de 1990, bem como a adaptação dos assentados ex-peões e dos pecuaristas familiares. O saber-fazer compartilhado será tratado na próxima seção como alternativa de diversificação e renda.

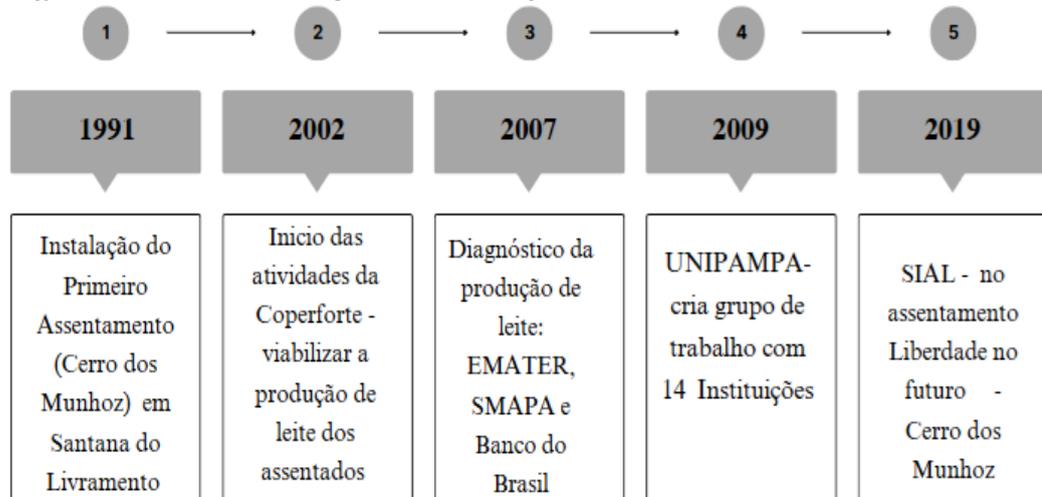
Resumidamente, a figura a seguir apresenta a linha do tempo das mudanças ocorridas no território santanense, impulsionadas por transformações institucionais. A Reforma Agrária ocorrida em Santana do Livramento alinhou-se aos objetivos estabelecidos para a Campanha gaúcha, buscando diversificar a produção agrícola, promover a agricultura familiar e aprimorar as condições de vida dos trabalhadores rurais. Pressões resultantes da proibição do carregamento do leite em tarros e um maior controle na comercialização do leite foram alguns dos motivos que levaram à fundação da COPERFORTE. Salienta-se que a formação de cooperativas é uma das diretrizes do MST para viabilizar o desenvolvimento econômico dos assentamentos<sup>3</sup>.

Nos últimos anos, instituições como a UNIPAMPA, IFSUL, UERGS e EMATER têm sido requisitadas para oferecer cursos de qualificação, alinhando-se aos novos padrões de produção. Dentro desse contexto, destaca-se o SIAL do queijo, que é um sistema que engloba produtos, pessoas, instituições e outros elementos combinados em uma estrutura agroalimentar claramente definida e reconhecida como importante fator para o desenvolvimento rural de Santana do Livramento (Boucher; González, 2011)

---

<sup>3</sup> Para mais informações: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

**Figura 9 - Linha do tempo das mudanças ocorridas no território santanense**



Fonte: elaboração própria

Quando se trata do desenvolvimento do SIAL no assentamento Liberdade no Futuro, um aspecto crucial a ser enfatizado é o comportamento dos agentes produtivos em relação à valorização do trabalho coletivo. Nesse contexto, o capítulo 7 será dedicado a explorar os principais aspectos do primeiro assentamento implementado em Santana do Livramento, focando especialmente nas implicações da reforma agrária. Também será abordada a influência das instituições no processo de desenvolvimento rural, examinando de que maneira essas instituições impactaram as mudanças ocorridas. No entanto, antes é apresentada a metodologia de pesquisa e análise empregada no trabalho.

## 6 ANÁLISE DO SIAL – ASSENTAMENTO CERRO DOS MUNHOZ

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos que foram utilizados na tese. Para isso, serão exibidos a seguir a abordagem, caráter e método utilizados neste trabalho de pesquisa, procedimentos e coleta de dados, bem como as análises de dados.

### 6.1 ABORDAGEM, CARÁTER E MÉTODO DE PESQUISA

O estudo proposto utilizou uma abordagem qualitativa, uma vez que pesquisas com esse caráter possibilitam um aprofundamento de questões subjetivas das experiências vivenciadas. Para Flick (2009), as pesquisas qualitativas têm grande importância no estudo das relações sociais. Segundo Richardson (2015, p. 180):

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar as interações de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Trabalhos que adotam uma abordagem qualitativa conseguem descrever situações difíceis que, por sua vez, proporcionam uma compreensão aprofundada do fenômeno em seu contexto natural. A abordagem qualitativa permitiu compreender o processo de mudança do território a partir da reforma agrária em Santana do Livramento. Além disso, como foi possível acompanhar nos capítulos anteriores, o trabalho adotou a abordagem histórico-institucionalista que possibilitou compreender o processo da formação socioeconômica do município fronteiro, remontado ao período colonial. Por meio desse enfoque, foi possível entender os processos de mudança que o território, enraizado no latifúndio (decorrente da repartição em sesmarias), tem passado.

Este estudo tem caráter descritivo, devido às dimensões da abordagem do SIAL. Segundo Gil (2008, p. 28), as pesquisas descritivas “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Outro aspecto citado por Gil (2008, p. 28) é que “[...] também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis”.

O método escolhido foi o estudo de caso. De acordo com Yin (2005, p. 32), “[...] um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro

do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Ainda de acordo com o autor, o estudo de caso conta com a capacidade de lidar com uma grande variedade de evidências: como documentos, artefatos, entrevistas e observações. É ainda muito utilizado nas Ciências Sociais, por permitir conhecer os fenômenos individuais e coletivos. Para Yin (2005), o estudo de caso torna-se uma estratégia de pesquisa preferida quando se quer responder questões “como” e “por que” determinado fenômeno acontece. Neste caso, essa estratégia de pesquisa é usada quando se pretende conhecer em profundidade algum contexto da vida real. A escolha do estudo do primeiro assentamento consolidado no município visava cumprir a investigação sobre as alterações decorrentes da inserção inicial dos assentados no município.

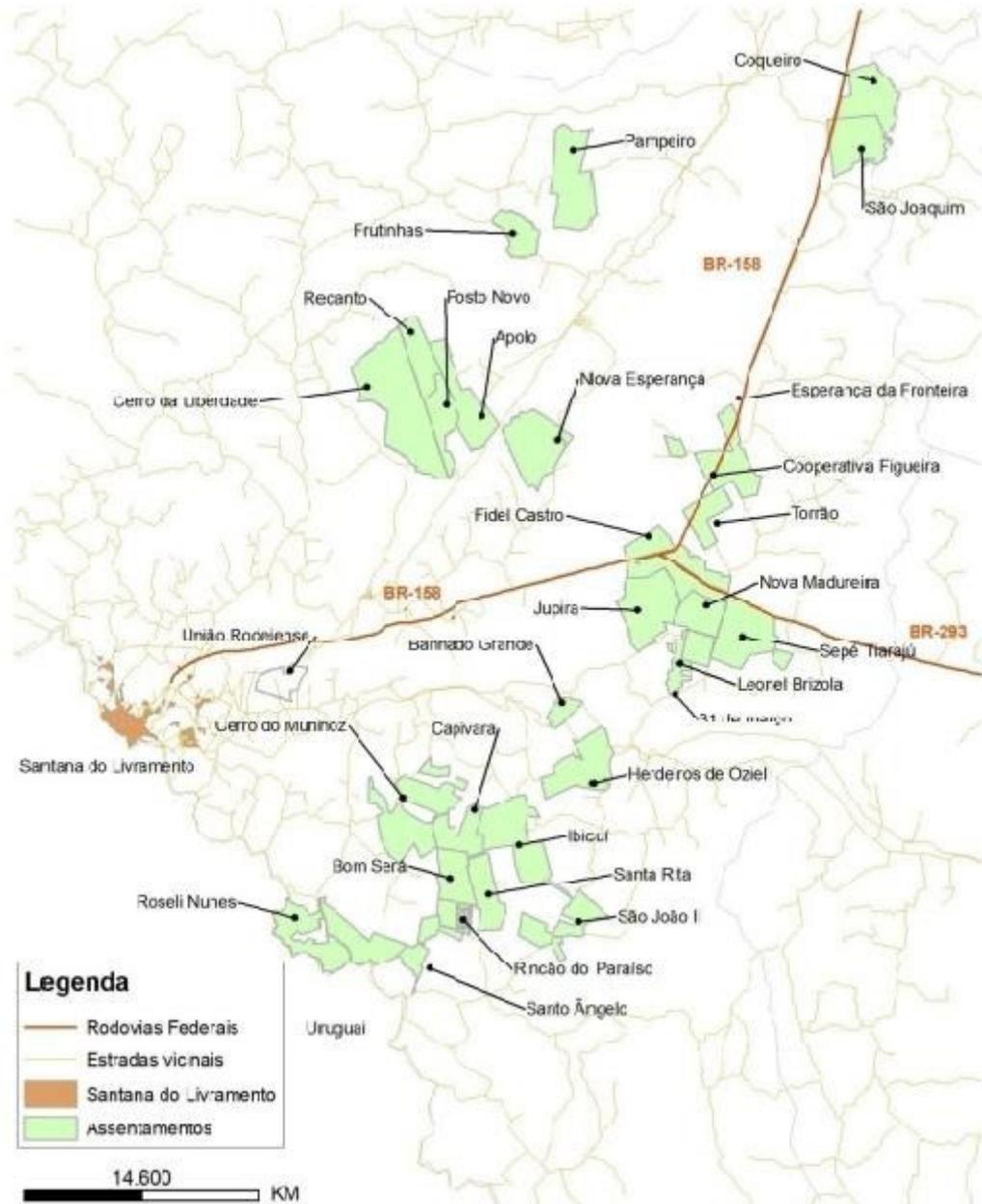
Em complemento, Gil (2007, p. 54) destaca que o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Esse método permite compreender “por que” determinado fenômeno acontece. Para o autor, uma desvantagem do estudo de caso é a impossibilidade de generalização, ou seja, os resultados do estudo não podem ser reaplicados. Por outro lado, uma vantagem é conhecer situações da vida real (Gil, 2007).

Assim sendo, o objeto de estudo refere-se ao fenômeno do processo de mudança institucional e o desempenho nos mercados dos produtores de queijo do assentamento Liberdade do Futuro em Santana do Livramento - RS. Esse assentamento foi o primeiro a ser criado no município, no ano de 1992, e possui capacidade para 67 famílias, mas, atualmente, conta com 61 famílias e ocupa uma área total de 1.577 hectares (INCRA, 2017).

Como já mencionado, foi no ano de 1992 que Santana do Livramento recebeu o primeiro assentamento. Durante a década de 1990, mais 15 projetos foram implementados e, nos anos 2000, os últimos 15 assentamentos foram instalados no município. Em razão do amplo e complexo objeto de estudo e dada a grande quantidade de famílias que fazem parte da população assentada, optou-se por delimitar os sujeitos desta pesquisa. Nesse sentido, a escolha teve como critério o período de instalação, no contexto da ação coletiva que resultou na fundação da primeira agroindústria coletiva de queijos em Santana do Livramento. A escolha foi intencional e ocorreu através de um primeiro contato por telefone e posteriormente uma conversa com uma extensionista da EMATER. O propósito foi identificar diferentes formas de cooperação com o objetivo de compreender como ocorrem as transações entre os produtores de queijo e o possível desempenho nos mercados.

Para uma melhor compreensão do espaço amostral, a Figura 10 ilustra a localização dos 31 assentamentos do município.

**Figura 10 - Localização dos assentamentos em Santana do Livramento**



Fonte: Aguiar (2011, p. 32).

A análise da distribuição geográfica dos assentamentos revela uma variação significativa em relação à proximidade do centro da cidade. Alguns assentamentos desfrutam de uma localização próxima ao centro urbano, ao passo que outros enfrentam desafios significativos de acesso ao centro da cidade. Um exemplo notável é o assentamento Cerro dos Munhoz, cujo acesso se dá por meio de uma estrada de terra em péssimas condições. Aspectos cruciais como a infraestrutura desempenham um papel fundamental na influência do desempenho dos agricultores no mercado.

Diante desse contexto, pretende-se analisar variáveis que possibilitem o entendimento

sobre o tipo e formas de organização. Foram investigadas as atividades associativas, características do grupo, regras e os sistemas de governança (mercado, híbrida, hierarquia). Além disso, foi possível analisar, considerando as dimensões inspiradas no trabalho de Ambrosini, Fillipi e Miguel (2008), as seguintes categorias:

- a) histórica;
- b) técnico-teórica;
- c) institucional.

Com base nessas dimensões, procurou-se averiguar o processo de transformação desde o processo de reterritorialização, investigando as experiências, os saberes e as estratégias coletivas e individuais dos atores na constituição de um novo território.

O método escolhido possibilitou aprofundar o conhecimento sobre as relações estabelecidas nos assentamentos, além de fornecer elementos para pesquisas futuras. Nesta seção, foram expostos o tipo de abordagem, caráter e método da pesquisa. No próximo tópico serão apresentados os procedimentos de coleta e de análise de dados.

## 6.2 TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os procedimentos e instrumentos de coleta de dados empregados nesta pesquisa baseiam-se em fontes tanto primárias quanto secundárias. Os dados primários foram obtidos durante a pesquisa de campo, enquanto os dados secundários provêm de várias fontes, incluindo pesquisas em documentos e revisões bibliográficas. Conforme observado por Yin (2015), a utilização de diversos instrumentos de pesquisa é relevante, mas o domínio das técnicas de coleta de dados é ainda mais crucial. Portanto, neste estudo, os instrumentos utilizados compreendem pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas.

Gil (2007, p. 44) acrescenta que “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, e ressalta que é uma vantagem da pesquisa bibliográfica possibilitar, ao pesquisar, o acesso a uma série de fenômenos maiores do que aqueles que poderiam ser pesquisados diretamente por ele. De acordo com Lakatos e Marconi (1996, p. 183), “[...] as bibliográficas variam, fornecendo ao pesquisador diversos dados e exigindo manipulação e procedimentos diferentes”.

Segundo Oliveira (2007, p. 69), “[...] o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidas do domínio científico”. Logo, foram pesquisados: livros, periódicos, ensaios críticos, teses, dissertações e artigos científicos que tenham como objeto de estudo a reforma agrária,

assentamentos, instituições e, mais especialmente no que tange ao território da Campanha Gaúcha, especificamente em Santana do Livramento.

Para a pesquisa documental, foi utilizado material publicado em jornal local, como fotos, vídeos, relatórios, além de documentários realizados sobre a reforma agrária no município, além de documentos do INCRA e de outros documentos que serviram para compreender as formas de contrato. Para Gil (2007), a pesquisa documental baseia-se em material que ainda não sofreu tratamento analítico. Além disso, há uma série de vantagens nesse tipo de pesquisa, entre elas:

- a) custo baixo;
- b) não haver a necessidade de contato com os sujeitos da pesquisa.

No entanto, apresenta desvantagens como não representatividade e a subjetividade dos documentos.

Para informações sobre o início dos assentamentos, foram consultados dados e relatórios do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como fotos, jornais e vídeos que trataram da chegada dos assentamentos em Santana do Livramento. Informações sobre produção agropecuária, população e PIB foram coletadas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Economia e Estatística (DEE) e Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto, a pesquisa bibliográfica e documental serviram para possibilitar o acesso aos fatos históricos que contribuíram para descrever a mudança do território fronteiriço a partir da reforma agrária. A pesquisa bibliográfica foi de importância fundamental para aprofundar o conhecimento sobre as características do objeto de estudo, ao mesmo tempo em que foi fundamental para a construção do embasamento teórico deste trabalho.

Para a pesquisa de campo foi utilizada a técnica de questionário semiestruturado, que serviu como um roteiro composto por perguntas principais e complementares. Segundo Diehl e Tatim (2004), a pesquisa semiestruturada fornece liberdade ao entrevistador para direcionar a entrevista em qualquer direção que considere adequada. Triviños (1987, p. 146) complementa que a “entrevista semiestruturada tem como características questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema de pesquisa”.

Portanto, a entrevista é uma técnica importante que possibilitará o desenvolvimento de uma relação próxima entre as pessoas envolvidas no processo. Neste caso, as perguntas são abertas e feitas em uma conversa informal, o que possibilita ao entrevistado responder de forma livre, além de emitir opiniões. Nesse sentido, optou-se por uma amostra não probabilística com critérios bem definidos, utilizando questionários semiestruturados como

instrumento de coleta de dados. Posteriormente, desenvolveu-se um roteiro de entrevistas (Anexo A).

Nesta pesquisa, as entrevistas semiestruturadas tiveram como propósito identificar de que maneira o processo histórico e o desempenho nos mercados dos agricultores assentados de Santana do Livramento podem, por meio das instituições, contribuir para o desenvolvimento rural. Para alcançar esse objetivo, foram utilizadas as dimensões analíticas do SIAL, as quais incluem a dimensão histórica, dimensão técnico-teórica e dimensão institucional. As interlocuções oportunizaram identificar elementos que permitiram o entendimento do processo de reterritorialização a partir de identidades territoriais tão distintas e de mudanças institucionais decorrentes desse processo.

Quanto ao número de entrevistas, foi aplicado o princípio de saturação e, após a conclusão das entrevistas, as falas foram transcritas para análise. Como mencionado, o objetivo das entrevistas semiestruturadas foi identificar os fatores que podem influenciar o desempenho dos agricultores assentados, abrangendo aspectos relacionados à adaptação produtiva, às estruturas organizacionais diante do mercado e ao estilo de vida. Para isso, foram exploradas categorias de investigação específicas, como contratos e transações. As interlocuções realizadas proporcionaram a identificação de elementos essenciais para compreender o processo de reterritorialização a partir de identidades territoriais tão distintas. Em relação ao número de entrevistas, adotou-se o princípio de saturação e, após a conclusão das entrevistas, as falas foram transcritas para análise.

Foram feitas seis entrevistas com famílias que fazem parte da produção de queijo. O primeiro contato nos assentamentos foi feito por intermédio da EMATER e, posteriormente, utilizada a técnica conhecida como “bola de neve”. Essa técnica metodológica permite que os primeiros participantes indiquem os próximos e assim sucessivamente. Para Becker (1993, p. 155), “[...] essa estratégia resolve o problema de acesso de forma conveniente [...]”. Além disso, foi estabelecido como critério a seleção do assentamento mais antigo do município. As entrevistas foram realizadas na sede na agroindústria e na feira de comercialização dos produtos, no centro da cidade.

Os dados coletados foram analisados através da análise de conteúdo. De acordo com Richardson (2008), a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que tem certas características metodológicas, como objetividade, sistematização e inferência. Para Bardin (2011), a análise de conteúdo refere-se a um tratamento de informações compreendidas em mensagens, ou seja, é um conjunto de técnicas de análise que usa procedimentos sistemáticos que permitem a inferência de conteúdo relativo ao entendimento referente à produção e

recepção dessas mensagens. A análise de conteúdo preocupa-se em compreender o sentido que o indivíduo manifesta através da sua fala.

Neste trabalho, a condução da análise de conteúdo teve início com a leitura inicial das transcrições das entrevistas. A partir desse ponto, foram elaboradas categorias que abrangiam as dimensões históricas, teórica-técnica e institucional. A análise foi apresentada em forma de texto, com destaque de algumas falas das entrevistas. Este capítulo encerra com um quadro resumo que vincula os objetivos específicos da pesquisa aos métodos de coleta e de análise de dados para que estes sejam contemplados.

### Quadro 3- Relação entre os objetivos específicos, coleta de dados e análise de dados

Objetivos Específicos	Coleta de dados	Análise de dados
Contextualizar o processo histórico e a formação socioeconômica da região que acolheu os assentados	Pesquisa bibliográfica e documental	Análise documental. Banco de dados - estatística descritiva
Descrever o processo histórico dos sem-terra, residentes no território Cerro dos Munhoz, que se tornaram assentados e suas instituições	Pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa decampo – entrevistas.	Análise de conteúdo Exploratória – empírica/ teórico
Investigar como estão organizadas as famílias assentadas fundadoras da Agroindústria Coletiva Sabores do Campo e como são formados os arranjos institucionais	Pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa de campo – entrevistas. Diário de campo	Análise de conteúdo Exploratória – empírica/ teórico
Identificar na teoria institucionalista de North elementos conceituais que permitam compreender a relação de reprodução social, semelhanças e diferenças entre as famílias do assentamento Liberdade no Futuro	Pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa decampo entrevistas.	Análise de conteúdo Exploratória – empírica/ teórico
Analisar a posição dos assentamentos nas suas relações de mercado	Pesquisa decampo – entrevista Diário de campo	Análise de conteúdo

Fonte: elaboração própria.

## **7 NOVOS CAMINHOS EM SANTANA DO LIVRAMENTO - DO SABER-FAZER A NOVAS FORMAS DE ENFRENTAR O MERCADO**

O dinamismo do cenário econômico exige que os atores sociais se ajustem. Em Santana do Livramento, as transformações pós-Reforma Agrária estão diretamente associadas às mudanças no uso e posse da terra. Essas alterações representam uma tentativa de integração dos novos atores no mercado, diante das dificuldades econômicas enfrentadas no município.

Neste capítulo serão apresentados relatos e experiências de estudos anteriores realizados em Santana do Livramento. O intuito é proporcionar uma visão mais abrangente sobre o tema, destacando a necessidade de adaptação por parte dos atores sociais. Assim, a revitalização da economia de Santana do Livramento é influenciada pela história, pelo conhecimento dos envolvidos e pelo papel das instituições.

Este capítulo aborda, de maneira geral, a organização dos atores, a economia, as instituições e a política no novo cenário que emerge em Santana do Livramento após as crises que afetaram o setor da pecuária de corte. Tais análises levam em consideração elementos históricos, conhecimento práticos e mudanças da institucionalidade nesse processo.

### **7.1 SABER-FAZER – ALTERNATIVA PARA MELHORIA DA RENDA E PERMANÊNCIA NO CAMPO**

Diversificar as formas de renda através da transformação dos alimentos utilizando tecnologia local é algo que chamou a atenção na década de 1980 na América Latina. Acompanhando essas mudanças, o rural brasileiro vem se modificando e, cada vez mais, as famílias do meio rural procuram na diversificação das atividades econômicas, alternativas de melhoria da renda e permanência no campo.

Essa pluriatividade envolve a prática de múltiplas fontes de renda e atividades econômicas realizadas por agricultores em áreas rurais, além da atividade agrícola tradicional. Essas atividades podem incluir, por exemplo, a agricultura, a criação de animais, a agroindústria, o turismo rural, entre outras atividades. Assim como as outras atividades, as agroindústrias rurais (AIR) são uma das estratégias adotadas pelas famílias como forma de reprodução social. Podem ainda contribuir para o desenvolvimento local, não só pelas questões econômicas, mas também sociais, que são responsáveis pela geração de empregos e pela promoção e maior estabilidade financeira das famílias.

Quando considerados os produtos da AIR, percebe-se que eles se diferenciam

consideravelmente dos produtos provenientes do processo industrial, em que a uniformidade é o princípio fundamental. No caso dos produtos artesanais, a ênfase está no processo de criação, na influência humana e na diferenciação. Nesse contexto, a criatividade e a inovação permanecem como oportunidade em aberto (Silveira; Heinz, 2005).

[...] o ato de processar é um saber fazer natural, original da família que não explora o processamento somente para fins comerciais, mas mercantiliza um produto da lógica de produção que, historicamente, é de subsistência, relacionado esforço de transformação de alimentos como forma de conservação e também uma forma de diversificar a dieta alimentar durante períodos de sazonalidade da produção (Venturini, 2011, p. 5).

No Brasil, a agroindustrialização familiar rural ganhou força a partir da década de 1990, quando muitos produtores encontraram dificuldades diante da nova conjuntura voltada para grandes complexos agroindustriais. Como bem coloca Pecquer (2005), uma estratégia de adaptação, face o crescimento mundial, permite aos atores locais reestruturarem a economia local. A agroindustrialização é um importante processo para reverter situações de vulnerabilidade socioeconômica no campo, o que passou a ser valorizado pelas políticas públicas, especificamente no Brasil, na década de 1990, quando os agricultores familiares passaram, de fato, a fazer parte da agenda das políticas do governo (Grisa, 2010).

Como exemplos dessas mudanças nas políticas públicas, têm-se os programas criados em níveis federal e estadual, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Agroindústria Familiar, “Sabor Gaúcho”, atualmente transformado em Política Estadual de Agroindústria Familiar (Rio Grande do Sul, Lei Estadual nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012). Essas ações de reconhecimento e fortalecimento são importantes instrumentos para ampliar a possibilidade dos produtores rurais ao acesso a linhas de crédito, mercados e qualificação técnicas. Essas medidas buscam facilitar a legalização de agroindústria familiar rural.

Segundo dados da SMAPA, até o ano de 2022, Santana do Livramento abriga um total de setenta e duas (72) agroindústrias devidamente registradas no Serviço de Inspeção Municipal, sendo que dessas, seis (6) são agroindustriais familiares rurais. O município possui SISBI-POA, que equivale à inspeção federal e autoriza as agroindústrias com esse selo comercializem seus produtos em todo país. No total, sete (7) agroindústrias contam com a certificação SISBI. De maneira geral, é importante ressaltar a importância econômica das agroindústrias, uma vez que geram empregos diretos e indiretos, contribuindo para a movimentação da economia local. Além disso, as agroindústrias na zona rural oferecem

oportunidades de renda e incentivam a permanência das famílias no campo.

A principal preocupação na produção de alimentos é garantir que as instalações de processamento de matérias-primas de origem animal e vegetal atendam às normas sanitárias. Nesse contexto, a legislação sanitária atual adota um método prescritivo de controle de qualidade. Se um problema de qualidade for identificado, por meio de análises laboratoriais, o produto é considerado inadequado para o consumo. Igualmente, se for constatado que as instalações ou equipamentos não estão em conformidade com as normas legais, o estabelecimento é impedido de continuar produzindo e está sujeito às penalidades previstas em Lei (Silveira; Heinz, 2005).

As normas estabelecidas na legislação frequentemente causam insatisfação entre os produtores, pois interferem no conhecimento tradicional transmitindo de geração em geração, descaracterizando a maneira de processar a produção. Isso gera preocupações quanto à perda da autenticidade, uma vez que o produto específico é resultado de uma aprendizagem transmitida ao longo das gerações, guiando esse conhecimento prático. Desta forma, o produto específico é o resultado de uma aprendizagem passada entre gerações, o que estabelece normas que guiam esse saber-fazer. Entende-se que o produto final resulta nas normas, na cultura, no costume e na identidade territorial (Pecqueur, 2005). Em complemento, o arcabouço institucional nos possibilita compreender que as regras informais são transmitidas e influenciam o comportamento dos indivíduos, mas sem mudá-lo facilmente.

Essa afirmação pode ser constatada no trabalho desenvolvido sobre as agroindústrias familiares, mercados institucionais e empoderamento das mulheres: em uma discussão a partir de Santana do Livramento, as autoras Lutke e Costa (2019) mostram a dificuldade encontrada entre o saber-fazer e as exigências legais. Em um dos relatos é mostrado o descontentamento com a forma de maturar o queijo. Há 30 anos na atividade, existe a dificuldade desde 2009, ano da formalização da agroindústria, de maturar o queijo. Segundo o relato das autoras, através do estudo de caso realizado,

O princípio de qualidade e sabor diferenciado do seu produto exige que o queijo deva ser maturado sem refrigeração”. “Como eu digo, o meu queijo eu não coloco na geladeira, porque o meu queijo é secado como o queijo da vovó, é maturado. [...] O meu queijo é considerado como queijo caseiro mesmo, como antigamente (Costa; Lutke, 2019, p. 276).

As agroindústrias legalmente formalizadas seguem regras formais, que são restrições que impõem parâmetros para o comportamento. O *enforcement* garante o cumprimento da regra. A mudança nesse comportamento busca a melhoria e qualidade no queijo, evitando

contaminações e buscando um melhor controle sanitário. As instituições garantem a procedência do queijo, reduzindo as incertezas quanto à qualidade do produto. Mas, como aponta Ferrari (2011), a grande batalha de qualidade está no contexto da regulação dos alimentos, em que os aspectos higiênicos – sanitários prevalecem sobre aqueles ligados ao saber-fazer, a tradição.

Isto pode ser observado em relatos que mostram insatisfação da realocização dos produtos coloniais no mercado convencional. Uma proprietária de uma agroindústria de panificados, mostra insatisfação com a legislação que não permite que os insumos usados na fabricação dos pães, biscoitos eucas sejam da propriedade. Novamente fica evidente a importância de manter o saber-fazer. O modo de fazer a cuca foi passado de vó para filhas e netas, devido à necessidade financeira que a família enfrentava na chegada ao lote em 1998, a receita da cuca serviu para melhorar a renda na propriedade e gerou trabalho para as mulheres da casa (Costa; Lutke, 2019). A preocupação está em diferenciar o produto e reconectar o consumidor ao contexto social no qual ele é produzido, integrado (*embedded*), com características do processo de produção. Essa descrição feita pelas autoras mostra que agregar valor e diversificar a produção são alternativas encontradas para fugir da pobreza e manter as famílias no campo, como visto em Requier-Desjardins (2006).

No estudo conduzido por Ambrosini *et al.* (2021), fica evidente a existência de diversos elementos envolvidos na produção de queijo, cada um deles relacionado a cultura e à identidade da sociedade. Isso ressalta a urgência de políticas públicas voltadas para a preservação da cultura e da história do conhecimento envolvido nesse processo. O queijo colonial foi compartilhado com outras identidades e faz parte dos hábitos alimentares das famílias gaúchas e segundo relatos expostos no livro “Queijo Colonial Resgate e valorização das matrizes da imigração na gastronomia do Rio Grande do Sul” o queijo faz parte da história de vida: “Nós não comprava o queijo, a gente fazia”. A herança do saber-fazer o queijo vem de família, “a gente fazia o queijo com a mãe”. Segundo os autores, o queijo lembra o papel das mulheres nas colônias na Serra Gaúcha, o trabalho das mulheres na propriedade rural ao longo do tempo. O saber-fazer era compartilhado entre mãe filha, de maneira que a ordenha das vacas e a produção de queijo eram destinadas às mulheres da família. O hábito parece estar enraizado (*embedeness*) nos relatos apresentados nos trabalhos das autoras e o ambiente institucional provoca mudanças nesse comportamento.

No contexto apresentado até este ponto, fica claro que as agroindústrias conseguem envolver os membros da família fortalecendo os vínculos, proporcionando o resgate cultural, mostrando a importância de manter o saber-fazer repassado entre gerações, proporcionando

a valorização do que é produzido na propriedade, resultando em melhorias de renda. A próxima seção será destinada a compreender como a base institucional sustenta as relações entre os atores, facilitando ou dificultando as estratégias de sobrevivência.

## 7.2 A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES: O NOVO EM SANTANA DO LIVRAMENTO

A dimensão institucional compreende as relações entre os atores sociais e as estratégias adotadas, sejam elas individuais ou coletivas (Ambrosini; Filippi; Miguel, 2008; Muchnick, 2006). A partir dos trabalhos realizados por Cordeiro e Montebianco (2019), Patias *et al.* (2015), Costa e Lutke (2019), nota-se um esforço de diferentes atores para a formação do Arranjo Produtivo Local do Leite em Santana do Livramento, além das agroindústrias como forma de agregar renda e viabilizar economicamente os assentamentos da reforma agrária.

Neste sentido, discutir o desenvolvimento territorial em Santana do Livramento, a partir de iniciativas de revelar a potencialidade do leite e das agroindústrias rurais com pesquisas já realizadas sobre o tema, contribuí com a possibilidade de enxergar a diversidade de instituições que compõem as particularidades do meio rural e dos atores locais.

A ideia que se estabelece desde as macroinstituições e microinstituições é a busca pelo entendimento das transformações e a ampliação das novas estruturas socioeconômicas no território de Santana do Livramento que historicamente esteve marcado pela pecuária de corte e frigoríficos, os quais serviram como modelo de desenvolvimento. Portanto, neste ponto procura-se mostrar a importância da mudança institucional e como as instituições influenciam o desenvolvimento econômico.

É reconhecido pela história que o processamento dentro das propriedades para autoconsumo é uma atividade tradicional que sempre foi realizada pelos agricultores familiares. Contudo, uma mudança institucional trouxe para a pauta das políticas públicas a agricultura familiar e formalização de processos vistos como tradicionais. Essa mudança passa por alterações de regras e de políticas públicas.

Nesse cenário de transformações, a formação de uma bacia leiteira no município surge como uma alternativa de renda para as pequenas propriedades. Paralelamente, na década de 1990, as políticas governamentais desempenham um papel importante na promoção da agroindustrialização e no início dos anos 2000, a valorização de produtos tradicionais e regionais levam ao crescimento das agroindústrias familiares. A demanda pela qualidade dos produtos faz com que haja a busca pela adequação da produção as condições do mercado. Na

perspectiva de mudanças, a formação de uma bacia e as agroindústrias familiares surgem como uma forma de valorizar a cultura e o saber-fazer com o objetivo de tirar da informalidade os produtos artesanais com o propósito da segurança alimentar.

Em relação ao contexto do leite, segundo Patias *et al.* (2015), o APL do leite em Santana do Livramento apresenta alguns elementos positivos nas relações entre os atores, como confiança, identificação social e participação, mas por outro lado o trabalho destaca alguns elementos negativos nessas relações sociais como baixa cooperação, reciprocidade e a interação. Seguindo esta discussão e como mencionado anteriormente, a dimensão institucional procura entender a construção de vínculos entre os atores. Através dos trabalhos realizados com os produtores de leite nota-se construções de ações que buscam através dos recursos materiais e imateriais do território valorizar o sistema produtivo. As histórias apresentadas no trabalho de Costa e Lutke (2019) relatam elementos importantes para compreensão dessa mudança institucional através das cadeias agroalimentares curtas em Santana do Livramento. O mercado *face a face* e os programas institucionais (PAA e PNAE) são garantia de renda para as agroindústrias rurais do município. As transformações mostram a preocupação da produção as exigências legais, mas também com o propósito de valorizar a produção através do saber-fazer vinculado à nova configuração do território.

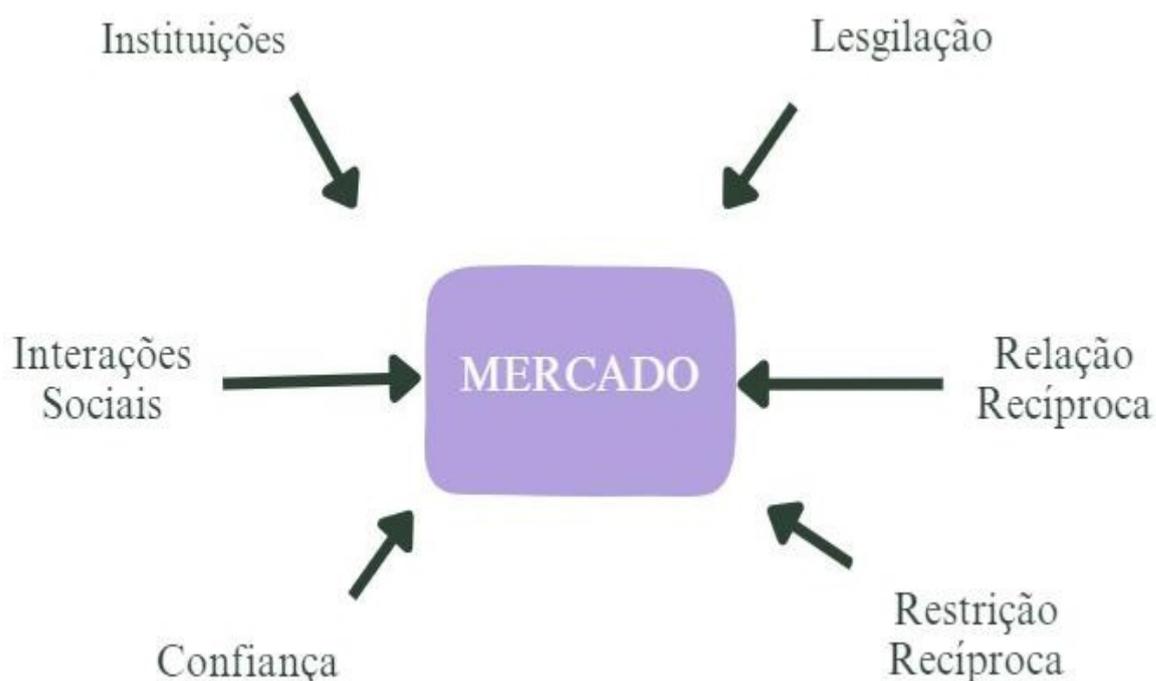
Vale destacar que Santana do Livramento até meados dos anos de 1990, teve a imagem relacionada a uma economia com base na pecuária de corte, reconhecida pela indústria frigorífica. Ainda hoje, boa parte da população está atrelada a esse passado sem perceber os sinais próspero de diversificação da economia do município. Vale destacar que as novas práticas econômicas desenvolvidas no município estão vinculadas as mudanças institucionais que aconteceram nos últimos anos no município, as quais estão conectadas as características culturais que envolvem os moradores do território. Mudanças que movimentam a economia do município sob uma nova dinâmica social e econômica que vem se configurando a partir da comercialização de produtos diferenciados produzidos pelos agricultores familiares.

Um dos desdobramentos significativos dessas transformações se concretiza através das cadeias agroalimentares curtas. Conforme destacado por Marsden, Banks e Bristow (2000), nesse modelo, o produto chega às mãos do consumidor com informações impressas na embalagem ou transmitidas pessoalmente no ponto de venda. De acordo com esses autores, esse contato direto entre o produtor e o consumidor estabelece laços de confiança com o local de produção e fortalece os valores das pessoas envolvidas, bem como os métodos de produção adotados. Ainda de acordo com os autores, esse contato direto entre produtor e consumidor cria elos de confiança com o local de produção e fortalece os valores das pessoas envolvidas

e os métodos de produção empregado.

As cadeias agroalimentares curtas, acabam por representar a influência da agricultura familiar no desenvolvimento local. Quando verificamos a dinamização da economia santanense através dos trabalhos realizados, constatamos que tanto o legado cultural como o contexto institucional econômico e político estão presentes no ambiente institucional que propiciaram a mudança no território fronteiriço. Isso fica evidente quando se percebe a influência das políticas públicas e a herança cultural, as quais irão moldar o processo de desenvolvimento econômico, a partir do contexto histórico necessário na compreensão da trajetória de desenvolvimento. Os novos caminhos que surgem em Santana do Livramento estão enraizados ou *embeddedness* nas relações sociais, culturais e políticos. Esse novo processo está ressignificando a ideia de agricultura familiar no município, através das relações mercantis que são criadas a partir do conhecimento e saberes individuais ou coletivos.

**Figura 11 - Caminhos que levam ao mercado**



Fonte: elaboração própria.

Portanto, acima nos leva a pensar nas diferentes formas de organização dos atores, a proximidade territorial possibilita criar elos de confiança e se torna um facilitador para criar oportunidades e conquistas. No próximo capítulo será tratado especificamente a importância das instituições para o SIAL do queijo colonial no Assentamento Cerro dos Munhoz.

### 7.3 O SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO: O QUEIJO DO ASSENTAMENTO LIBERDADE NO FUTURO (CERRO DOS MUNHOZ)

Este capítulo tem como intuito apresentar a mudança na institucionalidade e como isso permitiu moldar o SIAL do queijo no assentamento Liberdade no Futuro, mais conhecido como assentamento Cerro dos Munhoz. Quase três décadas após o assentamento, um grupo de mulheres se uniu para revitalizar a colaboração coletiva, estabelecendo a primeira agroindústria coletiva do assentamento. Essa iniciativa ressalta a essência da cooperação no trabalho em equipe e a relevância da aprendizagem coletiva.

Para isso, vale destacar que as AIR possuem um papel importante na agregação de valor e na permanência das famílias no meio rural. Como mencionando anteriormente, a relevância das agroindústrias rurais serviu como caminho para a construção teórica do SIAL. No intuito de apresentar e analisar o SIAL específico à produção de queijo no assentamento Cerro dos Munhoz, optou-se pela abordagem institucionalista de Douglass North, a qual fornece uma lente teórica para analisar como as instituições influenciam o funcionamento do SIAL. Essa lente teórica estava combinada com uma perspectiva territorial que incorpora elementos tangíveis e intangíveis acumulados ao longo da história.

Considerando as dinâmicas das relações sociais, o contexto histórico e as influências institucionais, a abordagem do SIAL possibilita uma análise detalhada da produção, levando em conta as características singulares, a história, a organização social e o ambiente em que ocorre. Ademais, permite estabelecer uma conexão entre o produto e o território, aspectos que serão abordados ao longo deste capítulo, conforme previamente mencionado na metodologia, através das diferentes dimensões que compõem a abordagem.

Sendo assim, a apresentação de resultados seguirá o roteiro das dimensões do SIAL, que serviram como guia durante as entrevistas. Além da exposição dos resultados, é de relevância resgatar a realidade enfrentada pelos agricultores familiares ao chegarem em Santana do Livramento.

### 7.4 DIMENSÃO HISTÓRICA - O COMEÇO DA LUTA NA TERRA À AGROINDÚSTRIA COLETIVA SABORES DO CAMPO

O MST é um movimento social que luta pela conquista da terra. Muitas das famílias que vivem hoje no assentamento Liberdade do Futuro, também conhecido como Cerro dos Munhoz enfrentaram juntas a luta pela terra na localidade de Pinheirinho, no município de Cruz

Alta. Essas famílias permaneceram acampadas durante dez meses até serem assentados em 07 de julho de 1991. Ao chegarem em Santana do Livramento, as 67 famílias foram hostilizadas e recebidas de forma tumultuada pelos políticos, estancieiros e segurança pública. Entretanto, duas realidades foram apresentadas: uma parte da comunidade apoiava o movimento e outra repudiava (Entrevistada 1).

A luta na terra iniciou quando chegaram em Santana do Livramento. Na chegada, as primeiras 67 famílias já encontraram dificuldades em relação à aceitação da população e ao acesso à fazenda desapropriada. Instalaram-se reutilizando as lonas do acampamento sem o apoio inicial do governo. Segundo relatos das entrevistadas, quando surgiu a especulação que uma das fazendas localizadas no Cerro dos Munhoz seria vendida para o Inca a maioria da população foi contra, porque no município foi construída uma imagem negativa dos assentados. Diante do fato espalhado, os vizinhos da localidade tinham medo de se aproximar dos novos moradores.

Apesar da recepção hostil que enfrentaram ao chegar, algumas famílias experimentaram um desejo forte de deixar o local, preocupadas com a dificuldade de se adaptar. Inicialmente, as paisagens de campos abertos com solo arenoso e o clima notavelmente distinto de suas regiões de origem eram assustadores. No início, a produção de alimentos se limitava a subsistência, envolvendo uma horta, produção de leite, plantações de mandioca e batatas, bem como o cultivo de milho para alimentação dos animais. Além das adversidades enfrentadas durante a chegada, o primeiro ano de produção foi particularmente desafiador, uma vez que o clima da região era muito diferente do que conheciam e a falta de assistência técnica resultou em perdas inevitáveis na produção. Assim como as questões relacionadas à produção, as condições de educação e saúde também eram precárias na época.

*“O choque cultural foi grande, a realidade era outra”* (Entrevistada 4). Diante das mudanças enfrentadas principalmente em relação ao clima e ao solo, as famílias de agricultores familiares, que estavam acostumadas com a diversificação de culturas, se viram obrigadas a buscar alternativas diferentes daquelas de seus antigos territórios. Mesmo sem experiência prévia, a horticultura e a fruticultura surgiram como opções para enfrentar os desafios.

Além das adversidades em relação ao clima, a logística gerava dificuldades para o escoamento da produção. Portanto, partiu do INCRA a ideia de cooperativismo que diante dos obstáculos do novo território seria a única maneira de sobreviver em Santana do Livramento. Assim sendo, no início do assentamento, o trabalho era realizado de forma cooperada, porém, devido às diferenças de interesses, houve uma reestruturação e o primeiro grande grupo

foi desfeito, segundo uma entrevistada “*o olho cresceu*”. *Tudo no começo era coletivo, até as vacas para o leite. Depois cada um foi trabalhar no seu lote* (Entrevistada 1).

Conforme destacada pela entrevistada, os camponeses possuem uma sólida tradição de manter uma ampla gama de recursos em suas propriedades, almejando criar galinhas, manter vacas, cultivar árvores frutíferas e hortas. Quando chegaram ao assentamento, o trabalho era inicialmente coletivo, com o compartilhamento de animais. No entanto, nem todos tinham a mesma compreensão da importância do trabalho em equipe, e algumas declarações de ambição e egoísmo marcaram o grupo. Porém, a partir da percepção que só trabalhando juntos seria possível enfrentar o mercado se tornava mais clara, pequenos grupos foram se configurando. *Esses grupos eram formados por famílias que tinham mais afinidade, que vinham desde o acampamento* (Entrevistada 1).

Mesmo diante de todas as adversidades enfrentadas na década de 1990, os agricultores familiares conseguiram prosperar nas terras de Santana do Livramento. O documentário “*Liberdade no Futuro*<sup>4</sup>” capturou a percepção dos assentados em relação à Santana do Livramento. Os assentados identificaram o impacto cultural que a reforma agrária trouxe para o município, uma vez que muitos deles eram filhos de agricultores familiares que estavam habituados ao trabalho no campo. Essa característica teve reflexos tanto no espaço anteriormente dominado por vastas pastagens quanto na própria cidade.

Na cidade, já nos primeiros anos de assentamento, começaram a surgir mudanças significativas. As feiras se estabeleceram e passaram a integrar o cotidiano dos santanenses. As feiras representaram um notável exemplo de cooperação, conforme mencionado pela entrevistada 1. As famílias se organizavam em equipes que se dividiam em três atividades distintas: a equipe responsável por trazer os produtos da horta, a equipe encarregada de organizar os produtos e, por fim, a equipe de vendas. As feiras no centro da cidade surgiram com dois objetivos: valorizar e divulgar o trabalho realizado no assentamento e manter a casa da região ativa. “*Além, de vender a feira também é um lugar de amizades. Se criou amizade com as pessoas daqui. As vezes as pessoas passam ali só para saber se está tudo bem com o fulano, com o outro, amizade mesmo*” (Entrevistada 4).

Fora a atividade das feiras, outra forma de diversificar a propriedade e se adaptar ao mercado foi através da soja e do leite, sendo perceptível que os novos atores da região mudaram o perfil da produção dentro das propriedades. Considerando as características históricas pontuadas nesta tese e as observações feitas nas entrevistas, evidencia-se que a totalidade das

---

<sup>4</sup> Documentário produzido e dirigido por Renatho Costa e J.N Canabarro.

entrevistadas têm uma ligação com a atividade agrícola desde a infância, as quais possuem memórias de ajudarem os pais nessas atividades. Por isso, ao chegarem em um território historicamente construído pela pecuária extensiva, a troca de conhecimento com os moradores locais foi necessária, já que em propriedades com média de 23 hectares seria inviável sobreviver só com a criação de gado.

A fonte de mudança também emerge das diferenças comportamentais, resultantes das experiências acumuladas e das influências culturais. Isso não significa que não havia produção local e comercialização de produtos em Santana do Livramento, pois existiam; no entanto, a oferta de produtos era limitada e a produção, quando havia, era entregue diretamente de porta em porta. Assim, esses fatores desempenharam um papel crucial na compreensão da capacidade inovadora dos agentes diante dos desafios de seu novo ambiente. Como observado em capítulo anterior, o uso eficaz dos recursos sociais e naturais tornou-se uma estratégia valiosa por meio do conhecimento e das técnicas aplicadas. A cultura da colaboração, que é uma parte intrínseca da vida de algumas famílias, em conjunto com a ação institucional (INCRA, UERGS e UNIPAMPA), são variáveis fundamentais para a mobilização dos recursos.

Fica claramente expresso, por meio do consenso das entrevistadas, que a cultura da colaboração está enraizada no cerne desses trabalhadores rurais. Embora, ao longo dos anos, o trabalho coletivo tenha perdido força no assentamento, ainda existem pequenos grupos que se apoiam mutuamente. Mesmo que cada família trabalhe individualmente em seu próprio lote, a essência da colaboração permanece intacta, como ilustrado pelas palavras da entrevistada 4: *“agora as famílias trabalham sozinha, mas tem a cultura de ajudar os vizinhos”*.

Porém, devido às diferenças de interesse, a cooperação tão presente no começo do assentamento foi se perdendo, consequência dos conflitos de interesse. Segundo a fala de uma entrevistada, os mais jovens não vivenciaram toda a luta na terra realizada no começo do assentamento. Por esse motivo, surge no meio de outros desejos a vontade de resgatar o espírito associativista e cooperativista tão presente na vida dos mais experientes no assentamento. A agroindústria Sabores do Campo retrata bem esse resgate.

Na próxima seção será apresentada a conquista de um grupo de mulheres na formação da primeira agroindústria coletiva do município.

## 7.5 O RESGATE DO COLETIVO: AGROINDÚSTRIA SABORES DO CAMPO

Como é tradicional no MST, as mulheres desempenham várias funções de destaque, incluindo a produção de alimentos, participação ativa na esfera política e social, e assumem a frente da comercialização dos produtos em feiras. Assim como em outros assentamentos, as mulheres do Cerro dos Munhoz sempre foram ativas, desempenhando um papel fundamental na produção de alimentos e na comercialização em feiras. Dentre esses alimentos está o queijo. O queijo sempre esteve presente na mesa das famílias e, também, nas feiras. Com o mesmo cuidado que é preparado para o consumo de subsistência, as peças de queijo eram vendidas nas feiras, mas sem registro. Aliando-se aos obstáculos da fiscalização e ao desejo de resgatar o trabalho cooperado, surgiu, em 2019, a agroindústria coletiva Sabores do Campo, no assentamento Liberdade do Futuro, na localidade Cerro dos Munhoz. No entanto, a regularização da agroindústria ocorreu recentemente, em 2022.

A agroindústria se concretizou ao unir dois sonhos:

- a) o resgate da cooperação;
- b) a legalização da produção de queijo.

Essa ocorrência deve-se ao enfraquecimento da cooperação, que era tão presente no início do assentamento, por conta de conflitos de interesses. Conforme mencionado por uma das entrevistadas, os membros mais jovens da comunidade não tiveram a mesma experiência de luta na terra que ocorreu no início do assentamento. Aliada à vontade de resgatar o espírito de trabalhar juntos, também veio o desejo de comercializar o queijo livremente, sem temer a fiscalização. Antes do queijo possuir registro, o ato de levar e vender os queijos nas feiras era uma atividade tensa e repleta de apreensão. Havia o temor constante de que as autoridades da vigilância sanitária confiscassem as peças de queijo.

No entanto, antes de entrar na história da agroindústria, é essencial compreender a significativa presença da bovinocultura de leite no assentamento Liberdade do Futuro. A inviabilidade bovinocultura de corte em pequenas propriedades fortaleceu a bovinocultura leiteira. Esta, por sua vez, teve um impacto significativo na produção de leite do município e na formação da Coperforte, como discutido anteriormente. O leite *in natura* garante uma renda mensal às famílias e, também, amplia a possibilidade através da fabricação de queijos e doces.

A formalização da produção dos queijos no assentamento Cerro dos Munhoz teve início por meio da colaboração da UERGS, que apresentou um edital do SICREDI destinado a apoiar pequenos produtores. Adicionalmente, a UERGS facilitou a obtenção de outro recurso por meio

de um edital da Fundação Luterana de Diaconia (FLD). Além de parcerias firmadas com a COPERFORTE e com a comunidade vinculada à agroindústria, foi possível arrecadar mais recursos para atender às exigências do funcionamento da agroindústria e realizar um sonho. Na fala da entrevistada há um grande reconhecimento ao trabalho desempenhado pela UERGS:

Quem mais nos ajudou foi uma professora da UERGS. O grupo de mulheres decidiu ir tocando sem recurso público conversando ali com os professores da UERGS e foram conseguindo algumas emendas parlamentares, projeto... daqui e dali fomos comprando algumas coisas com recurso próprio. (Entrevistada 4).

No começo, a agroindústria era formada só por mulheres, passado um tempo novos membros foram entrando e hoje pode-se dizer que é uma agroindústria formada por famílias que trabalham juntas. No relato da entrevistada 4, nota-se que, originalmente, o objetivo era uma agroindústria só para mulheres, mas, depois, os homens começaram a fazer parte: “no começo era só de mulher, mas aí os homens foram entrando e vão ajudando. O meu marido me ajudou quando era minha vez de ajudar o pedreiro”. Atualmente, são dez (10) famílias que trabalham juntas na manutenção, na fabricação e na comercialização dos queijos. Não há uma forma clara de como novos membros são aceitos e nem um tipo de contrato.

A localização da agroindústria também tem suas raízes em sonhos e histórias. A agroindústria Sabores do Campo está situada em um antigo prédio que serviu como escola<sup>5</sup> no assentamento durante muitos anos. O prédio desativado causava insatisfação entre alguns moradores. Movidos pelo desejo de resgatar o trabalho coletivo, decidiram transformar a antiga escola na sede da agroindústria coletiva. É importante destacar que, inicialmente, essas mulheres trabalharam juntas na reforma do antigo prédio que hoje abriga a agroindústria.

Como tudo parte do coletivo, no começo o projeto da formação da agroindústria foi compartilhado com todas as famílias do assentamento localizado em Cerro dos Munhoz. De acordo com a entrevistada 1, o convite foi feito a todas as famílias, mas apenas dez famílias demonstraram interesse em participar.

Em relação à organização das atividades, seguem-se alguns critérios. Aqueles que têm mais disponibilidade de tempo acabam se dedicando mais ao trabalho na agroindústria. Além das tarefas na agroindústria, o grupo de famílias também desempenha outras atividades, tanto dentro quanto fora da propriedade. Na agroindústria, uma pessoa é reconhecida como líder, em grande parte devido à personalidade voltada a liderança, e foi a partir dessa figura que

---

<sup>5</sup> Atualmente os estudantes do assentamento Cerro dos Munhoz estudam na Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro – localizada no assentamento Bom Será.

surgiu o projeto da agroindústria e toda a articulação do grupo. No processo de produção de queijos, uma mulher é responsável por produzi-los, enquanto outra fica encarregada de virá-los.

Diante do que foi contextualizado até aqui e dada as características históricas apontadas nessa tese, as famílias idealizadoras da agroindústria Sabores do Campo possuem um notável enraizamento no trabalho cooperado e na percepção que o trabalho coletivo é o caminho, o que é característico do antigo território do qual as famílias foram desterritorializadas. Quando são questionadas sobre a percepção das mudanças na região, praticamente todas mostram uma certa insatisfação com o atual território, reconhecem as mudanças e os avanços dentro do assentamento, mas quando comparam com outras experiências que acompanham em outras regiões são críticas em falar que “*aqui as coisas não se desenvolvem como em outros lugares*”, (Entrevistada 4).

Sobre o sentimento de morar em Santana do Livramento, o que se percebe é que “as dificuldades não mudam”, ou seja, segundo relatos de uma entrevistada:

Em outras regiões que famílias foram assentadas na mesma época que nós conseguimos colher muito mais pelo clima, infraestrutura, estrada, saúde, educação. É tudo diferente daqui. Aqui tudo é difícil. Agora que tem faculdade para nossos filhos fazer, mas antes não tinha. A minha faculdade mesmo é a distância. Sobre as estradas, alaga tudo e não tem como passar dia de chuva. O próprio secretário de obras disse que dia de chuva nós temos que parar de trabalhar. Primeira vez que teve briga porque nós trabalhamos, antes nos chamavam de vagabundos. A gente não vive de doação de governo como falam, a gente pega os projetos e depois tudo é pago. A gente só quer trabalhar (Entrevistada 4).

Nessa declaração, é clara a insatisfação com as dificuldades locais. Entre todas as entrevistadas foi mencionada a insatisfação devido à falta de atenção às estradas rurais, que complicam o deslocamento até a cidade. Muitos optam pelo acesso através do Uruguai para chegar até a cidade. Por outro lado, reconhecem os avanços dentro dos seus lotes, nas relações estabelecidas com os vizinhos de Cerro dos Munhoz e com a comunidade em geral, inclusive com os moradores da cidade vizinha (Rivera). Notavelmente, o conhecimento sobre as estações e períodos de plantio foi adquirido por meio das trocas de experiências com os vizinhos do assentamento.

Por mais que exista um sentimento de insatisfação com a demora e dificuldades para o desenvolvimento do assentamento, há também a grande vontade de repassar para os filhos a paixão pela agricultura e que estes continuem trabalhando no campo. O relato de três entrevistadas mostra o orgulho de falar dos filhos que conseguiram concluir o ensino superior. Além de relatarem as experiências dos seus familiares, expressaram a satisfação que é para o

assentamento ver os mais jovens formados em medicina, medicina veterinária, agronomia, biologia, relações internacionais, administração, entre outros cursos que as entrevistadas não lembraram no momento da entrevista.

Com muito orgulho e com emoção, foi relatado pelas duas mulheres com mais de 60 anos e que estão no assentamento desde o começo, que outra luta permanente das famílias do assentamento Cerro dos Munhoz foi a educação. Depois da conquista da escola, a preocupação é que o ensino possa também ter uma função social com o enraizamento no campo, ou seja, que desperte nos alunos a vontade de continuar na comunidade. Porém, mais uma vez, a dificuldade apontada é a falta de transporte e as péssimas condições das estradas.

Por mais que todas as dificuldades façam parte do dia a dia das famílias para chegar até a cidade, o fato é que as feiras acontecem toda a semana com uma diversificação significativa nos produtos ofertados, todos derivado do trabalho árduo das famílias. O queijo faz parte das feiras, mas agora carrega o desafio dessas mulheres em transformar uma vida inteira de receitas em uma única receita, instigadas pela vontade de fazer algo diferente.

Na próxima seção será apresentada a estratégia adotada para a valorização do queijo colonial do assentamento Liberdade no Futuro.

## 7.6 DIMENSÃO TEÓRICO-TÉCNICA - AGROINDÚSTRIA SABORES DO CAMPO

Como visto anteriormente, o queijo colonial possui uma história que retrata o início da colonização na região sul brasileira. A cultura gastronômica trazida pelos imigrantes europeus possui uma relevância até os dias de hoje. No assentamento localizado em Cerro dos Munhoz, especificamente, a maioria das famílias que fazem parte da Agroindústria Sabores do Campo são oriundas da região do norte do estado. Trata-se, portanto, de famílias cuja colonização foi diferenciada em relação à campanha gaúcha, já que essas famílias têm na sua trajetória de vida o trabalho coletivo e a diversificação produtiva.

Antes de chegar em Santana do Livramento, as famílias já possuíam algum vínculo com o meio rural e aprenderam através das gerações a produzir bens para subsistência. No que se refere a diversificação no lote, segundo as entrevistas, se manteve a tradição: *“se planta um pouco de tudo, se produz praticamente tudo para subsistência”* (Entrevistada 1). Ainda de acordo com outra entrevistada: *“As famílias mais antiga fazem tudo em casa. Isso é tradicional nas nossas famílias”* (Entrevista 4).

Como o leite esteve presente desde os primeiros anos do assentamento, pode-se afirmar que o queijo, a nata e a manteiga também estiveram. O relato de uma entrevistada de 70 anos

ilustra bem essa história: *“Nós ajudávamos a mãe a fazer o queijo. O queijo sempre estava na hora do café. A gente comia com pão feito em casa e com nata também”* (Entrevistada 2). Esse conhecimento prático proporcionou a essas famílias uma nova estratégia, destacando e valorizando seus produtos, especialmente o queijo.

*“No começo eu vendia o leite, vendia direto para consumidor. Mas depois ficou difícil...nós que formamos essa rota do leite. Em Livramento não existia, foi evoluindo e agora tem até cooperativa”* (Entrevistada 4). No começo, o leite era trazido até a cidade pelos assentados em tarros, mas, devido às exigências da fiscalização alternativas, tiveram que ser criadas. O transporte até a cidade não poderia ser feito por carroças ou carros, pois as novas determinações exigiam mudanças no armazenamento e transporte do leite, o que sugeria caminhões tanques como o melhor meio de recolhimento e transporte do leite. Nessa fala a entrevistada se refere a formação da COPERFORTE e a bacia leiteira no município de Santana do Livramento.

A história e as vivências dessas mulheres são representadas na transformação da matéria prima em produto, algo que sempre foi feito pelas famílias. Desde que chegaram na fronteira, as feiras assumem uma parcela importante da renda e os queijos produzidos de forma artesanal sempre foram comercializados e muito bem-aceito pelos consumidores.

Assim como o queijo, as cucas, os doces, geleias e pães são produtos feitos de forma artesanal e comercializados nas feiras realizadas, semanalmente, em pontos estratégicos na cidade. As receitas que são utilizadas pelas famílias carregam o saber-fazer passado entre gerações, os produtos carregam uma identidade e como já visto neste trabalho, não tem apenas o objetivo de alimentar, mas contam também uma história.

Uma vez que essas receitas representam a trajetória de vida dessas mulheres, o método de preparo difere consideravelmente das diretrizes legais, especificamente no caso do queijo, onde a receita está intrinsecamente ligada à vida dessas mulheres, envolvendo o uso de leite cru com maturação ao sol. Segundo o depoimento das entrevistadas, embora seguindo os aspectos de higiene, cuidado no manejo dos medicamentos usados no rebanho e na qualidade da alimentação, vender queijo era uma atividade arriscada, mesmo mantendo padrões de qualidade na fabricação. O mesmo produto destinado à feira é o mesmo que é consumido pelas famílias produtoras.

Conforme destacado pela entrevistada, tanto o queijo feito em casa quanto as cucas, as geleias, os doces e pães são preparados com total atenção à higiene. No relato de uma das entrevistadas foi feito o seguinte comentário: *“uma vez a gente chamou o responsável pelo Serviço de Inspeção (SIM), sugeríamos que ele fosse ver como a gente faz o queijo, para que*

*pudesse ver que tudo é limpinho*”. Neste caso, a entrevistada está se referido as várias vezes que a fiscalização confiscou os queijos vendidos nas feiras. Sentindo-se tristes e revoltadas com as apreensões, elas solicitaram ao chefe da inspeção sanitária que fosse até o assentamento Liberdade no Futuro e acompanhasse a fabricação dos queijos dentro da casa das produtoras.

**Figura 12 - Tradicional ponto de venda dos produtos produzidos no Assentamento Cerro dos Munhoz**



Fonte: Pesquisa de Campo.

O queijo feito de forma artesanal pelas mulheres do assentamento Liberdade no Futuro e vendido nas feiras da cidade conquistou o reconhecimento dos consumidores, que notam a qualidade do produto e o consideram um símbolo da luta dessas mulheres. Ao relatar a experiência como responsável por um ponto de venda tradicional no centro da cidade, umas das produtoras de queijo destaca a satisfação e fidelidade dos consumidores, compartilhando as impressões recebidas: *“O queijo tem outro gosto e as pessoas procuram pelo meu queijo, tenho clientes que falam vou levar teu queijo para Vitória – ES, vou levar para São Paulo, Rio de*

*Janeiro, Montevideu. Isso acontece em feriados ou final de ano. O pessoal prova gosta e depois compra para levar para parente, amigo”* (Entrevistada 4). Especificamente a feira dessa entrevistada fica localizada na frente de um antigo hotel e do terminal de ônibus, além de estar a duas quadras da linha divisória.

Na declaração da produtora, percebeu-se que nessa feira, tradicional no município, são comercializados tanto o queijo da agroindústria Sabores do Campo quanto o queijo artesanal.

Segundo a entrevista, vendido tanto o queijo da agroindústria Sabores do Campo e o queijo artesanal. Ainda de acordo com a entrevista, os consumidores têm resistência em trocar o queijo caseiro pelo da agroindústria. Na fala da entrevistada:

Eu ainda faço o meu queijo, na verdade eu tenho que ter uma renda minha ou eu tenho essa renda ou tenho que sair a trabalhar fora. Eu não queria mais estou com uma certa idade. E por incrível que pareça o queijo é o mesmo colonial, mas o jeito de fazer é diferente. Se comer o meu queijo é diferente da agroindústria. Eu faço com leite cru e no início os clientes perguntam se é de leite cru ou do outro. Nós não queremos esse queremos o teu, risos (Entrevistada 4).

Na declaração dessa entrevistada, destacam-se dois aspectos importantes: primeiro, o processo de fabricação do queijo; segundo, a questão da rentabilidade. Os consumidores conseguem identificar o processo de produção, valorizando o local de origem do queijo, especialmente reconhecendo o caráter artesanal do produto. O outro aspecto refere-se à impossibilidade da reprodução econômica apenas com os recursos da agroindústria, já que, na visão da entrevistada, a agroindústria não está gerando resultados suficientes, dado que sua autorização para funcionamento é recente. A perspectiva mencionada nas entrevistas, em médio e longo prazo, envolve as chamadas públicas.

O conhecimento e as tradições fazem parte da identidade de cada um. A transmissão do conhecimento através das gerações é responsável por esse saber que possibilita ter uma diversidade de tipos de queijo e, por mais que esse tipo de queijo seja produzido há anos pelas mulheres, as exigências fazem com que haja uma modificação na receita. Então, para respeitar as normas estabelecidas pela vigilância sanitária, é necessário que o leite seja pasteurizado e o queijo seja maturado em refrigeradores.

Vê-se que o tradicional é alterado, porém, de acordo com as entrevistadas, o queijo não perde as questões históricas e culturais que sempre acompanharam a sua fabricação. A imagem mostra o processo de maturação do queijo.

**Figura 13 - Processo de Maturação do queijo**

Fonte: Pesquisa de campo.

A narrativa em torno da história do queijo, tão preservada por essas famílias, aponta para mudanças culturais induzidas pela legislação. Conforme informações obtidas nas entrevistas, houve, de fato, uma modificação na receita e na prática da produção do queijo, diferindo-se daquela transmitida por gerações passadas. Esse cenário demandou a aquisição de um novo conhecimento, resultando em uma variação na técnica de produção do queijo. O queijo elaborado na agroindústria segue as normativas estabelecidas e é certificado com um selo de inspeção municipal (SIM), já mencionado e bem atuante no município.

O espaço da agroindústria é um edifício de alvenaria, renovado pelas famílias. Os equipamentos funcionam em um prédio de alvenaria, que foi reformado pelas famílias, e são de plástico e inox, como exige a lei. O leite utilizado na produção dos queijos provém exclusivamente de um lote, mas, durante o inverno, quando a produção diminuiu, a agroindústria adquire o leite da COPERFORTE. Isso ocorre porque os animais são da raça Holandesa e Jersey, as quais têm como característica uma demanda maior nutricional; como são animais criados em campo nativo, no inverno é necessária suplementação alimentar com pastagens. Especificamente em Santana do Livramento, o período com maior produção de leite corresponde aos meses de dezembro e janeiro.

Após receber o leite, as duas mulheres que são responsáveis pela fabricação dos queijos

iniciam a produção, seguindo todas as normas estabelecidas na legislação. Uma é encarregada por fazer os queijos e a outra por virar as peças de hora em hora. Os queijos produzidos incluem variedades como o queijo colonial e o queijo temperado, enquanto a bebida láctea e o queijo minas frescal estão atualmente em fase experimental. As peças de queijo variam de tamanho. Observando a preferência dos consumidores por peças menores de queijo, a produção busca atender a essa demanda: *“aqui a gente notou e as pessoas pedem queijos menores, nós estávamos acostumadas a fazer queijos maiores”* (Entrevistada 1).

A Figura 14 mostra o momento em que os queijos estão sendo virados. Esse processo deve ser feito com intervalo de uma hora.

**Figura 14 - Momento de virar os queijos**



Fonte: Pesquisa de campo.

Diante do contextualizado até aqui, vê-se que a agroindústria surge de forma coletiva e que várias receitas baseadas na história e na tradição das famílias foram transformadas e adaptadas em uma única receita. No entanto, como o processo é distinto do “queijo caseiro”, foi necessário aprender a fazer esse novo queijo. Segundo o relato da Entrevistada 1: *“Tivemos que aprender, no começo não ficava muito bom, mas agora acho que acertamos na receita”*. Percebe-se um processo de adaptação, não uma perda da diversidade de receitas. As entrevistadas admitem que o sabor é diferente daquele maturado no sol, mas o queijo com leite pasteurizado está conquistando uma boa aceitação no mercado consumidor. As responsáveis pela fabricação do queijo demonstram alto envolvimento em cursos e eventos, evidenciando o interesse constante em aprimorar suas práticas.

No último curso realizado na Serra Gaúcha, ambas usaram recursos próprios para

participar da capacitação. As fotos a seguir mostram a agroindústria Sabores do Campo no 8º Festival Binacional de Enogastronomia. Segundo uma extensionista da Emater e uma professora da UERGS, as produtoras de queijo da agroindústria Sabores do Campo são bem participativas nos eventos realizados na cidade.

**Figura 15 - Agroindústria Sabores do Campo participando do Festival de Enogastronomia**



Fonte: arquivo pessoal.

A agroindústria está gradualmente conquistando espaço no mercado e tem como um dos seus objetivos a inserção nos mercados institucionais. Em Santana do Livramento, os queijos podem ser encontrados em feiras, podem ser encomendados via *WhatsApp* e, também, estão disponíveis em algumas redes de supermercados. Após a descrição técnica do SIAL do queijo no assentamento Cerro dos Munhoz, avançaremos para a descrição da dimensão institucional, uma vez que se trata de uma agroindústria coletiva que envolve diversos atores em suas relações de produção e comercialização.

## 7.7 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

A história importa: o presente e o futuro estão relacionados com o passado, dando continuidade às instituições de uma sociedade (North, 2018). A análise da dimensão institucional tem como propósito averiguar como são as relações estabelecidas entre os atores sociais e as estratégias adotadas na agroindústria Sabores do Campo.

Durante o trabalho de campo, nas entrevistas e nas conversas informais, as produtoras compartilharam o processo de chegada na localidade do Cerro dos Munhoz, lembrando momentos envoltos em incertezas e temores sobre a possibilidade de sobreviver naquelas terras. Contudo, hoje é evidente o sentimento de pertencimento que esses atores têm em relação ao assentamento Cerro dos Munhoz, mesmo diante de todas as adversidades enfrentadas. Mesmo cientes de que assentamentos em outras localidades alcançaram mais sucesso do que o de Santana do Livramento. O compartilhamento de valores sociais e culturais desde o período do acampamento reforça de maneira significativa a identidade territorial desses atores sociais. Ao serem reterritorializados na região da Fronteira Oeste, que é social e culturalmente diferente do local de desterritorialização, emerge no grupo a compreensão de que iniciativas coletivas são essenciais para alcançar competitividade no novo território, destacando que a ação cooperativa resulta em benefícios ampliados para o coletivo.

Socialmente, esse grupo de dez famílias tem suas raízes na região norte do estado, compartilhando os mesmos valores de luta pela terra e construindo vínculos sólidos ao longo do tempo. Além da afinidade existente entre essas famílias, a herança do coletivo está enraizada na cultura desses agentes, sendo a identificação com o coletivo uma característica intrínseca nesses produtores. Assim, as mulheres entrevistadas destacaram que a cultura do coletivo permeia as famílias, e no início do assentamento, as feiras eram realizadas dentro da comunidade, com a comercialização dos produtos ocorrendo por meio de trocas, visando beneficiar a comunidade como um todo. Para além disso, mesmo com o trabalho individual nos lotes, há uma importância atribuída à colaboração com os vizinhos. Mesmo diante de todos os desafios, o espírito coletivo persiste nessas famílias.

Muito do que as famílias reproduzem em Santana do Livramento é derivado da herança cultural, caracterizada por uma agricultura de subsistência com venda do excedente e por relações muito estreitas entre as famílias, que provêm de outra região, com características distintas da Campanha. Além desses traços marcantes no grupo, os agricultores integram uma política pública de Reforma Agrária. Por conta disso, essas famílias são atores sociais unidos por um objetivo comum: permanecer na terra. Diante desse propósito, o retorno dessas famílias

ao trabalho coletivo visava resgatar as experiências da Reforma Agrária e transmitir para as gerações mais jovens a importância das relações sociais, sobretudo do coletivo. No contexto específico desse grupo de entrevistadas, é possível notar trajetórias de vida bastante similares, marcadas por eventos que culminaram em desterritorializações originadas de situações diversas. Esses diferentes percursos levaram esses indivíduos ao engajamento na luta pela terra. Nesse assentamento, considerado uma referência no município, não é preciso muito esforço para identificar lideranças envolvidas tanto no movimento (MST) quanto em associações. Algumas dessas mulheres têm mais de 30 anos de história, sempre engajadas em reivindicação para o coletivo. São mulheres que se dedicam à luta pelo reconhecimento do trabalho do assentado, que brigam para carregar a bandeira do movimento no desfile escolar do 7 de setembro, buscando melhorias nas condições de educação, transporte e saúde para as crianças. Essas mulheres são ativas no assentamento e compartilham características comuns, como religião, todas sendo católicas. Em relação à educação, é evidente que o grupo percebe a importância na melhoria da educação das crianças, visto que a melhoria do ensino das crianças é percebida como uma variável crucial para fomentar a cooperação. Quanto às mulheres entrevistadas, destaca-se a presença de integrantes com formação no ensino médio e superior, evidenciando o impacto significativo que a educação possui na consolidação da cooperação dentro da comunidade.

A pesquisa de campo também identificou através das falas que praticamente todos no assentamento são católicos, apenas uma família é evangélica. Nesta passagem nota-se a importância da identificação religiosa para o grupo: *“Ah não, tem aqueles lá que são evangélicos”* (Entrevistada 1). *“É, acho que são os únicos, o resto todo é católico. O padre vinha e rezava umas missas tão bonita”* (Entrevistada 2). A questão religiosa desempenha um papel significativo como uma forma de organização social, unindo indivíduos sob um propósito comum e estabelecendo uma relação social mais estável por meio de códigos de conduta compartilhados. A religião serve como um elo crucial e reconhecimento entre as entrevistadas, evidenciando a importância dessa variável na construção de garantias informais.

Como já destacado neste estudo, a memória das entrevistadas revela o início das famílias no trabalho coletivo e comunitário no assentamento, um percurso desafiador permeado por diferentes interesses. Dentro do grupo de entrevistadas, foi observada uma proximidade significativa, como algumas famílias compartilhando algum grau de parentesco. Nos relatos das entrevistadas, o grupo que se comprometeu a concretizar a agroindústria deixa claro que ali existem famílias com propósitos semelhantes, fundamentados no ideal coletivo: *“São os mesmos”; praticamente as mesmas famílias”* (Entrevistada 2). Nessas falas identifica-se um

vínculo maior e uma preservação das vivências compartilhadas.

Com base nas variáveis exploradas nesta pesquisa, como origem, tempo de residência no assentamento, experiências prévias ao assentamento, emerge a presença de afinidades entre as famílias, facilitando a construção de garantias informais dentro do grupo. A relação estabelecida ao longo de vários anos entre as famílias proporcionou a formação de vínculos e códigos de conduta, elementos cruciais para as garantias informais. A homogeneidade de origem observada no grupo contribuiu para a configuração de uma cultura regional, promovendo transações pautadas na confiança. Outra variável relevante é o nível de instrução dos participantes, proporcionando uma maior capacidade de aproveitar as oportunidades.

Para além da agroindústria, cada família desempenha suas atividades econômicas individuais, as quais vão refletir na organização do trabalho dentro da agroindústria. A coordenação das atividades ocorre por meio do aplicativo *WhatsApp* e a combinação entre os membros é estabelecida de maneira completamente informal, sem a existência de contratos formais que regulem essas relações. Conforme mencionado pelas entrevistadas, a liderança da agroindústria recai sobre uma produtora, professora aposentada, que é altamente participativa e reconhecida pelos demais como uma líder. O papel desempenhado por essa produtora é de grande importância dentro do contexto da agroindústria.

Como identificado até aqui, as produtoras, durante a implantação da agroindústria, seguiram uma estrutura institucional para a tomada de decisões, composta por regras formais. No entanto, é fundamental compreender que, nesse arranjo institucional, as regras informais desempenham um papel ainda mais crucial para o desempenho deste SIAL. As narrativas evidenciam que a interação e as experiências compartilhadas pelo grupo facilitaram a cooperação, promovendo consenso sobre como as atividades deveriam ser conduzidas e estabelecendo diretrizes para comportamentos aceitáveis na colaboração. Os padrões de comunicação, as práticas de trabalho em equipe e os processos de tomada de decisão baseados em consenso moldam a dinâmica do SIAL, sendo a governança do sistema essencialmente embasada nessas regras informais.

Conforme a teoria, quanto maior a estabilidade institucional, menor a incerteza. No caso da agroindústria coletiva do queijo, o que a pesquisa revelou é que as estratégias de enfrentamento são fundamentadas na confiança. Observou-se que a produção de queijo é uma prática recente e que as produtoras compartilham entre si um vínculo muito sólido. Contudo, em alguns momentos, surgem divergências devido à gestão informal da agroindústria, conduzida, como mencionado anteriormente, por meio de um grupo no aplicativo *WhatsApp*.

Como relata uma das entrevistas: “A gestão é toda pelo *WhatsApp*, as reuniões

*acontecem ali. Se distribuem as tarefas, as vezes têm convergência e conflitos”* (Entrevistada 5). Pelo que foi observado no trabalho de campo, nota-se que o registro de vendas dos queijos, conduzido por meio do *WhatsApp* e feiras, ocorre de maneira informal. As anotações de peso e valor de cada peça vendida são registradas em um caderno e posteriormente compartilhadas com os demais membros. Além das interações internas na agroindústria, o SIAL do queijo no assentamento Liberdade no Futuro estabelece relações com diversos atores, incluindo o poder público. As entrevistadas expressam uma considerável insatisfação em relação à fiscalização rigorosa por parte do poder público municipal, além de destacarem a falta de apoio necessário para a implantação da agroindústria:

Sempre se discutiu sobre agroindústria, mas a gente sempre conseguia evoluir pra isso, mas quando chegava em um certo ponto trancava na prefeitura a liberalização. Essas agroindústrias familiares que têm aí fomos nós que conseguimos através do orçamento participativo, que davam pra todos mesmo para nó. (Entrevistada 4).

Além da dificuldade de apoio para a implantação da agroindústria, uma reclamação recorrente entre as entrevistadas é a rigidez na fiscalização. A comercialização individual do queijo produzido em casa eleva os custos de transação, uma vez que a fiscalização no município é rigorosa: *“o queijo feito em casa era vendido nas feiras, a vigilância sanitária, o pessoal do controle dava aqueles chego [sic] nas feiras e levava os queijos, levava a produção que estava ali”* (Entrevistada 1). Aqui evidencia-se que os elevados custos na transação individual dos queijos produzidos em casa, foram reduzidos através das ações coletivas, a partir da organização das produtoras de queijo. Nesse ponto, o ambiente institucional proporcionou parâmetros necessários que serviram como referências para as transações, isto porque quanto maior a estabilidade institucional, menor a incerteza. O ambiente institucional provocou uma mudança no comportamento das produtoras de queijo que através da cooperação conseguiram regularizar a produção e reduzir os custos de transação na comercialização do queijo.

Por outro lado, embora o município conte com os serviços da Emater, as produtoras se queixam que não há um serviço de assistência técnica no município, mas há um Serviço de Inspeção bem atuante que faz cumprir a legislação estabelecida. Segundo relatos durante as entrevistas, em outros municípios a fiscalização é mais flexível. Talvez isso aconteça porque em nível federal existe o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), porém cada município pode fazer o seu decreto sempre embasado no decreto federal. Pelo que foi percebido, a divergência entre o desempenho do cumprimento da lei está mais relacionado a gestão, como fica claro nessa fala: *“Agora a prefeita disse que*

*não é para mexer com nós (sic!) porque estamos trabalhando. Aqui são muito rígidos. Nas nossas regiões estávamos acostumados a trabalhar sem essa fiscalização, aqui é demais”* (Entrevistada 4). A partir dessa afirmação, surge um ponto importante: enquanto as produtoras reconhecem a rigidez na fiscalização, percebe-se que ela está sujeita a variações, dependendo das diferentes condições ou interpretações sobre o impacto da fiscalização. Isso levanta a questão da subjetividade e da relativa flexibilidade na aplicação das normas, indicando a possibilidade de diferentes entendimentos em relação aos efeitos da fiscalização.

Uma percepção evidenciada nas entrevistadas e conversas informais revela a disparidade entre o que está estabelecido em lei e a realidade enfrentada pelas agroindústrias familiares. Teoricamente, o SIM, ao basear seus decretos na legislação geral, busca adequar-se à realidade local. Contudo, conforme expresso pelas entrevistadas, a lei existente não demonstra flexibilidade e não acompanha as novas realidades; os custos das exigências são elevados e, em muitas ocasiões, desestimulantes.

Nas entrevistas, observou-se que a burocracia excessiva e os custos de transação elevados geram incertezas no processo. A partir das percepções das entrevistadas, surge a possibilidade de haver falta de instituições que ofereçam custos mais baixos, sejam eficientes e adaptáveis, proporcionando incentivos para inovações e estimulando os agentes a assumirem riscos. Apesar do entendimento por parte dos agentes do SIM, a fala da entrevistada expressa um sentimento de descontentamento:

Falta uma legislação mais adequada para agroindústria familiar, a legislação não nos engloba. Eles querem que você se profissionalize em uma coisa só. Como vamos ter uma agroindústria de queijo, uma para matar um porco, outra para tirar o mel. As instituições não colaboram para a diversificação (Entrevistada 4).

No contexto do SIAL do queijo, o ambiente institucional desencadeou uma mudança no comportamento, possibilitando a expansão da produção para novos mercados. Isso se deve ao fato de que o ambiente institucional estabeleceu os parâmetros necessários para trilhar esse caminho. Em outras palavras, as políticas definem as regras formais em uma sociedade, criando condições essenciais para resolver problemas e promover um melhor desempenho econômico. No entanto, para que isso ocorra, é fundamental contar com estruturas institucionais (North, 1992).

No caso específico do SIAL do queijo no assentamento localizado Cerro dos Munhoz, a burocracia associada à legalização do produto resultou em custos elevados, desestimulando ocasionalmente o grupo. No entanto, a agroindústria conseguiu ingressar, inclusive, em

mercados institucionais. Em relação às regras informais, a dinâmica de relacionamento entre as famílias da agroindústria destaca a importância do comportamento humano nas transações dentro das organizações. Nesse contexto, torna-se evidente o que North (1992) ensina: as decisões tomadas estão intrinsecamente ligadas à trajetória passada e às condições presentes.

Por outro lado, a comercialização dos queijos tem gerado um certo desconforto em relação ao preço. O produto, por ser legalizado, acaba sendo mais caro devido aos custos no processo de fabricação. No entanto, as mulheres expressam receios de perder seus clientes habituados a comprar o queijo feito em casa, que, segundo elas, é mais acessível. Durante uma conversa informal com a professora da UERGS, responsável por auxiliar o grupo no início da agroindústria, ficou evidente que as mulheres da agroindústria Sabores do Campo não desejam aumentar o preço do queijo, pois compreendem que seu público consumidor possui baixo poder aquisitivo, com o qual as produtoras se identificam.

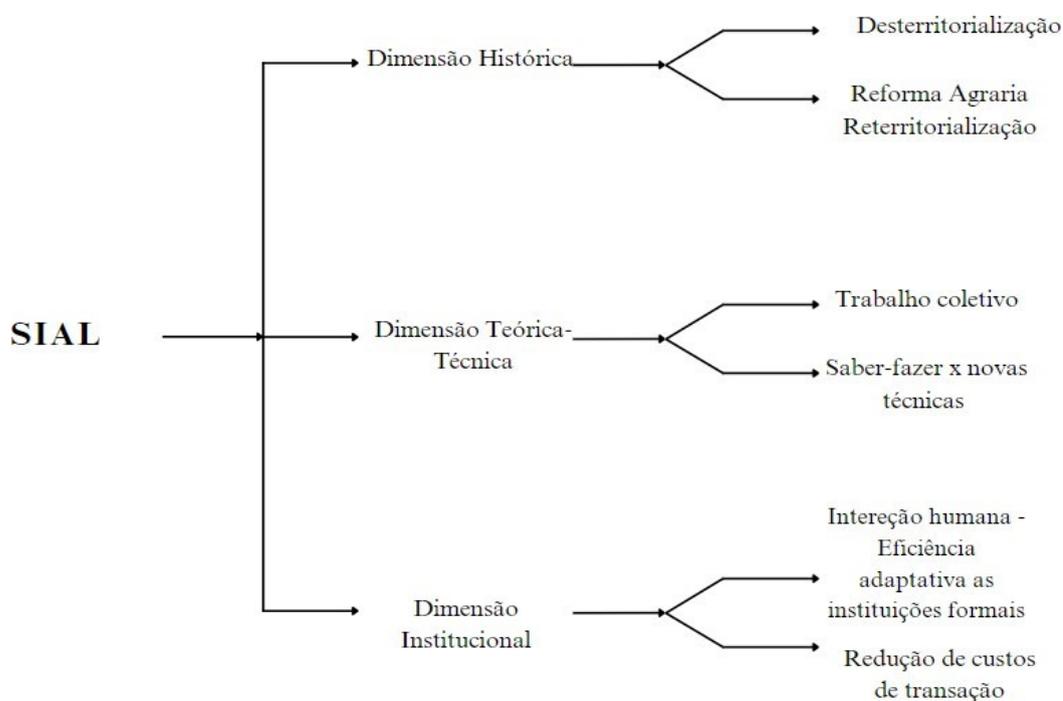
Apesar disso, as entrevistadas têm convicção de que os produtos feitos por elas são diferenciados. Especificamente sobre os queijos, reconhecem que são mais cremosos e possuem um sabor único, mesmo que o método de produção tenha sido ajustado. O queijo consegue manter essa característica distinta em relação aos queijos industrializados. Atualmente, a margem de lucro é reduzida e uma das estratégias propostas é aumentar a escala de produção para diluir o custo por quilo do queijo produzido.

Como se pode evidenciar até o momento, o SIAL do queijo Sabores do Campo apresenta uma baixa complexidade devido à estrutura enxuta, uma vez que foi estabelecido recentemente com a participação limitada de atores. A análise à luz do referencial teórico utilizado nesta pesquisa permitiu a identificação de características significativas nessa dimensão. A forma de interação entre os atores sociais desempenha um papel crucial na formação deste SIAL, especialmente no que se refere à proximidade entre as famílias. Isso ocorre porque as instituições têm a função de reduzir as incertezas e proporcionar uma estrutura para a vida cotidiana. Nesse contexto, as variáveis relacionadas à cultura, religião, costumes e tradições foram as mais marcantes no SIAL do assentamento localizado no Cerro dos Munhoz.

Como delineado no referencial teórico de Douglas North, o aprendizado é o pilar na interação entre novas experiências e os modelos mentais existentes preexistentes. No contexto do SIAL, a tomada de decisão está estreitamente ligada à trajetória passada e às condições presentes. Assim, a dinâmica do conhecimento acumulado nunca será um processo individual, uma vez que os atores carregam consigo os padrões de conhecimento do meio que estão inseridos. No caso do SIAL do queijo no Cerro dos Munhoz, essa dinâmica é claramente evidenciada.

Adicionalmente, de acordo com as premissas de North, cada indivíduo possui uma perspectiva única sobre o mundo e age com seus próprios modelos mentais. A partir desses modelos, os atores sociais podem reforçar ou modificar seus comportamentos ao longo do tempo (North, 2005). No caso das produtoras de queijo, a herança cultural compartilhada emerge como um fator importante na redução de divergências sobre a forma de ver o mundo. Em outras palavras, a cultura desempenha um papel fundamental ao proporcionar uma percepção coletiva e alinhada sobre a forma de entender e atuar no mercado. Essa constatação reforça a importância das influências culturais na conformação SIAL do queijo em Cerro dos Munhoz.

**Figura 16 - Tripé do assentamento Cerro dos Munhoz**



Fonte: elaboração própria.

Assim, a presença de um forte senso de coletividade, mutualismo e identidade proporcionou a identificação da formação do território Cerro dos Munhoz. Por meio das interações humanas, foi evidenciada a eficiência adaptativa às instituições formais, com as famílias entrevistadas ajustando-se às normas, regras e estruturas estabelecidas pelas instituições, possibilitando o processo de mudança.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese dedicou-se a identificar como os agricultores familiares, provenientes do processo de assentamento rural e estabelecidos em Santana do Livramento, conseguiram se organizar economicamente em um território distinto daqueles aos quais estavam inicialmente acostumados. Adicionalmente, este estudo buscou fundamentar a discussão do SIAL por meio da abordagem teórica da NEI, especificamente utilizando os conceitos de Douglass North. Nesse sentido, tentou identificar as instituições que favoreceram ou não a fixação nesse território.

Diferentemente de trabalhos mais amplos sobre a perspectiva do SIAL, como os estudos de Boucher (2006), Specht (2009), Ambrosini, Filippi e Miguel (2008) e Malafaia e Barcelos (2007), esta pesquisa optou por um recorte mais específico, concentrando-se na zona rural de Santana do Livramento. O foco da pesquisa foi identificar a formação do arranjo institucional entre as famílias que compõem o SIAL do queijo no assentamento Liberdade do Futuro. Foi, então, possível analisar como as instituições exercem influência sobre o comportamento humano e como as interações são estabelecidas.

A contextualização do processo histórico e a formação econômica foram importantes para compreender as mudanças econômicas ocorridas no município e, principalmente, compreender como as diferenças culturais podem dificultar a reprodução econômica dessas famílias. Julgou-se necessária essa contextualização histórica diante da diferença entre o território da pequena propriedade em relação ao território marcado pelo latifúndio. Buscou-se demonstrar historicamente que os produtores mantêm uma elevada relação com o território e as instituições, que se originam, muitas vezes, dos laços sociais e culturais estabelecidos. A partir desse entendimento, foi possível compreender como se desenrolou o processo de organização dos atores sociais pertencentes aos assentamentos. Eles enfrentaram, e ainda enfrentam, certo preconceito pela comunidade local, além de dificuldades com a infraestrutura e acesso aos mercados.

As interações entre os agentes e o ambiente transcendem a mera delimitação geográfica, incorporando significados simbólicos, históricos e culturais. A integração dos enfoques do território do SIAL, aliada à Nova Economia Institucional, possibilitou uma análise contextualizada do processo de transformação no meio rural de Santana do Livramento. Outra contribuição significativa dessa tese é a aproximação do conceito de SIAL da abordagem da NEI. A presente proposta leva em consideração, entre outros elementos, a influência da história e da dependência da trajetória na construção de instituições, bem como o impacto destas no

processo de formação do SIAL.

A partir da investigação o SIAL do queijo, tornou-se evidente que sua formação está intrinsecamente ligada às conexões entre os indivíduos e o lugar, refletindo como essas famílias se relacionam com o ambiente e constroem uma narrativa que as diferencia. Identificou-se que essa relação foi construída a partir de uma identidade territorial preexistente, proporcionando coesão social e resiliência cultural a partir da reterritorialização. Além disso, ficou evidente que, diante dos desafios externos, esse grupo de famílias procurou preservar e reafirmar sua identidade, refletindo em suas decisões as experiências, histórias e valores enraizados.

A análise histórica de Santana do Livramento proporcionou a compreensão das transformações desencadeadas no território com a chegada de novos agentes ao município. Essa observação permitiu identificar a construção de um novo cenário territorial mediante a introdução de conhecimentos inovadores. As importantes contribuições de outros trabalhos sobre território auxiliaram a compreensão da dinâmica macroinstitucional no desenvolvimento econômico de Santana do Livramento.

Considera-se que Santana do Livramento, por ser um município de fronteira, possui particularidades na formação histórica, mas o foco deste trabalho esteve nas mudanças institucionais econômicas a partir da inserção dos assentados rurais. Nesse sentido, a contribuição desta tese é perceber o processo de desenvolvimento econômico do município, desde o latifúndio até a pecuária extensiva dos frigoríficos de capital estrangeiro, além de toda uma dinâmica econômica macroinstitucional que impactou no município. O processo de assentamento, decorrente da luta pela terra, trouxe indivíduos organizados que se confrontaram com um modo de agir ancorado na exploração esporádica. As mudanças relatadas nesta pesquisa não incluem a falta de capacidade dos trabalhadores rurais de Santana do Livramento e nem uma superioridade cultural dos produtores rurais que vêm da região norte do estado, mas revelam as consequências de um processo de desenvolvimento econômico fundamentado na concentração e no isolamento.

Foi a partir de uma política pública que Santana do Livramento começou a sofrer mudanças, ou seja, com os assentamentos houve uma redefinição da agricultura familiar no território marcado pelo latifúndio. Ao encontrarem dificuldades na adaptação produtiva, a pecuária leiteira foi uma alternativa encontrada para garantir uma renda mensal. Diante dos desafios encontrados para escoar a produção e seguindo uma diretriz do MST, surgiu a primeira cooperativa dos assentados – COPERFORTE. A partir desse momento, outras instituições começaram a se agregar às mudanças provocadas pelos assentamentos, levando o município a expandir a produção de leite, o que acabou por abraçar outros produtores não assentados.

Toda essa trajetória de luta pela permanência na terra levou ao APL.

A diversidade de instituições que fazem parte do espaço rural de Santana do Livramento, evidenciam o potencial do leite e das agroindústrias. Permitem reconhecer que a forma organizada de trabalhar possibilitou novos caminhos para o mercado. Foi evidenciada a necessidade do vínculo de associabilidade, refletindo a visão de que o agricultor familiar necessita de conexões para alcançar o sucesso, sendo essa conexão um elemento importante na construção desse território. Embora se reconheça que essas mudanças possam ter sido incrementais ou de magnitude reduzida, elas desempenharam um papel relevante no processo de transformação de Santana do Livramento.

Quando se analisa a organização das famílias responsáveis pelo SIAL, evidencia-se que foram as mulheres, as quais, muitas vezes, não têm monetização sobre o seu trabalho, as responsáveis pela criação e existência do SIAL. Existe um saber-fazer local que leva essas mulheres a se organizarem para obter renda, através da venda de seus produtos. O queijo produzido por essas famílias foi um desses produtos, mas que esbarrou nas dificuldades impostas pela legislação sanitária. Dessa forma, elas assumiram a condição de reterritorializar o espaço que ocupam em Santana do Livramento, sendo capazes de se adaptar às exigências técnicas impostas à produção de queijos. Além disso, essas mulheres efetivamente reconstróem as instituições que orientam as atividades produtivas no assentamento.

É importante ressaltar que elas assumiram esse papel em um contexto marcado pelo machismo, tanto por se tratar de uma área rural quanto pelo fato de que essa produção historicamente não gerava renda para as mulheres, sendo um trabalho frequentemente invisibilizado. Além da busca pela inserção nos mercados, essas mulheres possuem uma preocupação com as gerações futuras, ou seja, a fixação dos filhos no meio rural. Por esse motivo, há o interesse e a vontade de resgatar toda a organização vivida no movimento. A partir desses elementos, conclui-se que o associativismo, oriundo da luta pela terra, destaca que o poder dos trabalhadores reside na união e na solidariedade de classe.

Considerando o que foi possível identificar no assentamento, cada dimensão confirma a presença de um SIAL. Inicialmente, esta tese apresentou uma caracterização histórica, teórico-técnica e institucional, que permitiu confirmar a importância dos aspectos culturais e do enraizamento no trabalho cooperado para compreender o vínculo estabelecido entre as dez famílias investigadas, representando, assim, a dimensão histórica. Na dimensão teórico-técnica, destaca-se o saber-fazer compartilhado como um ativo presente no território Cerro dos Munhoz. Além disso, as relações humanas fundamentadas na confiança foram essenciais para uma eficiência adaptativa às regras formais, possibilitando a existência da Agroindústria

Coletiva a Sabores do Campo e do SIAL no território Cerro dos Munhoz.

Por fim, observa-se a necessidade de ampliar o número de assentamentos a serem investigados, já que não foi possível identificar a diversidade cultural nas famílias. No entanto, ao longo da execução deste trabalho, houve algumas dificuldades que inviabilizaram a expansão para outros assentamentos. Essa limitação aponta para uma oportunidade em futuras pesquisas, considerando a rica diversidade cultural entre os trabalhadores rurais assentados em Santana do Livramento. Diante da impossibilidade inicial, optou-se por um recorte espacial mais restrito, permitindo, no entanto, a conexão entre o SIAL e a NEI. Portanto, apesar do recorte geográfico mais específico, o trabalho oferece contribuições relevantes no contexto da organização dos pequenos produtores rurais frente ao mercado.

Assim sendo, o aporte teórico escolhido para esta tese destaca a importância das relações humanas para a organização econômica, consolidando-se como um dos aspectos importantes abordados nesta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- AGUIAR, J. S. **Uso da terra, técnica e territorialidade**: os assentamentos de Santana do Livramento, RS. 2011. 255 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/32557>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- ALBORNOZ, V. do P. L.  **Armour**: uma aposta no pampa. Sant'Ana do Livramento: Sâmara, 2000.
- AMBROSINI, L. B. **Sistema agroalimentar do queijo serrano**: estratégia de reprodução social dos pecuaristas familiares dos Campos de Cima da Serra – RS. 2007. 194 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/13134>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- AMBROSINI, L. B.; FILIPPI, E. E.; MIGUEL, L. A. SIAL: análise da produção agroalimentar a partir de um aporte territorialista e multidisciplinar. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 6-31, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/29>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- AMBROSINI; L. B.; ROLDAN, B. B.; DIAS, F. K.; SOUZA, A. C. D. de. **Queijo colonial**: resgate e valorização das matrizes da imigração na gastronomia do Rio Grande do Sul. Pelotas: Hal Produtora Cultural, Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, DDPa, 2021. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202209/13120702-dossie-atualizado.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- AZEVEDO, A. **Teoria econômica da racionalidade limitada**. São Paulo: Atlas, 1997.
- AZEVEDO, P. F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.
- BAGNASCO, A. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. *In*: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (org.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.
- BECATTINI, G. O Distrito Marshalliano. *In*: BENKO, G.; LIPIETZ, A. **As regiões ganhadoras - distritos e redes**: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994.
- BECATTINI, G. Os distritos industriais na Itália. *In*: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (org.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BOUCHER, F. De la air a los SIAL: reflexiones, retos y desafíos en América Latina. *In*: BOUCHER, F.; ORTEGA, A. E.; LEGLISE, M. Del R. P. (coord.). **Sistemas agroalimentarios localizados**: alteranativas para el desarrollo territorial. México: Red Científica en Sistemas Agroalimentarios Localizados, 2012. p. 13-34. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/19793/BVE19040226e.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 jan. 2021

BOUCHER, F.; GONZÁLEZ, J. A. R. **Guía metodológica para la acvación de sistemas agroalimentarios localizados**. México: IICA, 2011.

BOUCHER, F.; POMEÓN, T. De la agroindustria rural a los sistemas agroalimentarios localizados. **IPDRS-Diálogos**, Bolivia, n. 79, p. 1-5, jun. 2012. Disponível em: <https://landportal.org/pt/library/resources/ipdrs-di%C3%A1logos-79/de-la-agroindustria-rural-los-sistemas-agroalimentarios>. Acesso em: 5 jan. 2021

BOUCHER, F.; REYES, J. A. **Sistemas Agroalimentarios Localizados (SIAL), una nueva visión de gestión territorial en América Latina**: experiencias en territorios de Argentina, Costa Rica, Ecuador y México. México: IICA, 2013.

CAGGIANI, I. **Sant’Ana do Livramento**: 150 anos de história. Sant’Ana do Livramento, ASPES, 1983.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1962.

CHELOTTI, M. C. A dinâmica do espaço agrário no município de Sant’Ana do Livramento/RS: das sesmarias aos assentamentos rurais. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 1, n. 3, p. 53-70, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/244>. Acesso em: 15 dez. 2020

CHELOTTI, M. C. A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na campanha gaúcha. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 8, n. 15, p. 1-25, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/22080/12054>. Acesso em: 5 jan. 2021.

CHELOTTI, M. C. **A Estância Metamorfoseou-se**: (re)configuração territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha gaúcha (1990-2007). 2009. 288f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15922>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CHELOTTI, M. C. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant’Ana do Livramento – RS**. 2003, 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 165-180, abr. 2010. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/sociedadnatureza/article/view/9637>. Acesso em: 15 dez. 2020

CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. (Re)visitando a geografia agrária de Raymond Pébayle: interpretações sobre o espaço agrário gaúcho. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 2, n. 4, p. 38–61, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11826>. Acesso em: 18 jul. 2022.

CHRISTILLINO, C. **Litígios ao sul do império: a lei de terras e a consolidação da política da Coroa no Rio Grande do Sul**. 2010.353f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1249.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020

COASE, R. H. The Nature of the Firm. **Economica**, United Kingdom, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>. Acesso em: 15 dez. 2020

CONCEIÇÃO, O. A. C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 77-106, 2002.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. 2000. 218 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 18, n. 52, p. 12–32, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.12-32>. Acesso em: 18 jul. 2022.

DÍAZ-BAUTISTA, A. **An introduction to institutional change, corruption and economic growth**. México: Department de Estudios Económicos, El Colegio de la Frontera Norte, 2001.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

EMATER/RS. **Relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul**: 2021. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2021. Disponível em: <http://biblioteca.emater.tche.br:8080/pergamumweb/vinculos/000007/000007bb.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FARIAS, C. V. S. **O papel das instituições na formação e transformação da vitivinicultura da serra gaúcha: possibilidades de interpretações do desenvolvimento rural pela Nova Economia Institucional**. 2016. 267 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/149314>. Acesso em: 7 ago. 2020.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Revista Gestão & Produção**, São Carlos, v. 6, n. 3, p. 147-161, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X1999000300002>. Acesso em: 7 ago. 2020.

FARINA, E.; AZEVEDO, P. F. de; SAES, M. S. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Singular, 1997.

FARINATTI, L. A. E. Domesticação, técnica e paisagem agrária na pecuária tradicional da Campanha Rio-Grandense ( século XIX). *In*: Costa, B. P.; QOOS, J. H. DICKERL, M. E. G. (org.). **A sustentabilidade da região da Campanha-RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, 2010. p. 62-87.

FAVA, L. W.; HERNANDES, J. F. de M.; PINTO, A. T.; SCHMIDT, V. Características de queijos artesanais tipo colonial comercializados em uma feira agropecuária. **Acta Scientiae Veterinariae**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, 2012, p. 1-6, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2890/289023924019.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.90.2006.tde-24042008-113514> Acesso em: 4 mar. 2021.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista Cultura e Vozes**, ano 93, n. 1, 1999.

FERNANDES, B. M. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária**. Presidente Prudente: Ed. da UNESP, 1998.

FILIPPI, E. E. ; SIMAN, R. F.; CONCEIÇÃO, O. A. C. A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. *In*: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 46., 2006, Fortaleza. Questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento. Fortaleza: SOBER, 2006.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, P. **RS: economia e conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FUINI, L. L. A (des) territorialização do APL da indústria têxtil e de confecções de Americana e região: uma análise sobre o desenvolvimento local e a governança. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 10, n. 4, 2014. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1534>. Acesso em: 18 jul. 2022.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523–545, 2012. Disponível em:

<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2458>. Acesso em: 18 jul. 2022.  
GRASS-RAMÍREZ, J.; CERVANTES-ESCOTO, F; ALTAMIRANO CÁRDENAS, J.  
Estrategias para el rescate y valorización del queso tenate de Tlaxco: un análisis desde el enfoque de sistemas agroalimentarios localizados (Sial). **Culturales**, Mexicali, v. 1, n. 2, p. 9-54, 2013. Disponível em:  
[https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-11912013000200001](https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-11912013000200001). Acesso em: 15 dez. 2020

GRAZIANO, J. S. **O que é a questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.tese\\_.Catia-Grisa.pdf](https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.tese_.Catia-Grisa.pdf). Acesso em: 15 dez. 2020

GRISA, C. Territorialidades rurais e políticas públicas para a agricultura familiar. **Revista de Geografia**, 2010.

HAESBAERT, R. Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" e o futuro do Estado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 33-60, 1999.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: *In*: ROSENDAHL, Z.: CORRÊA, R. L. (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.

HERRLEIN JUNIOR, R. A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, p. 645-668, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. [**Dados obtidos do site**]. 2021. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 15 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agro 2017**. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/> Acesso em: 15 mar. 2021.

INSTITUTO INTERAMERICANO PARA A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA - IICA. **Relatório Anual 2013**. San José: IICA, 2013. Disponível Em : [www.repositorio.iica.int/handle/11324/4369?show=full&locale-attribute=pt\\_BR](http://www.repositorio.iica.int/handle/11324/4369?show=full&locale-attribute=pt_BR): Acesso em: 15 jan. 2023

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. [**Dados obtidos do site**]. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 18 set. 2020.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. *In*: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Atlas,

2004.

KRUGMAN, P. **Globalization, and the inequality of nations**. London: Centre for Economic Policy Research, 1994. (Discussion Paper, n. 1015).

KUHN, F. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - Século XVIII. 2006. 479 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <http://app.uff.br/riuff/handle/1/24738>. Acesso em: 15 dez. 2020

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LINS, H. E. Sistemas agroalimentares localizados: possível “chave de leitura” sobre a maricultura em Santa Catarina. **RER**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 313-330, 2006.

LOVE, J. L. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LUTKE, V.; COSTA, C. da. Agroindústrias familiares, mercados institucionais e empoderamento das mulheres : uma discussão a partir de Santana do Livramento/RS . **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 14, n. 32, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/47590>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MALAFAIA, G. C.; BARCELLOS, J. O. J. Sistemas agroalimentares locais e a visão baseada em recursos: construindo vantagens competitivas para a carne bovina gaúcha. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 5, p. 25-50, 2007.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, United Kingdom, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00158>. Acesso em: 15 dez. 2020

MARSHALL, A. **Principles of economics**. 2nd ed. London: Cambridge University Press, 1982.

MARTINS, J. de S. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003

MEDEIROS, R. M. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (org.). **Dinâmicas do espaço agrário**: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 179-189. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157495/001016917.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

MEDEIROS, R. M. V. Re-territorialização e identidade: o significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 4., 2007, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 1-17. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/30276>. Acesso em: 15 set. 2020.

MEDEIROS, R. M. Território, espaço de indetidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territotialidade**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expresso

Popular, 2009. p. 217-227.

MONTEBLANCO, F. L. **O espaço rural em questão: formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento/RS.** 2013. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/86169>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MONTEBLANCO, F. L.; CORDEIRO, M. Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS). **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 22, n. 48, p. 58-84, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6365/4841>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MUCHNIK, J. Identidad Territorial y Calidad de Los Alimentos: Procesos de Calificación y Competencias de los Consumidores. **Revista Agroalimentaria**, Mérida, v. 11 n. 22, p. 89-98, 2006. Disponível em: [https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1316-03542006000100008](https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-03542006000100008). Acesso em: 15 jun. 2021.

MUCHNIK, J. Sistemas agroalimentarios localizados: desarrollo conceptual y diversidad de situaciones. In: SALCIDO, G.; TORES, R. M. (coord.). **Los sistemas agroalimentarios localizados: identidad territorial, construcción de capital social e instituciones.** Cidade do México: UNAM, 2012. p. 42-52.

MUCHNIK, J. Sistemas agroalimentarios localizados: evolución del concepto y diversidad de situaciones. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LAREDESIAL: ALIMENTACIÓN Y TERRITÓRIOS, 3., 2006, Baeza. **Anais [...]**. Baeza, España: [s.n.], 2006. p. 18-21.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009> Acesso em: 15 abr. 2021.

NORTH, D. C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1992.

NORTH, D. C. Economic performance through time. **The American Economic Review**, United States, v. 84, n. 3, p. 359-368, 1994. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2118057>. Acesso em: 13 nov. 2022.

NORTH, D. C. Entendendo o processo de mudança econômica. **Revista Banco de Ideias**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 4-18, [2013?].

NORTH, D. C. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico.** México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

NORTH, D. C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico.** São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change, and economic performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. C. **Understanding the process of economic change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

OLIVEIRA, Maria Marley. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PATIAS, T. Z.; DE MARCO, D.; WITTMANN, M. L.; XAVIER, T. R. Análise do capital social no arranjo produtivo local do leite de Santana do Livramento-RS.

**Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 13, n. 30, p. 175–202, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2015.30.175-202>. Acesso em : 8 fev. 2023.

PATIAS, T. Z.; GOMES, C. M.; OLIVEIRA, J. M.; BOBSIN, D.; LISZBINSKI, B. B. Modelos de análise da inovação social: o que temos até agora? **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, Caxias do Sul, v. 4, n. 2, 2017. Disponível em:

<https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/RBGI/issue/view/207>. Acesso em: 13 nov. 2022.

PÉBAYLE, R. A vida rural na Campanha Rio-Grandense. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 207, p. 18-32, 1968. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=719&view=detalhes>. Acesso em: 13 nov. 2022.

PÉBAYLE, R. Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. **Boletim Geográfico do RS**, Porto Alegre, n. 18, p. 3-22, 1975. Disponível em:

<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3316/3388>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PECQUER, B. Desenvolvimento territorial. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 24, n. 1-2, p.10-22, 2005. Disponível em:

<https://doi.org/10.37370/raizes.2005.v24.243>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie Rurale**, France, v. 261, n.1, p. 37-49, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/ecoru.2001.5217>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PECQUEUR, B. Territoire, territorialité e développement. *In*: COLLOQUE INDUSTRIE ET TERRITOIRE: LES SYSTEMES PRODUCTIFS LOCALISES, 41., 1992. **Annales [...]**.

Grenoble: Institut de Recherche Économique Sur La Production et Le Développement, 1992.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PIRES, C.C. S.; DE MARCO, D.; PATIAS, T. Z. **A história do arranjo produtivo local do leite de Sant'Ana do Livramento-RS**. 2010. Disponível em:

[https://www2.ufpel.edu.br/cic/2010/cd/pdf/SA/SA\\_00511.pdf](https://www2.ufpel.edu.br/cic/2010/cd/pdf/SA/SA_00511.pdf). Acesso em: 15 dez. 2020.

PONDÉ, J. Concorrência e mudança institucional em um enfoque evolucionista. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 24., 1996, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, DF: ANPEC, 1996. p. 536-555.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REQUIER-D., D.; BOUCHER, F.; CERDAN, C. Globalization, competitive advantages and the evolution of production systems: rural food processing and localized agri-food systems in Latin American countries. **Entrepreneurship and Regional Development**, United Kingdom, v. 15, n. 1, p. 49-67, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08985620210144983>. Acesso em: 15 dez. 2020.

REQUIER-DESJARDINS, D. Alternativas de desarrollo local para el combate de la pobreza y de la exclusión social. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 3., 2006, Baeza (Jaén). **Comunicaciones** [...]. Baeza: GYS SYAL, 2006.

REQUIER-DESJARDINS, D. **Agro-industria rural y sistemas agroalimentarios localizados**; ¿ Cuáles puestas. 1999 Disponível em: [https://www.academia.edu/2377369/Agro\\_industria\\_rural\\_y\\_sistemas\\_agroalimentarios\\_localizados\\_Cu%C3%A1les\\_puestas](https://www.academia.edu/2377369/Agro_industria_rural_y_sistemas_agroalimentarios_localizados_Cu%C3%A1les_puestas). Acesso em: 15 dez. 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.921 de 17/01/2012**. Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=156474>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SACK, R. D. **Conceptions of space in social thought: a geographic perspective**. London: Macmillan, 2015.

SALCIDO, G. T. Sistemas agroalimentarios localizados. Innovación y debates desde América Latina. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 68-94, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5175758.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2021.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2002.

SAQUET, M. A. A abordagem territorial no desenvolvimento rural brasileiro. *In*: NOBRE, M.; MAGALHÃES, R.; ALMEIDA, C. (org.). **A abordagem territorial no desenvolvimento rural brasileiro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: conexões com a sustentabilidade e políticas públicas**. Curitiba: Prismas, 2015.

SAQUET, M.; SPOSITO, E. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. *In*: CANDIOTTO, L.; ALVES, A.; CARRIJO, B. (org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-31.

SCHMITZ, H. Eficiência Coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 164-200, 1997. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaio/article/view/1902>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222004000100006>. Acesso em: 15 dez. 2020.  
SHAFFER, N. O. **Urbanização na fronteira: a expansão de Sant'Ana do Livramento/RS**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

SILVA, L. X. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. 2002. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/257758> Acesso em: 15 jan. 2022.

SILVA, L. X. Instituições e desempenho: interpretações para o entendimento do desenvolvimento rural. *In*: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. (org). **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. p. 117-134. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/232166>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SILVEIRA, P. R. C da; HEINZ, C. **Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos**. 2005. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/519/2019/10/artigosauluis.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SPECHT, S. **O território do morango no Vale do Caí – RS: análise pela perspectiva dos sistemas agroalimentares localizados**. 2009. 317 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/18318>. Acesso em: 15 dez. 2020.

TERRONTEGUY, T. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALE, L. J.; SAQUET, M. A.; SANTOS, J. R. **Territórios e territorialidades: teoria, práticas e processos**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

VENTURINI, A. M. **A produção de alimentos e a lógica de subsistência**. São Paulo: XYZ, 2011.

VILPOUX, O. F. Agrarian reform and cooperation between settlers in the Midwest of Brazil: An institutional approach. **Land Use Policy**, Netherlands, v. 39, p. 65-77, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2014.03.011>. Acesso em: 15 dez. 2020.

WILLIAMSON, O. E. **Markets and hierarchies**: analysis and antitrust implications. New York: Free Press, 1992.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism**: firms, markets, relational contracting. New York: Free Press, 1993.

WILLIAMSON, O. E. **The mechanisms of governance**. New York: Oxford University Press, 1996.

WILLIAMSON, O. E. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**, United States, v. 38, n. 3, p. 595-613, 2000. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2565421>. Acesso em: 15 dez. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZARTH, P. A. **A colonização alemã e o processo de formação do espaço agrário no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

ZIMMERMANN, N. de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. *In*: MEDEIROS, L.S.; BARBOSA, M. V.; FRANCO, M. P.; ESTERCI, N.; LEITE, S. (org.). **Assentamentos rurais**: uma visão interdisciplinar. São Paulo: Ed. UNESP, 1994. p. 205-224.

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

### (DIMENSÃO HISTÓRICA)

Quem são os assentados? (Responsável pelo lote e a família)

Fale sobre você: nome, idade, local de nascimento, escolaridade, estado civil, religião.

Além de você, quem mais mora no lote? (Idade, estado civil, escolaridade, religião)

Há quantos anos a família vive no assentamento?

Fale sobre a sua região de origem

### (DIMENSÃO HISTÓRICA)

Antes de serem assentadas a família possuía vínculo com o meio rural (terra)?

Fale sobre a luta e conquista pela terra? (acampamento?)

Fale sobre a ocupação dos lotes, como foi?

#### 1. ASPECTOS SOBRE O LOTE

Ano que chegou no assentamento. Tamanho do lote.

Toda a área é produtiva? Dificuldades encontradas.

Arrenda alguma área?

A área é suficiente para manutenção da família?

#### 2. IDENTIDADE TERRITORIAL DO ASSENTADO

Antes do assentamento como era seu lugar de vida e de trabalho?

Fale sobre a chegada em Santana do Livramento?

Como foi a chegada na nova terra? Fale sobre o novo espaço de vida.

No tempo em que reside em Santana do Livramento, quais mudanças você percebeu na região?

Gosta de morar aqui?

### 3. PRODUÇÃO

#### DIMENSÃO TÉCNICO-TEÓRICA

Atividades agrícolas desempenhadas. Qual a principal atividade produtiva?

Faz algum produto que aprendeu com pais, avós A produção é vendida? Para quem? Como?

Fale sobre a organização da produção.

Quais atividades já foram desenvolvidas e foram abandonadas?

Tem acesso a assistência técnica?

#### DIMENSÃO INSTITUCIONAL

### 4. ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Quem coordena a comercialização?

Como se chegou a essa coordenação?

Quem decide para quem será feita a comercialização?

Participa de alguma associação, cooperativa?

Frequenta algum grupo como igreja, associação?

Possui alguma parceria com outros produtores?

É feita alguma forma de contrato?

Fale sobre os canais de comercialização.

Locais:

O que o assentamento produz é diferenciado do que há no mercado, conseguem manter rotina de entregas?

Possui algum apoio de alguma instituição?

Sua atividade é fiscalizada?